Sexta-Feira, 21 de Fevereiro de 2025

Série II, N.° 8

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

$ 6.50

SUPLEMENTO

DECISÃO Nº 6664/2024/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando a Nota nr. 179/DNRDCFP, de 4 de dezembro, do SCFP;

Considerando o resultado do processo de seleção por mérito e a ata final do concurso apresentada pelo painel do júri;

Considerando a estrutura da Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental I.P.;

Considerando a delegação ao Presidente da CFP, contida no Regimento Interno;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. HOMOLOGAR o resultado do processo de seleção por mérito para cargos de direção na Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental I.P.;

2. NOMEAR os seguintes AAP para, pelo prazo de 4 anos, exercer em comissão de serviço os cargos de direção da Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental I.P. a seguir:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
Gilberto Correia Soares	Diretor Nacional da Unidade de Licenciamento Ambiental
Norberto Maia de Araújo	Diretor Nacional da Unidade de Fiscalização Ambiental

Díli, 5 de dezembro de 2024.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DECISÃO N.º 6758/2024/PCFP

Considerando a informação do ofício 302/GMPIE/2024, de 30 de dezembro, do MPIE, que solicitou a nomeação em comissão de serviço de ocupantes de cargos de direção e chefia na estrutura da instituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. CESSAR a comissão de serviço dos seguintes ocupantes de cargos de direção e chefia na estrutura do MPIE, a partir de 31 de dezembro de 2024:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TS B Jaime Dias Fernandes (24655-7)	Diretor Nacional do Centro Nacional de Dados Geoespaciais
TP C Febriana Oliveira Sarmento (46576-3)	Chefe do Departamento de Estudos de Planeamento e Ordenamento Territorial

2. NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, exercer em comissão de serviço os cargos de direção e chefia do MPIE, a partir de 1 de janeiro e até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TP C Febriana Oliveira Sarmento (46576-3)	Diretor Nacional do Centro Nacional de Dados Geoespaciais

Publique-se

Díli, 31 de dezembro de 2024

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6759/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 161/CGM-VPM-MCAE-MTA/XII/2024, que solicitou à CFP a fim de estender a comissão de serviços dos ocupantes dos cargos do Ministério do Turismo e Ambiente pelo período de um mês, tendo em conta a conveniência de serviço da instituição.

Considerando que os ocupantes dos respetivos cargos daquela instituição foram nomeados pela decisão 6313/2024/ CFP, pelo período até 31 de dezembro, o qual necessita de proceder a estensão para os fins referidos supra.

Considerando a orgânica do Ministério do Turismo e Ambiente aprovado pelo Decreto-Lei 78/2023, de 11 outubro, que estabelece a estrutura interna do ministério.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando que de acordo com o artigo 19 do Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, que procedeu a alteração ao Decreto-Lei 25/2016, de 29 de junho, estebelece que a nomeação em regime de substituição pode ser feita até um período de 6 meses e pode ser prorrogado uma única vez por igual período.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. ESTENDER em comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Ministério do Turismo e Ambiente, pelo período de 01 até 31 de janeiro de 2025, como adiante:

No.	NOME	SIGAP	CARGO
Direção Geral Dos Servicos Corporativos (DGSC)			
1	Odete Mascarenhas	11454-5	Dir/a. Geral
Direção Nacional de Planeamento, Finanças e Administração (DNPFA)			
2	Domingos Mesquita		Dir. Nacional
3	Jorge Borges	26732-5	Chefe Dept. De Financas e Administração
4	Domingas da Costa Gomes	24357-4	Chefe Dept. De de Planeamento e Verificação
5	Maria Benedicta N.S. F. Magno	28750-4	Chefe Dept. De Contabilidade
6	Francisca da Silva	6809-8	Chefe Dept. De Processamento de Pagamentos
Direção Nacional de Recursos Humanos (DNRH)			
7	Prizenio Roncalio Maria Tomas Sarmento Assis	39189-1	Dir. Nacional
9	Domingos de Orleans	24862-2	Chefe Dept. Planeamento de Recursos Humanos
Direção Nacional de Logistica (DNLP)			
10	Alcino Vasconcelhos Exposto	39188-3	Dir. Nacional
11	Domingos da Costa Carmo	12770-1	Chefe Dept. De Fornecimento e Gestão Armazem
Direção Nacional Aprovisionamento (DNA)			
13	Lucio Soares Babo	25461-4	Dir. Nacional
14	Manuela Gomes	39190-5	Chefe Dept. De Aprovisionamento Geral
15	Elsa Ximenes Lopes	12306-4	Chefe Dept. De Gestão e Monitorização de Contratos
Direção Nacional de Estatistica e Pesquisa (DNPE)			
16	Jose Felipe Dias Quintas	8732-7	Dir. Nacional
17	Jesuina Fatima Correia	35016-8	Chefe Dept. De Pesquiza
18	Fernanda Gomes Salsinha	47515-7	Chefe Dept. De Gestão dadus Estatistica
Direção Geral do Turismo (DGT)			
19	Antonio da Silva	8952-4	Dir/a. Geral
Direção Nacional de Desenvolvimento Turistico (DNDT)			
20	Rosita Garcia de Sousa	14177-1	Dir. Nacional
21	Maria Mendonca S. de Deus	23334-0	Chefe Dept. De Gestão da Execução da Politica de Tristico
22	Arnaldo Freitas	22959-8	Chefe Dept. Do Plano e Dezemvolvimento Turistico
Direção Nacional Emprendimentos, Aktividade e Produtos Turisticos (DNEAPT)			
23	Maria Ernestina Lopes	22338-7	Dir. Nacional
24	Matias Mascarenhas	7290-7	Chefe Dept. De Eventos de Produtos Turisticos
25	Natalino da Silva	35018-4	Chefe Dept. De Apoio Empresarial e Controlo de Qualidade
Direção Nacional de Marketing do Turismo e Relações Internacionais (DNMTRI)			
26	Ivania Ross Ximenes Goncalves	6791-1	Dir. Nacional
27	Livio dos Santos	40209-5	Chefe Dept. Marketing e Apoio Tecnico
28	Anito Pereira de Jesus	47540-8	Chefe Dept. Apoio As Actividades Comersiais
29	Elisabeth Florencia Jeronimo	38252-3	Chefe Dept. Relações Internacionais
Direção Nacional do Turismo Comunitario e Ecologico (DNTCE)			
30	Agostinho Marcal	14144-8	Dir. Nacional
31	Camila Fatima Exposto	37151-3	Chefe Dept. De Turismo Ecologia
32	Moises Tilman	12908-9	Chefe Dept. De Turismo Comunitario
DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE			
33	Francisco Xavier Ximenes Soares		Dir/a. Geral
34	Jacinto R. dos Santos	12781-7	Chefe Dept. Da Unidade Coordenação dos Assuntos Munisipais
Direção Nacional do Controlo de Poluição (DNCP)			
35	Arlindo Silveira	26733-3	Dir. Nacional
37	Carlos Conceicao	5405-4	Chefe Dept. De Controlo de Poluição
Direção Nacional de Alterações Climatica (DNAC)			
38	João Carlos Soares	5710-0	Dir. Nacional
39	Luis dos Santos Belo	16212-4	Chefe Dept. De Ozono
40	Oscar Soares	12657-8	Chefe Dept. De Adaptação Climatica
41	Abrao J de Sa	12679-4	Chefe Dept. De Metigação Climatica

Direção Nacional de Biodiversidade (DNB)			
42	Flaminio M.E. Xavier	5406-2	Dir. Nacional
43	Natalia Gonzaga	28763-6	Chefe Dept. De Concervação da Viodiversidade
44	Faustino Reci Bere	12772-8	Chefe Dept. De Controlo da Comercialização e Caça de Espécies Protegidas

Centro da Educação e Informação Ambiental (CEIA)			
45	Elisa Luisa Santa Pereira	26731-7	Dir. Nacional
46	Leonito Goncalves dos Santos	29622-8	Chefe Dept. De Educação e Informação Ambiental
47	Augusto Soares	39981-7	Chefe Dept. De Laboratorio Ambiental
48	Ligia P. Araujo Dos Santos	24935-1	Chefe Dept. De Gestão de Dados e Biblioteca Ambiental

Gabuineti Inspecao Auditoria Interna (GIAI)			
49	Rogerio P. G. da Costa Martins	8252-0	Inspector Geral
50	Luis Immanuel Soares Doutel	40228-1	Sub-Inspector
51	Leonardo Eurico Gama	22456-1	Chefe Dept. De Assunto de Administração
52	Geneti Maria Neves de Araujo	39191-3	Chefe Dept. De Inspecção e Auditoria Interna

Inspeção Geral de Jogos (IGJ)			
53	Anibal Carvalho Martins	6788-1	Inspector Geral
54	Edmu Benjamin Coelho Lopes	16169-1	Sub-Inspector
55	Jose Miranda da Costa	28748-2	Chefe departamento de Inspeção de Apostas Mutuas e Lotarias da IGJ
56	Antonio da Conceição	25715-0	Chefe departemento Auditoria Aplikada da IGJ
57	Gaspar da Silva	6798-9	Chefe departemento Gabineti Juridico da IGJ
58	Maria Leonia da Costa Guteres	25070-8	Chefe Departemento de Administrativa, Finaceira e Iformatica Aplikada da IGJ
59	Julio Graciano Freitas	24656-5	Chefe Depatemento Jogos Recreativos de Fortuna Ou Azar.
60	Fenia Soares de Jesus	22517-7	Chefe Seksaun Informatica Espesializada da IGJ
61	Dolores Lou-Mo Soares Martins	22463-4	Chefe Seksaun Administrativa da IGJ
62	Rosa Fatima A. da Silva Faria	28749-0	Chefe Seksaun Contabilidade da IGJ

Municipal			
63	Carlito Pereira	28757-1	Director Municipal BAUCAU
64	Evaristo da Conceicao Pereira	29213-3	Director Municipal Ainaro
65	Damiao Reis Cardoso	22278-0	Director Municipal Maliana

2. Nomear em comissão de serviço dos ocupantes de cargos de Chefia exercidos em substituição no Ministério do Turismo e Ambiente, pelo período de 01 até 31 de janeiro de 2025, como adiante:

NOME	SIGAP	CARGO	DA DIREÇÃO
Deolindo Ximenes	28779-2	Chefe Dept. De Gestão de Recursos Humanos	DNRH
Renato Soares R. Dos Santos	47511-4	Chefe Dept. De Gestão de Frotas e Propriedades	DNLP
Moises G de Sa	24929-7	Chefe Dept. Do Plano e da Gestão Ambiental	DNCP

3. Cessar os seguintes ocupantes dos cargos de chefia exercidos na estrutura do Ministério do Turismo e Ambiente, tendo em conta a proposta do ofício 161/CGM-VPM-MCAE-MTA/XII/2024, com os efeitos desde 01 de janeiro de 2025, como adiante:

   a. Ligia Custodio Sousa Aitalo do cargo de Chefe Dept. De Gestão de Frotas e Propriedades;

   b. Andre Soares do cargo de Chefe Dept. Do Plano e da Gestão Ambiental

Publique-se

Díli, 07 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6760/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício nr. 152/MSSI/XII/2024, do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, que solicita a necessidade de estender a comissão de serviços de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da instituição pelo período de 01 até 31 de janeiro de 2025.

Considerando que é necessário proceder a estensão dos cargos daquela instituição em prol de evitar a vacatura das posições e garantir a continuidade de serviços de acordo com o plano.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando o que dispõe o DL nr. 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo DL nr. 7/2024, de 24 de janeiro, sobre a nomeação em substituição;

Considerando a estrutura orgânico-administrativa aprovada pelo Diploma Ministerial nr. 62/2024, de 4 de outubro, do MSSI;

Considerando o disposto no Regimento Interno da CFP, sobre delegação de poderes ao Presidente ou ao seu substituto legal. Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. Estender a comissão de serviço dos cargos de direção e chefia dos serviços centrais do MSSI desempenhados pelos funcionários adiante, pelo período de 01 até 31 de janeiro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	Cargo em comissão de Serviços
Guido Ricardo Belo	**Diretor Geral dos Serviços Coorporativos**
Alipio Amaral Fernandes	**Diretor Nacional de Aprovisionamento**
Florinda de Jesus Amaral	Chefe Departamento controlo e qualidade
Maria Josefina Dethan	Chefe do Departamento Planificação e Aquizição
Arnaldo Batista	Chefe do Departamento Gestão dos Contratos
Lucas Tois	**Diretor Nacional de Planeamento, Finanças e Orçamento**
Carlito Bosco da Graça	Chefe do Departamento
Sezarina da Costa Matos	Chefe do Departamento Contabilidade e Tesouro
Helder Urbano Fernandes	Chefe Departamento Planeamento Monitorizasaun e Avaliasaun
Agustinho Fernandes	**Diretor Nacional de Administração, Recurços Humanos e Património**
Josefina Fátima da Costa	Chefe Departamento dos Gestao dos Recurços Umanos
Antonio Jose Aniceto Serrão	Chefe Departamento Administração
Anabela dos Reis de Araujó	Chefe Departamento Logística e Patrimonio
Octavia Maria Marçal	Diretora Nacional de Protocolo, Comunicação e Relações – Públicas
David Araújo da Costa	Chefe Departamento Informasaun e Tecnologia
Jacob Teles	Chefe Departamento Media e Comunicação
Elyana Benvinda da Cruz Pires	Chefe Departamento protocolo
Florencio Pina dias Gonzaga	Diretor Geral da Proteção Social
Fernando dos Reis	**Diretor Nacional de Assistência Social**
Esperança Gonsalves	Chefe Departamento programa Bolsa da Mãe
Cornelio da Cruz de Araújo	Chefe Departamento apoio Asistênsia Humanitária
Jorge da Conseição	Chefe Departamento Asistênsia Funerário

Manuela Oliveira Martins	**Diretor Nacional de Reinserção Comunitária**
Joana da Cunha Gomes	Chefe Departamento de protecção e Promoção da Crianças
Herminia Felix Maria de Moreira Gusmão	Chefe Departamento de Protecção Social e Mulher
José Gonsalves	Chefe Departamento de Protecção e Reinserção de Idosos e Outros Grupos Vulneraveis-MSSI
Fernando Pereira Godinho Moniz	Chefe Departamento do Apoio Instituto Solidariedade Social
Domingos Henrique Maia	Diretor Nacional de Promoção das Pessoas Com Defisiência
Almerindo Martins	Chefe Departamento Promoção e Protecção das Pessoas com deficiencia
Silvia Vicente	Chefe Departamento de Apoio a Rehabilitação Reinserção Social
Adão Jorge Baptista Pinto	**Diretor Nacional de Cooperação e Parceria**
Amandio Amaral Freitas	Chefe Departamento Soca ASEAN
Maria Fatima da Costa	Chefe Departamento Cooperação e Parceria
Saturnino Sarmento	Inspector do GIA
Octavio Donato da Costa Guterres	Sub Inpector unidade do controlo servicos operacionais e programa
Alexandrino Jose de Sena	Sub-Inspector

2. Estender a comissão de serviço dos cargos de direção e chefia dos centros de solidariedade social do MSSI a nível municipal desempenhados pelos funcionários adiante, pelo período de 01 até 31 de janeiro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	Cargo em comissão de Serviços
Salvador da Costa de Andrade	**Director Centro Solidariedade social e Inclusão (CSSI) Aileu**
Josefa da Costa	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departameto
Herval Francelino Fátima Araújo	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Judit Dos Reis Sarmento	**Directora Centro Solidariedade social e Inclusão (CSSI) Dili**
António Amandio Costa Aparicio	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departameto
Eva Mendonça	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Francisco João de Araújo Ribeiro	**Director Centro Solidariedade Social e Inclusão Ainaro (CSSI)**
Clarimundo de Araújo	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Silvia Verona	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Agapito Asis Cardoso	**Director do Centro Solidariedade Social e Inclsuão Municipio Covalima**
Filomena Alves Barros	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Nelson de jesus	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Mateus da Silva	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Liquiça**
Ivonia Zulmira Maria dos Santos	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Julito Sampaio Henriques	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Geraldo de Carvalho	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão de Viqueque**
Doroteia de Jesus Guterres	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Luis Amaral	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Vito Caio dos Santos	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Ermera**
Ligia Madalena Soares de Deus	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Teresa dos Santos da Silva	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Acaçio Gonsalves	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Maliana**
Miguel Alcino Mariano	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Domingas Verdial	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento

Miguel Sarmento Nunes	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Manufahi**
Jacinta Santos Pereira Soares	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Delio Tobias Ximenes Abilio	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
José Juvencio Soares Francisco	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Manatuto**
António da Costa Carvalho	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Joana de Almeida	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos e equivalência salarial Chefe Departamento
Paulo da Silva Pinto	**Director Centro Solidariedade Social e Incluão (CSSI) Lautem**
Bensio da Costa Belo	Chefe Unidade Asistênsia e Inclusão Social e equivalencia salarial Chefe Departamento
Raimundo da Costa	Chefe Unidade Administração Finanças e Recurços Umanos(UAFRH) equivalensia Salarial Chefe Departamento

NOME	Cargos de chefia
Lino da Cruz	Chefe de secção de Apoio Humanitário
Caetano Manuel Tilman de Oliveira	Chefe de secção de Armazenamento
Salomão Duarte Soriano	Chefe de secção de Base e Ajustamento de Dados
Manuel Martins	Chefe de secção de monitoriamento, avaliasaun e pagamento
Rosalia da Costa E. Santo	Chefe de secção de Apoio a Crianças e Jovens Vitimas de violensia
João Paulo da Costa Baptista	Chefe de secção de Adopsaun e poder paternal
Nilton Cesar Soares Sarmento	Chefe de secção de Implementação do Plano de Acção Nacional contra a violensia baseado no jenero
Lourença da Costa	Chefe de secção de apoio mulher de violensia baseada no Genero
Evangelina Pereira da Cruz	Chefe de secção de Apoio a Idosos Vulneraveis
Rusdy Ramli Moises	Chefe de secção de apoio de reclusos e Ex-Reclusos e outros grupo vulneraveis e Marginalizaados
Maria Nelinha Campos Cabral	Chefe de secção de Apoio formação-DASA
Vidal Eurico da Silva	Chefe de secção de apoio Relação Público -DASA
Loureço Marques da Silva	Chefe de secção de Planeamento , Monitorizasaun e Avaliação Financeiros e Orçamentais
Onegia Abilia Lourenca Correia Ximenes	Chefe de secção de Tesouro-DCT
Rosario dos Santos	Chefe de secção de Contabilidade
Elizabeth Santos Camões	Chefe de secção de Arquivo Electronica e Manual
Angelo Freitas	Chefe de secção Capacitação e Formação

Naran	Diresaun	Cargo
Marciana Boavida Mendonça	CSS Dili	Coordenador de PA Atauro
Ruben de Sousa Mendonça	CSS Dili	Coordenador de PA Cristo Rei
Nevea Maria Paula Gomes Ximenes Granedeiro	CSS Dili	Coordenador de PA Vera Cruz
Salvador da Cruz	CSS Dili	Coordenador de PA Nain Feto
Julieta Soares de Araujo	CSS Dili	Coordenador de PA Dom Eleixo
Romo da Costa	CSS Dili	Coordenador de PA Metinaro
Antonio Lopes	CSS Manufahi	Coordenador de PA Turiscai
Carlito da Costa	CSS Manufahi	Coordenador de PA Alas
Marciano Hornai	CSS Manufahi	Coordenador de PA Fatuberlihu
Agusta Lopes	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Maliana
Joaquim Marcos	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Atabae
Filipe Teles	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Bobonaro
Manuel Mali Lelo Araujo	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Cailaco
Umberto Pereira Mota	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Balibo
Miguel da Costa	CSS Bobonaro	Coordenador de PA Lolotoe
Celina Mendonça	CSS Ainaro	Coordenador de PA Maubisse
Domingos Amaral Freitas	CSS Baucau	Coordenador de PA Baguia
Lourenco Ximenes	CSS Baucau	Coordenador de PA Venilale
Cecilia da Costa Ximenes	CSS Baucau	Coordenador de PA Laga
Antonio Freitas	CSS Baucau	Coordenador de PA Quelicai
Sonia Francisca da Silva	CSS Baucau	Coordenador de PA Baucau Vila

Delfina Exposto	CSS Ermera	Coordenador de PA Letefoho
Alcina das Dores Martins	CSS Ermera	Coordenador de PA Hatulia A
Marilio Oliveira Soares Martins	CSS Ermera	Coordenador de PA Hatulia B
Helder Soares do Rego	CSS Ermera	Coordenador de PA Ermera Vila
Ermeliana da Costa Silva Ribeiro	CSS Ermera	Coordenador de PA Railaco
Imaculada de Jesus Gomes	CSS Ermera	Coordenador de PA Atsabe
Ilda dos Santos Soares	CSS Liquica	Coordenador de PA Maubara
Abrão Rodrigues	CSS Manatuto	Coordenador de PA Soibada
Sebastião de Carvalho	CSS Manatuto	Coordenador de PA Laclubar
Vicente Soares	CSS Manatuto	Coordenador de PA Barique
Cristalina dos Santos Soares	CSS Manatuto	Coordenador de PA Manatuto Vila
Zitu Soares	CSS Manatuto	Coordenador de PA Laleia
Luciana Carceres	CSS Manatuto	Coordenador de PA Laclo
Agostu Mendes	CSS Viqueque	Coordenador de PA Lacluta
Afonso Lopes Saldanha	CSS Viqueque	Coordenador de PA Watulari
Alberto Soares	CSS Viqueque	Coordenador de PA Viqueque
Liborio Madeira	CSS Lautem	Coordenador de PA Iliomar
Luisa Fernandes	CSS Lautem	Coordenador de PA Lautem
Dovina Pinto	CSS Lautem	Coordenador de PA Lospalos
Zelito dos Santos	CSS Lautem	Coordenador de PA Luro
Ventura Pereira	CSS Lautem	Coordenador de PA Tutuala
Saturnina Cardoso Gastão	CSS Covalima	Coordenador de PA Fatululik
Francisca de Jesus Ximenes	CSS Covalima	Coordenador de PA Tilomar
Maria Carvalho Lourdes	CSS Covalima	Coordenador de PA Fohorem
Jose Plinio Abilio Mendonca Exposto	CSS Aileu	Coordenador de PA Aileu Vila

Publique-se

Dili, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6761/2025/CFP

Considerando que as comissões de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições da Administração Pública foram estendidas até 31 de dezembro de 2024, nos termos da decisão 6309/2024/CFP e algumas instituições solicitaram a estensão nominal pelas quais foram emitidas já decisões de estensão e restantes que não apresentaram pedidos, cujo período do cargo já se encontra terminado em 31 de dezembro de 2024.

Considerando que é necessário proceder a estensão dos cargos de direção e chefia das instituições para garantir a continuidade de serviços das instituições públicas do Estado.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei nr. 25/2016, de 29 de junho e sua alteração efetuada pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro; Considerando que a entidade abaixo nominada ainda não concluiu o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a decisão 6309/2024/CFP, que estendeu a comissão de serviço de todos os ocupantes de cargos de direção e chefia nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado até 31 de dezembro de 2024.

Considerando as decisões da CFP que estenderam nominalmente a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e chefia daquelas entidades que submeteram o requerimento de extensão como solicitado pela CFP;

Considerando que não foi submetido o requerimento de extensão das comissões de serviço, entretanto é necessário assegurar que o exercício dos cargos dirigentes prossiga sem interrupção;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a), do n.º2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. ESTENDER até 31 de janeiro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e chefia exercidos em substituição em instituições da Administração Pública que não foram ainda emitidas decisão de estensão nominal.

2. SOLICITAR às instituições para que encaminhem a lista de ocupantes dos cargos de direção e chefia à CFP, a fim de proceder a estensão nominal e garantir o registo de todos os ocupantes dos respetivos cargos no sistema de dados da Função Pública.

3. RECOMENDAR à entidade acima que realize o processo seletivo de mérito o mais rapidamente possível, a fim de garantir o cumprimento da exigência legal.

Publique-se

Díli, 8 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

Decisão N.º 6762/2025/PCFP

Considerando a lista de classificação final do Painel de Júri do concurso de recrutamento de agentes da administração pública da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), apresentada sob a nota interna 106/DNRDCFP/SKFP/XII/2024.

Considerando a classificação final do processo de recrutamento, em que foi apurado e classificado o candidato com maior nota para a referida posição;

Considerando que cabe à CFP homologar o resultado de qualquer natureza dos concursos feitos no setor público, de acordo com o artigo 38.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho, primeira alteração ao Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção de Pessoal para a Administração Pública;

Considerando o regimento interno que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para homologar o resultado de concurso público ou interno;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. HOMOLOGAR a ata final do painel de júri sobre o resultado do concurso de recrutamento de agente da administração pública equiparado à categoria de técnico profissional de grau C;

2. Autorizar o contrato de trabalho do seguinte agente da administração pública, em razão da aprovação em concurso público para o quadro da PCIC:

	NOME	EQUIPARAÇÃO
1.	Jualandia da Costa	TP C Esc 1

Publique-se

Díli 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6763/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 209/ Pres.Ezek/INCT/XII/2024, que solicitou prorrogar os cargos de direção e chefia daquela instituição que antes foram nomeados pela CFP.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia, como adiante:

NOME	CARGO
Maria Elsa Diogo Correia	Secretária Executiva, Cargo Equiparado a Diretora Geral
Benjamin Cabeças	Chefe Divisão de Tecnologias e Informação e Comunicação e de Média, Cargo Equiparado a chefe de departamento
Calistro Maria Correia	Chefe Divisão de Serviços de Administração e Recursos Humanos, Cargo Equiparado a chefe de departamento
Maria Jose A. da Costa Gonçalves	Chefe da Unidade de Pesquisa, Cargo Equiparado a chefe de departamento
Suzana Maria Rufina dos Santos	Chefe Divisão de Finanças, Cargo Equiparado a chefe de departamento
Nélio Guterres de Jesus	Chefe Divisão de Serviços de Aprovisionamento, Cargo Equiparado a chefe de departamento
Mariano Jacinto Soares	Chefe Divisão de Serviços de Logística e Património do Estado, Cargo Equiparado a chefe de departamento

Publique-se

Díli, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6764/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 594/PAM-AIL/XI/2024, que solicitou para cancelar os suplementos dos cargos da funcionária a quem foi nomeada para o cargo na Autoridade Municipal de Aileu, no entanto, foi posteriormente nomeada para assumir outro cargo no SNAEM, I.P., nos termos respetivamente das decisões 6552 e 6115/2024/PCFP.

Considerando que é necessário proceder a cessação da funcionária do cargo nomeada pela decisão 6126/2024/PCFP, para permitir o exercício do cargo nomeado pela decisão 6552/ 2024/PCFP no SNAEM,I.P.

Considerando as circunstâncias da cessação do cargo definidas nos artigos 15 e 16 do 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro (Regime dos cargos de Direção e Chefia da Administração Pública).

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Determinar a cessação do cargo de Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Programas de Saúde do Serviço Municipal de Saúde de Aileu, desempenhado pela Anabela Conceição de Andrade, com os efeitos a contar desde novembro de 2024.

Publique-se

Díli, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6765/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício de referência 2614/SE-SKFP/XII/2024, que solicitou à estensão dos cargos de direção e chefia na estrutura do Secretariado da CFP, enquanto aguardar o processo de seleção por mérito.

Considerando que antes foi emitida a decisão 6724/2024/PCFP, que determinou a estensão dos cargos do SCFP, no entanto, alguns cargos não se integram na lista, pelo que o SCFP solicita para que seja ajustado a incluir novamente esses cargos.

Considerando que a CFP emitiu recentemente a decisão 6761/2025/CFP, para estender os cargos das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal de ocupantes, pelo período até 31 de janeiro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;
Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER até 31 de março de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	SIGAP	CARGO
Manuel da Silva	31522-2	Sub-Inspetor do GIA, equiparado a diretor nacional
Edgar Maria do Rego Magno	29582-5	Chefe do Departamento de Tecnologia de Informação e Manutenção de Redes

Publique-se

Díli, 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6766/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 02/G-SECOMS/I/2025, da SECOMS, que solicitou à CFP para estender a comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da instituição.

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que as instituições que apresentaram a lista nominal de ocupantes procede-se a estensão conforme o pedido das respetivas instituições nos termos legais.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na Secretaria de Estado da Comunicação Social, como adiante:

NOME	**SIGAP**	**CARGO**
Florindo da Costa	36530-0	Diretor-Geral para a Comunicação Social
Adriano Monteiro	38261-2	Diretor Nacional de Promoção e Desenvolvimento dos Média Locais
Júlio Lopes	9128-6	Coordenador do Centro de Formação Técnica em Comunicação, Cargo Equiparado à Diretor Nacional
Deonaia da Silva Prego	22254-2	Diretora Nacional de Disseminação de Informação
Hermes Araújo Reis de Carvalho	31545-1	Chefe do Departamento de Formação
Domingas de Araújo	9645-8	Chefe do Departamento de Laboratório Especializado
Guida dos Santos	23855-4	Chefe do Departamento de Promoção e Disseminação da Informação
Alberto da Costa Ribeiro	29596-5	Chefe do Departamento de Estudo, Promoção e Desenvolvimento dos Média
Manuel de Fátima	13668-9	Chefe do Departamento de Apoio às Rádios Comunitárias
Diana da Costa	29394-6	Chefe do Departamento de Apoio ao DG para a Comunicação Social
Crisoni Vitoriano	11755-2	Chefe do Departamento de Audivisual

Publique-se

Díli, 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6767/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 01/DGSC-MCI/I/2025, que reclamou sobre a lista de ocupantes, que se encontram na estensão não foram de acordo com a proposta apresentada pela instituição, solicitando, desta forma, a retificação da decisão 6687, para efetuar as necessárias correções nos termos da lista anterior apresentada.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando os termos e as condições de cessação dos cargos definidos nos artigos 15 e 16 do Decreto-Lei n.º 25/ 2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Assim, o Presidente da Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Retificar a decisão 6687/2024/CFP para retirar da lista e determinar sem efeito os ocupantes dos cargos contidos na referida decisão, como adiante:

NOME		CARGO
Filipe Maria Soares	33135-0	Chefe de Departamento de Planeamento de Recursos Humanos

2. Nomear os funcionários para em regime de substituição assumir os cargos de chefia na estrutura do MCI, pelo período a contar a partir de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025:

NOME		CARGO
Elisiario Manuel A. de Sousa	47516-5	Chefe de Departamento de Apoio às Atividades Comerciais
Soraya Natalia da Silva Araújo	23316-1	Chefe de Departamento de Planeamento de Recursos Humanos

Publique-se

Dili 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6768/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 04/ MESCC/MINISTRO/I/2025, ques solicitou à CFP a fim de estender a comissão de serviço do cargo da Secretária Executiva do INCT, pelo período de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER a comissão de serviço do cargo no Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia, pelo período de seis (6) meses, com os efeitos a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025, como adiante:

NOME	**CARGO**
Maria Elsa Diogo Correia	Secretária Executiva, Cargo Equiparado a Diretora Geral

Publique-se

Díli, 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6769/2025/CFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 01/GAB-SEI/I/2025, que solicitou a estensão da comissão de serviços dos ocupantes de cargos de direção e chefia nomeados e estendidos pela decisão 6276/2024/CFP até a realizaração do processo de seleção por mérito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 30 de junho a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na Secretaria de Estado da Igualdade, como adiante:

NOME	**CARGO**
Armando da Costa	Diretor-Geral
Benigna Maria Amaral	Inspetora do Gabinete de Inspeção e Auditoria
Apolónia da Cunha	Diretora Nacional Administração e Finanças
Maria Eusébia Soares de Lima	Diretora Nacional de Gestão do Plano e Estratégia
José do Rosário de Carvalho	Diretor Nacional de Desenvolvimento da Igualdade de Género
Celeste Gonçalves Ramos Martins	Diretora Nacional da Política de Igualdade de Género
Maria Filomena Babo Martins	Diretora Nacional de Relações- Públicas e Média
Lígia de Jesus Martins Leite	Chefe do Departamento Administração e Logística
Salvador Soares Barreto	Chefe da Secção de Logística
Nélson dos Santos Madeira	Chefe do Departamento de Finanças
Emanuel dos Santos Gomes	Chefe do Departamento de Aprovisionamento
Fátima Xavier Barreto	Chefe do Departamento do Plano, Monitorização e Avaliação
Gizela Maria do Rosário das Neves	Chefe do Departamento dos Recursos Humanos
Ferina Maria Varela	Chefe do Departamento Jurídico
Henrique da Silva	Chefe do Departamento de Empoderamento Económico da Mulher
Agostinha da Costa	Chefe do Departamento de Participação da Mulher na Vida Política
Abílio Barreto	Chefe do Departamento de Abordagem Integrada do Género
Olga da Costa Monteiro	Chefe do Departamento de Prevenção e Combate da Violência Baseada no Género
Hermínio Xavier	Chefe do Departamento de Relações Públicas e Parceiros de Desenvolvimento
Idina de Fátima Araújo	Chefe do Departamento de Média e Comunicação
Justino Feliciano Soares	Chefe da Secção de Tecnologias da Informação

Publique-se

Díli, 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6770/2025/PCFP

Considerando as informações do ofíco de referência 01 /SNI/ 2025, do SNI, que solicitou a estensão dos cargos de direção e chefia pelo período a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025.

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, pelo período a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025:

No	NOME	CARGO
Direção Nacional Servisu Administrativu		
1	TP/C Octavia Cristina Gusmao de Almeida Carmo (33219-4)	Diretor do Serviço Administrativo, equiparado a Diretor Nacional
2	TP/D Mariano da Cruz (13773-1)	Chefe Secção de Finanças, equiparado a chefe do Departamento
3	TP /D Filipa da Costa Pinto (49986-2)	Chefe Secção de Aprovisionamento, equiparado a chefe do Departamento
4	TP/ D Antonio Jacinto dos Reis Ximenes (13777-4)	Chefe Secção de Logística, equiparado a chefe do Departamento
5	TP/C Basilio Lopes (17027-5)	Chefe Secção de Recurso Humanos e Formação, equiparado a chefe do Departamento
Direção Nacional Serviço Informação Externas		
6	Isaías Ambrósio Ximenes	Diretor Nacional de Informação Interna
7	TP/C Jaime Albano de Oliveira Alves (11416-2)	Diretor Nacional de Informação Externa
8	TP/C Simão da Silva Soares (11444-8)	Chefe Secção de Cooperação Externa ,equiparado a chefe do Departamento
9	TP/D Jorge Araujo de Jesus (11439-1)	Chefe Secção de Contra Espionagem, equiparado a chefe do Departamento
10	TP/C Mateus Filomeno dos Reis (33220-8)	Chefe Secção de Crime Transnacionais, equiparado a chefe do Departamento
Direção Nacional Serviço Informação Internas		
11	TP/ C Joanico da Silva (49988-9)	Chefe Secção de Pesquiza, equiparado a chefe do Departamento
12	TP/C Elvis Fernandes de Oliveira (33221-6)	Chefe Secção de Analise, equiparado a chefe do Departamento
13	TP/C Julio da Assunção (33222-4)	Chefe Secção de Operacões, equiparado a chefe do Departamento
Centro de Dadus		
14	TP/ D Frederico Alves dos Santos (49983-8)	Chefe Unidade de Tecnologia de Informação e Comunicação, equiparado a chefe do Departamento
15	TP/D Henrique Antonio Belmiro Sousa Guterres (33214-3)	Chefe Unidade de Base de Dadus, equiparado a chefe do Departamento

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6771/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 03/G-MI/I/2025, que solicitou à CFP para que proceda a estensão da comissão de serviços dos cargos daquela instituição pelo período mais de três meses.

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que a estensão de ocupantes dos cargos procede-se com base na lista de atuais ocupantes em exercício de funções.

Considerando os termos e condições definidos no Decreto-Lei 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro (Regime dos Cargos de Direção e Chefia da Administração Pública).

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER até 31 de março de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	SIGAP	CARGO
Bento Pereira de Jesus	12923-2	Diretor Jeral Administração Finanças
Filipe Tavares de Jesus	27133-0	Coordenador Unidade de Apoio a Administração -Equiparado a Chefe Departamento
Lidia Soares Cristovão	16449-6	Chefe Departamento de Pagamentos e Tesouro
Henrique Tunis Colo	26006-1	Chefe Secção de Pagamentos
Emilia da Costa Carvalho	39162-0	Chefe Secção de Tesouro
Liberato da C. Pacheco	28712-1	Diretor Nacional de Recursos Humanos
Senhorinha Miranda	868-0	Chefe Departamento de Recursos Humanos
Avelino Martins	868-0	Chefe Secção de Administração
Evaristo Ribeiro Lobato	868-0	Chefe Departamento de Pessoal e Formação
Januario Monteiro Tilman	12696-9	Chefe Departamento de Administração
Paulina Maria Ximenes de Jesus	12685-3	Chefe Departamento de Planeamento
João da Cruz	30256-2	Diretor Nacional de Aprovisionamento
Tomasia Terezinha da Costa	30255-4	Chefe Departamento de Administração
Mafalda Borges	8813-7	Chefe Departamento de Planificação e Concurso
Egas Silva Carvalho Alves	28494-7	Chefe Departamento de Gestão dos Contratos
Almerindo A. M. G. da Costa	12687-0	Chefe Unidade de Avaliação Equiparado a Chefe Departamento
Thobias S. Martins Valentin	27127-6	Diretor Nacional de Logistica, Gestão do Patrimonio e Arquivo
Jose Oto Oqui	39527-7	Chefe Departamento de Administração, Arquivo e Registo
Armindo Gouveia Leite	967-9	Chefe Secção de Arquivo
Eugenio Cardoso Amaral	5238-8	Chefe Departamento de Logistica
Antonio Pereira	10759-0	Chefe do Departamento de Gestão do Patrimonio Movel e Imovel
Gaspar Pereira de Sousa	27038-5	Diretor Geral de Seguranca e Prevenção de Conflictos
Lidia Lopes de Carvalho	10779-4	Diretora Nacional da Prevenção de Conflictos Comunitária
Florindo da Costa	9593-1	Chefe Departamento de Administração
Francisco Pereira Carceres	10187-7	Chefe Departamento de Prevenção de Conflitos Comunitária
Januario dos Santos Alves	27138-1	Chefe Departamento de Resolução de Conflitos
Adina F. Fernandes	8840-4	Chefe Unidade Educação Civica e Genero – equiparado a Chefe Departamento
Martinho Martins	39415-7	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Aileu equiparado a Chefe Departamento Municipal
Francisco Boavida da Costa	39412-2	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Baucau equiparado a Chefe Departamento Municipal
AlbertoTilman	39423-8	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Covalima equiparado a Chefe Departamento Municipal
Domingos Mali	9635-0	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Dili equiparado a Chefe Departamento Municipal
Lourenco Soares	6712-1	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Manatuto equiparado a Chefe Departamento Municipal
Januario Brites	39416-5	Coordenador Unidade de Prevenção de Conflitos Comunitários de Liquica equiparado a Chefe Departamento Municipal
Rogerio da Araujo	8816-1	Diretor Nacional de Seguranca e Patrimonio Publico
Abel Maria Soares	873-7	Chefe Departamento de Administração e Disciplina
Teresa Doutel Sarmento	9438-2	Chefe Secção de Recursos Humanos
Filipe Antonio da Costa	29548-5	Chefe Secção de Disciplina
Diamantino dos Reis	923-7	Chefe Secção de Planeamento e Finanças
Cerilio Maria Guterres	10200-8	Chefe Departamento de Fiscalização e Supervisão da Empresas Privadas de Seguranca, Formação, Licenciamento e Documentação
Revina Alves	32830-8	Chefe Secção de Licenseamento e Documentação da Empresas Privadas de Seguranca
Samuel Paulo Mesquita Rebelo	29692-9	Chefe Secção de Fiscalização e Supervisão das Empresas Privadas de Seguranca
Silvino Malimau dos Santos	29681-3	Chefe Departamento Operacional
Antonio Soares Manuel	830-3	Chefe Secção de Gestão Operacional
Jaime Barros de Jesus Guterres	16477-1	Chefe Secção de Controlo
Jaime dos Santos	8848-0	Chefe Secção de Intervenção
Vital Bere da Conceição Saldanha	9848-5	Chefe Unidade de Informação – equiparado a Chefe Departamento
Mouzinho Mendonca	13666-2	Coordenador Unidade SPP de Aileu – equiparado a Chefe Departamento Municipal
Jose do Nascimento Bonaparte	6779-2	Chefe Secção de Gestão Operacional (Aileu)
João Soares	6774-1	Chefe Secção de Controlo e Informação (Alleu)
Valdamiro de Araujo Bucar	5923-4	Coordenador Unidade SPP Ainaro - equiparado a Chefe Departamento Municipal
Aderito Soares da C. Moniz	43852-9	Chefe Secção de Controlo e Informação Ainaro
Armindo Soares Ximenes	9506-0	Chefe Secção de Gestão Operacional Baucau
Domingos do Rosario Belo	6568-9	Chefe Secção de Controlo e Informação Baucau
Alberto Soares	9644-0	Coordenador Unidade SPP Bobonaro - equiparado a Chefe Departamento Municipal
Carolino Carvalho Besin	11215-1	Coordenador Unidade SPP Covalima - equiparado a Chefe Departamento Municipal
Julio Alves Amaral	9201-0	Chefe Secção de Gestão Operacional.
Hermenegildo E. Moniz	6688-5	Chefe Secção de Controlo e Informação
Miguel Barreto	5280-9	Coordenador Unidade SPP Dili - equiparado a Chefe Departamento Municipal
Antonio Assis	5237-0	Chefe Secção de Gestão Operacional Dili
Apolio Firminio Soares	5366-0	Chefe Secção de Controlo e Informação Dili
Nelson Domingos Tilman	12308-0	Coordenador Unidade SPP Ermera
Venseslau de Fatima Salsinha	13340-0	Chefe Secção de Gestão Operacional Ermera
Verissimo da Cruz	8476-0	Coordenador Unidade SPP Lautem
Rafael Soares	6913-2	Chefe Secção de Gestão Operacional Lautem
Januario Barris de Jesus	5755-0	Coordenador Unidade SPP Liquica
Vicente Ribeiro	5895-5	Chefe Secção de Gestão Operacional Liquica
Rogerio Soares	8384-4	Chefe Secção de Controlo e Informação Liquica
Artur Ribeiro Belo	9505-2	Coordenador Unidade SPP de Manatuto
Paulino da Costa	9605-9	Chefe Secção de Gestão Operacional Manatuto
Lorenco Marques Tavares	13763-4	Chefe Secção de Controlo e Informação Manatuto
Abilio Mendes	9631-8	Coordenador Unidade SPP de Manufahi
Saturnino de Jesus Pinheiro	27672-3	Chefe Secção de Gestão Operacional Manufahi
Afonso Leonicio	5288-2	Chefe Secção de Controlo e Informação Manufahi
Calistro Tau	6764-4	Coordenador Unidade SPP de RAEOA
Francisco Magno	8812-9	Chefe Secção de Gestão Operacional RAEOA l
Julio Gomes	8314-3	Chefe Secção de Gestão Operacional Viqueque
Joaquim Lemos	9299-1	Chefe Secção de Controlo e Informação Viqueque
Julião Fernandes	30177-9	Diretor Nacional de Seguranca Rodoviaria
Domingos Magalhaes Alves da Cruz	27763-0	Chefe do Departamento de Prevenção e Seguranca Rodoviaria
João de Sousa	874-5	Chefe do Departamento de Fiscalização e Contràordenacoes
Bendito Jose Casimiro	29591-4	Cordenador do Gabinete de Planeamento Estrategico
Elder Soares	14670-6	Diretor da Unidade de Planeamento Estrategico
Benvida da Costa Freitas	7007-6	Coordenador da Unidade de Apoio a Administração

Domingas Maia Barros	10777-8	Diretora da Unidade de Fiscalização, Monitorização e Avaliação
Candida R. Costa Soares	28493-9	Inspectora Geral do Gabinte de Inspecção e Auditoria – equiparado ão Diretor Geral
Candido F. Pereira Gusmão	12693-4	Adjunto inspector
Olimpia Maria de Jesus Sousa Lourdes	15156-4	Chefe do Departamento de Inspecção de Contratação Publica
Fatima Graziela da Costa Correia	29590-6	Chefe de Departamento de Inspecção Administrativa, Logistica e Disciplina
Idelfonso da Silva	31218-5	Chefe do Departamento de Auditoria
Mariano de Araujo	12688-8	Chefe de Unidade de Apoio a Administração no Gabinete de Assessoria e Apoio Juridico
TP C Amancio Aguido Punef	(11967-9)	Diretor Nacional de Finanças e Orçamento
TS B Norberto Salsinha Martins	(12696-9)	Chefe do Departamento de Orçamento
AAP Juvêncio Amaral Leonardo	(46171-7)	Chefe do Departamento de Contabilidade e Verificação

Publique-se

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6772/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 01/GMJ-M/01/2025, que solicitou à CFP a fim de a nomeação em comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia em substituição, pelo período de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025 e cessação dos atuais ocupantes.

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. Nomear em comissão de serviço os funcionários para desempenhar os cargos de direção e chefia, pelo período de seis (6) meses, com os efeitos a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025, como adiante:

No	Nome completo	SIGAP	CARGO
`1	Salvador da Costa Fernandes	11540-1	Inspector Geral do GIA
`2	Jose Paulino Dias Ximenes	28711-3	Sub-Inspector de Inspecção e investigação
`3	Florindo da Costa Fernandes	28711-3	Sub-Inspector de fiscalização e Auditoria
`4	Jaime Maia	11539-8	Chefe Dep. de Fiscalização e Auditoria do G-GIA
`5	Agripina Maria S. Sequeira	11220-8	Chefe Dep. Administração do GIA
`6	Agapito da Cruz Xavier	6959-0	Chefe Dep. Avaliacao, Monitorizacao e Desenvolvimento - GIA
`7	Juliana Fatima Gama	11559-2	Chefe Dep. - GIA
`1	Octavia Celeste de Sousa Soares	787971-5	Diretora/o-Geral de Administração
`2	Olávia Barreto	39439-4	Chefe do Dep. de Apoio Geral da DGA
`1	Rosinha M das Dores M Conceicao	11198-8	Diretora DNAF
`2	Isolino Marques	11537-1	Chefe Dap.de Planeamento e Orçamento
`3	Carmen Fatima Moniz Soares	11221 - 6	Chefe Dep. de Finansas
`4	Mariano Pires	24087-7	Chefe Dep. de Administração e Logistica
`5	Maria Gabriela Nurdiana Mariyati Estelita Munthe	23906-2	Chefe Dep.de Pagamento
`1	João Maupelo da Costa	16692-8	Diretor Nacional de Recursus Humanus
`2	Egidio Pedroso	9554-0	Chefe Dep. de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
`3	Benigna dos Reis Magalhães	30911-7	Chefe Dep. da Administração de Apoio Base de Dados de Recursos Humanos
`4	Isabel Ximenes Lobato	31825-6	Chefe.Dep. dos Funcionamentos de Recursos Humanos
`1	Nelinha de Deus Soares	11218-6	Diretora DNA
`2	Carla de Jesus Barros	23951-8	Chefe Dep. Gestão de Procedimentos de Aprovisionamento
`3	Jose Maria de Paulo Mota	24997-1	Chefe Dep. de Administração e Arquivo
`4	Esperanca C. Dias Soares da Silva	31511-7	Chefe Dep. de Gestão e Monitorização de Contratos
`1	Sebastião Domingos .F.Belo	30173-6	Diretor Nasional de Teknologia de Informática
`2	Joao Coutinho Tilman	33309-3	Chefe Dep. Administração Sistema e Infrastrutura de Rede
`3	Domingos Cesar Mouzinho	30923-0	Chefe Dep. De Desenvolvimento Sistema Informação e Base de Dadus
`4	Prisca da Cruz	33305-0	Chefe Dep. De Apoio Usuário e Acesso Informação
1	Honorio Aureliano Soares Magalhaes	24329-9	Diretor Geral PJ-MJ
2	Antonieta Fatima Soares da Silva	33308-5	Chefe de Gabinete DGPJ-MJ
`1	Benia Beatriz Ximenes alves	27013-0	Diretora UPCS
`2	Amilcar Soares Seixas	23938-0	Chefe Dep. De Comunicação Social
`3	Carlos Goncalves Dias	24038-9	Chefe Dep. De Protocolo
`1	Nelinho Vital	10804-9	Diretor DNAJL
`2	Maximiano Fernandes	11536-3	Chefe de Dep. da Administração
`3	Aquelina Fatima	31824-8	Chefe de Dep. de LEGIS-PALOP+TL
`4	Zelia do Rego dos Santos	29946-4	Chefe de Dep. de Tradução.
`5	Carmelindo da Silva Caetano	39440-8	Chefe Dep. Assesoria Jurídica e Política Legislativa
`6	Miguel Mali Bere Fernandes	24614-0	Chefe Dep.Documentação, Estatistica e Arquivo Juridico

`1	Julberta Soares	23973-9	Diretora DNDHC
`2	Elvio Marciano de Deus Soriano	28188-3	Chefe Dep. Direitos Humanus e Plano de Acao Nacional do MJ
`4	Virgilio Faustino da Silva	39438-6	Chefe Dep. de Relaçoes Públicas, Documentacao e Divulgação
`5	Adriano Barbosa Soares	24041-9	Chefe de Dep.Tratados e Monitorizasaun de Direito Humanos
`6	Maria Lucia Gago	24039-7	Chefe de Dep. de Administração e Financas
`1	Delfio Soares Alves	31822-1	Diretor DNSPRS
`2	Demetrio da C.X.dos Santos	11558-4	Chefe Dep. de Gestão da Administação, Pessoal e Patrimonial
`3	Juvita Avelina Gusmão	34718-3	Chefe Dep. de Estudos e Formação
`4	Julio Dias Ximenes	6856-0	Chefe Dep. de Gestão de Risco e Mitigação
`5	João Domingos	991-1	Chefe Dep. de Sistema Informação Prisional,
`6	Domingos Afonso Ximenes	996-2	Dep. de Reinserção Social e Observação Criminológica
`1	Agapito Kantu	9282-7	**Diretor Munisipal EPB**
`2	Andre Pereira Corceiza	10045-5	Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Becora
`3	Americo Araujo de Jesus	10055-2	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Becora
`4	Fernando da Costa	1254-8	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Becora
`5	Mateus Ricardo da C. Soares	10022-6	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Becora
`6	Juvinal de Oliveira	10029-3	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Becora
`1	Rui Goncalves	5243-4	**Diretor Munisipal EPS**
`2	Augusto Humberto dos Reis	10000-5	Chefe Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Suai
`3	Ponciana da Cruz	41762-9	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Suai
`4	Zeferino Barreto	41751-23	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Suai
`5	Januario Barros	15235-8	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Suai
`6	Joao de Jesus	41763-7	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Suai.
`1	Cristiano Salsinha	1009-0	**Diretor Munisipal EPG**
`2	Jose Almeida da Costa	9997-0	Chefe de Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Gleno
`3	Lucinda Manezes Madeira	8440-9	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Gleno
`4	Lucia de Jesus Martins	8450-6	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Gleno
`5	Francisco de Jesus	10027-7	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Gleno
`6	Manuel de Deus Soares	8446-8	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Gleno
`7	Eusebio dos Santos	8443-3	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Gleno
`1	Domingas Castanheira	11543-6	Chefe de Departamento de Administração
`2	Madalena Guterres Correia	27026-1	Chefe de Departameto de Cooperação
3	Lourenço Tavares Ferreira	55306-6	Chefe de Departamento de Formação
4	Inocencio Jose Alves	23942-9	Chefe de Departamento de Biblioteca

1	Lucas António da Costa	6901-9	Diretor Geral de Terras e Propriedades
2	Manuela Adelina da Costa Seac	24050-8	Chefe de Dep de Gabinete de Apoio da Administração da DGTP
`1	Gaspar Soares de Sá Benevides	6948-5	Diretor Nacional de Terras e Propriedades
`3	Inacio do Rosario Cabral	24053-2	Chefe de Dept. de Afetação e Alocação Oficial
`4	Mateus Ramos Pereira	756-0	Chefe de Dept. de Atribuição de Titulos e disputas de terras
`1	Nuncio Tomas C. P. Mestre	7970-7	Diretor Nacional Serviços Cadastrais
`2	Damiao Barreto da C Araujo	28565-0	Chefe de Dept. Clasificação e Avaliação do Valor da Renda
`3	Afonso da Costa Belo	28894-2	Xefe Departementu Execucao cadastro
`4	Jose Maria dos Santos	28618-4	Xefe Departementu de sistema informasaun de terras
`1	Paulino da Cruz	7370-9	Diretor Nacional Informacao e Geoespacial
`2	Domingos da Costa Hornay	27885-8	Xefe Depart.de deliminacao terras
`3	Romaldo da Silva Luis	28885-3	Xefe Depart. De geodesia
`4	Pievia G. Alves de Sá Benevides	28831-4	Xefe Depart. De infra-estruturas de dados espacial
1	Helder Cosme Marcal Belo	11253-4	Diretor da Unidade de Arrendamentu de Bens Imóveis do Estado
2	Genilda do Rosário Seran	7959-6	Chefe Departamento de Arrendamento de Bens Imóveis do Estado
`1	Zacarias Mendonça	28834-9	Diretor Municipal STPSC-Aileu
`2	Filomeno da Silva	8049-7	Diretor Municipal STPSC-Ainaro
`3	Mateus da Costa	7552	Diretor Municipal STPSC-Baucau
`4	Castro Laco Martins	24048-6	Diretor Municipal STPSC-Bobonaro
`5	Carlos Caitano	16893-9	Diretor Municipal STPSC-Covalima
`6	Francisco de Deus	24073-7	Diretor Municipal STPSC-Dili
`7	Afonso Salsinha	754-4	Diretor Municipal STPSC-Ermera
`8	Devina Maria Branco	24062-9	Diretor Municipal STPSC-Lautem
`9	Leoneto da Silva Hale	28862-4	Diretor Municipal STPSC-Liquiça
`10	Anibal D. Sarmento	757-9	Diretor Municipal STPSC-Manufahi
`11	José Magno P. da C. de Carvalho	28640-0	Diretor Municipal STPSC-Manatuto
`12	Apolinario Ximenes	8005-5	Diretor Municipal STPSC-Viqueque
`1	Agostinho Goncalves Vieira	23960-7	Diretor Geral dos Serviços de Registo e do Notariados
`2	Zelia Ximenes	24731-6	Chefe do Gabinete de Administracao da DGSRN
`1	Frederico Paulo de Fátima Martins	23969-0	Diretor Nacional CSRN-Dili
`2	João Florêncio Soares	23964-0	Chefe Dep. Registos Civil Central e Nacionalidade
`3	Maria do Ceo da Conceição	776-5	Chefe Dep. do Registo Nacional de Pessoas Colectivas
`4	Suzana Petronela Soares Fernandes	775-7	Chefe Dep. de Arquivos Centrais
`5	Duarte Quintão	28535-8	Chefe Dep de Registo Automovel e outros Bens Moveis
`6	Josefina da Costa Sarmento	28137-9	Chefe Dep. de Registo Predial
`7	Delfina Maia Amaral	11920-2	Chefe Dep. de Administração
`1	Nelson Manuel Moniz Belo	8855-2	Diretor Nasional Identifição Civil e Registo Criminal
`2	Berdato N. F. de A. Corte-Real	23962-3	Chefe Dep. de Identificação Civil
`3	Domingos Aleixo Magno	8856-0	Chefe Dep. de Registo Criminal
`4	Carmezelia Ataide Mendonça	33311-5	Chefe Dep. de Passaporte e Passes de Fronteira
`5	Bernardino Freitas	30908-7	Chefe Dep.de Tecnologia e Informática

`1	Amaro Martins	5703-7	Diretor Municipal CSRN Aileu
`2	Joanico da Silva	27965-0	Diretor Municipal CSRN Ainaro
`3	Justina das N. Mendonça	6730-0	Diretor Municipal CSRN Baucau
`4	Marciano Mali Loe	33306-9	Diretor Municipal CSRN Bobonaro
`5	Filomena Gusmão	6724-5	Diretor Municipal CSRN
`6	Ana Maria F.da Conceição Soares	5980-3	Diretor Municipal CSRN-Dili
`7	Elisio Baldoina de Fátima Madeira	7999-5	Diretor Municipal CSRN-Ermera
`8	Amandio Alves Gomes	5700-2	Diretor Municipal CSRN-Lautem
`9	Nelson Pinto de Carvalho	16689-8	Diretor Municipal CSRN-Liquiça
`10	Alda Maria Jose P. S. da Silva	6706-7	Diretor Municipal CSRN Manatuto
`11	Margarida da Costa	8459-0	Diretor Municipal CSRN Manufahi
`12	Rogério da Costa	7681-3	Diretor Municipal CSRN-Viqueque

2. Cessar os ocupantes dos cargos de direção e chefia da estrutura do Ministério da Justiça, com base no pedido do ofício supra e ainda com base na lista de pessoal do Ministério da Justiça, com os efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

Publique-se

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6773/2025/CFP

Considerando as informações apresentadas no ofício nr. 03/ GASC/I/2025, que solicitou à CFP para estender a comissão de serviço dos funcionários nos cargos de direção e chefia na estrutura do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil, nos termos do Diploma Ministerial 50/2024, de 17 de julho.

Considerando o Despacho 02/GMCAS/I/2024, do Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, que procedeu a nomeação de funcionários para os cargos na estrutura do GASC.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

Estender a comissão de serviço de ocupantes para exercer os cargos na estrutura do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil, pelo período de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025 ,enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
Roberto de Araujo (17028-3)	Diretor Nacional de Administração, Finanças e Planeamento
Suzety Herlayla P. Mousaco Soares (18237-0)	Diretora Nacional para a Programação
Albertino D. Sarmento (30960)	Chefe do Departamento de Administração Aprovisionamento e Logística
Cipriano Moreira Fraga (69476)	Chefe do Departamento de Comunicação, Relações Pública e Informática

Publique-se

Dili, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6774/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício de referência 01/ MDRHC/RDTL/I/2025, que solicitou à CFP para que proceda a estensão da comissão de serviços de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da instituição pelo período até 30 de junho de 2025.

Considerando a nomeação para os cargos de direção ou chefia do Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária;

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO
Filipe Vieira Cardoso, 16488-7	Diretor-Geral do Desenvolvimento Rural
Manuel da Costa Xavier, 23898-8	Direção-Geral de Habitação Comunitária
Flaviano Godinho, 9205-3	Diretor- Geral dos Serviços Corporativos
Orlando da Conceição, 17073-9	Inspetor do Gabinete de Inspeção e de Auditoria
Marito Vicente da Costa, 16294-9	Diretor Nacional de Políticas de Desenvolvimento Rural Integrado
Carascalao da Conceição 27550-6	Diretor Nacional de Infraestruturas Rurais
Feliciano Barreto, 39230-8	Diretor Nacional de Inovação, Promoção e Capacitação
Felisberto Ribeiro Araújo, 10796-4	Diretor Nacional de Política de Habitação Comunitária
Prodenciano Maria Soares, 30242-2	Diretor Nacional de Desenvolvimento da habitação Comunitária
Saturnino Gomes Caldas Brites 10927-4	Diretor Nacional de Controlo de Qualidade da Habitação
Domingos Moniz, 11777-3	Diretor Nacional de Administração e Recursos Humanos
Euzebio Gomes 16048-2	Diretor Nacional de Aprovisionamento
Alice Tilman Cepeda 12489-3	Diretor Nacional de Finanças, Património e Logística
TP C Lucia Dias Freitas (29336-9)	Diretora Nacional do Gabinete de Apoio Jurídico
Domingos Amaral 31643-1	Chefe Unidade de Parceria e Cooperação
Benjamin Pereira Gama, 11405-7	Diretor do Gabinete de Transformação e Digitalização
Fortunato Godinho Amaral, 38246-9	Subinspetor da Unidade de Serviços de Inspeção e Fiscalização
Cerilia Amelia de Sousa Saldanha, 9143-0	Subinspetor da Unidade de Serviços de Auditoria Interna
Lurdes Maria da Costa Fernandes, 19623-1	Chefe do Departamento de Estudo e Pesquiza
Jose Soares Lorens, 17680-0	Chefe do Departamento de política do Desenvolvimento Rural Integrado
Libânio Paulo da Cruz de Jesus, 14225-5	Chefe do Departamento de Promoção e Inovação
Tobias Moniz Vicente, 29707-0	Chefe do Departamento Formação e Capacitação
Adélio Simão de Jesus, 35616-6	Chefe do Departamento do Plano e Política de Habitação Comunitária
Epifania Amaral de Carvalho, 46598-4	Chefe do Departamento de Estudo da Habitação Comunitária
Laila Maria Ribeiro Guteres, 12544-0	Chefe do Departamento do Planeamento de Habitação
Bendito Salsinha, 24511-9	Chefe do Departamento de Implementação dos Programas
Eulália Marila de Carvalho, 46241-1	Chefe do Departamento de Análise da Sustentabilidade dos Programas
Lucia da Costa Moreira, 29335-0	Chefe do Departamento de Administração, Comunicação e Protocolo
Eldino dos S. Antunes, 25143-7	Chefe do Departamento de Gestão de Recurso Humanos
Antonio Soares, 13890-8	Chefe do Departamento de Logística
Rizoleta Armando da Costa Izac Amaro, 29490-0	Chefe do Departamento de Contratação Pública
Sandra de Araújo Carvalho, 28244-8	Chefe do Departamento de Administração e Pagamento
Marcelina M. Soares, 25622-6	Chefe do Departamento de Finanças
Ageu Jorge Cardoso, 25717-6	Chefe do Departamento de Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação
jacinta dos Santos, 13110-5	Chefe do Departamento de Parceria
Manuel Maria dos Santos, 26054-1	Chefe do Departamento de Cooperação
Abelito Incarnação, 28994-9	Chefe do Departamento da Unidade de Infraestruturas de Redes e Segurança
Jeanini Armindo Manemuna Ribeiro Soares, 46616-6	Chefe do Departamento da Unidade de Sistema de Gestão de Dados
Jony Mendonça, 25824-5	Chefe do Departamento de Integração do Software

Publique-se

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6775/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 224/IPB/2VP/XII/2024, que solicitou a estensão de ocupantes dos cargos de direção e chefia do IPB, a fim de processar o pagamento de suplementos para os respetivos cargos.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Instituto Politécnico de Betano:

NOME	CARGO
Amancio Horacio	2° Vice Prezidente
Cipriano Tilman	1° Vice Prezidente
Roberto da Costa Magno	Inspetor Jeral
Domingos Faria	Diretor Nacional Adm. Finansa
Veriato Rafael Mendonça	Diretor Nacional Aprovizionamentu
Pedro de Deus	Diretor Nacional Adm. Akademika no IT
Jose Amaral Tilman	Chefe do Departamento Aprovisionamento
Alexandre Marques	Diretor Escola Superior de Engenharia
Abilio dos Santos	Diretor Escola Superior de Agronomia e Zootécnica
Domingos Cruz Pinto	Coordenador de Laboratorio do Curso de Produção de Animal
Jose Mendes	Coordenador do Curso de de Produção do Animal
Cosme Soares Fraga	Coordenador Laboratorio Curso Construção Civil - ESE
Aquino Vilde Acacio da Cruz	Coordenador Curso Construção Civil

Publique-se

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6776/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 02/MESCC/MINISTRO/I/2025, que solicitou à CFP para que ratifique a nomeação de ocupantes dos cargos feita pela decisão 6691/2024/CFP, bem como nomeie de ocupante do cargo do departamento de parceria e cooperação em substituição ao atual ocupante.

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando a nomeação para os cargos de direção ou chefia do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. Retificar a decisão 6691/2024/CFP, que procedeu a estensão de ocupantes dos cargos de direção e chefia do MESCC para ajustar os ocupantes e respetivos cargos conforme o pedido pelo período até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

NOME	SIGAP	CARGO
TP D Hermenegildo Guterres Conceição	26755-4	Coordenador da Unidade de Relações Públicas, equiparado a diretor nacional
James Roger	18498-5	Diretor Nacional de Lojística e Património
Mafaldo Lopes Victor	8891-9	Coordenador da Unidade Jurídica

2. Cessar Marcelina Liu da comissão de serviço do cargo de Chefe do Departamento de Parcerias e Cooperação, com os efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

3. NOMEAR Terezinha Machado Fernandes para, em substituição exercer em comissão de serviço do cargo de Chefe do Departamento de Parcerias e Cooperação, a partir de 1 de janeiro de 2025 e até 31 de dezembro de 2025.

Publique-se

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

Decisão nº 6777/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício de referência 03/CNE/I/2025, da CNE, que solicitou a nomeação em substituição para os ocupantes dos cargos de direção e chefia conforme a est
Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. Nomear e proceder a estensão até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	SIGAP	CARGO
Deolindo Deo Ramos	12633-0	Diretor Geral
António Martins Soares	17978-7	Inspetor Geral
José Soares Fonseca	23190-8	Diretor Nacional dos Assuntos da Plenária, Relação Pública e Cooperação
Mariazinha Amaral	28662-1	Diretora Nacional Edukasaun Sivika, Assuntu Partidu Politiku, Dokumentasaun, Media no Informatika
José Borges Ximenes		Diretor Nacional das Finanças, Administração, Aprovisionamentu e Logística
Rosalino dos Santos Antunes	27076-8	Subinspetor kargu equiparado Diretor Nacional
Evangelino de Jesus Fatima	23249-1	Chefe Gabinete Presidente kargu equiparado Diretor-Geral
Helio Francisco Amaral	28163-8	Chefe Departamento apoiu Juridiku
Teresa F. Da Costa Belo		Chefe Departamento Aprovisionamentu
José Idinha R. Gama da C. Lobo	28653-2	Chefe Departamento Logistika no Patrimoniu
Manuel Gaspar dos Santos		Chefe Departamento Media no Dokumentasaun
Martinho do Nascimento do Rego		Chefe do Departamento do Serviço de Informação e Tecnologia
Martinho Soares	27059-8	Chefe Departamento Edukasaun Sivika no Assuntu Partidu Politiku
Simão Pereira Lopes	22283-6	Chefe Departamento Relasaun Publika no Kooperasaun
Rita Romana Ximenes	38728-2	Chefe Departamento Protokolu
Carlos Alves Lopes	20209-6	Chefe Departamento Auditoria Interna
Maria Auxiliadora Boavida Vitor	14484-3	Chefe Departamento Inspesaun
Lucia Soares Martins		Chefe do Departamento de Finanças e Planificação
Domingos Lopes Sarmento Soares	16176-4	Chefe Secção Media e documentação
Bernadino Osmenio Cortereal Tilman	16174-8	Chefe Secção Patrimoniu
Nelio da Costa Guterres	28149-2	Diretor CNE Município Aileu
Feliciano da Costa dos Santos	28024-0	Diretor CNE Município Ainaro
Lino Ximenes		Diretor CNE Município Atauro
Esmeraldo Damião Belo	28004-6	Diretor CNE Município Baucau
Juvito José António Ramos	22402-2	Diretor CNE Município Bobonaro

Hermenegildo de Sena	23205-0	Diretor CNE Município Covalima
Adelino de Oliveira Maia	23250-5	Diretor CNE Município Dili
Napoleão Viera Soares	23213-0	Diretor CNE Município Ermera
Anacleto Lopes Marques	28021-6	Diretor CNE Município Lautem
Celistiano Xavier	23202-5	Diretor CNE Município Liquica
Jovito da Costa Carion	22525-8	Diretor CNE Município Manatuto
Francisca Hornai Amaral	28058-5	Diretora CNE Município Manufahi
Tomas Oqui Meta	23229-7	Diretor CNE RAEOA
Honorio Cruz da Silva	23245-9	Diretor CNE Município Viqueque
Vitorino Lafo		Chefe do Departamento do Apoio do DG
Gregorio Baptista	31674-1	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Aileu
Bendito de Jesus	27942-0	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Ainaro
João Freitas da Silva	23239-4	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Baucau
Juvinal Afonso	28029-1	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Bobonaro
Margarida dos Santos	28155-7	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Covalima
Agostinho Alves dos Santos	23187-8	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Dili
Agostinha de Deus Soares	40049-1	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Ermera
Serjinha Fernandes da Conceição Silva	28019-4	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Lautem
Francisca Gomes	23225-4	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Liquica
Ricardo Pinto Guterres	22437-5	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Manatuto
Melina dos Reis	23240-8	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Manufahi
Blasco da Conceição	38101-2	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE RAEOA
Armanda Soi Tolentino	23254-8	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Viqueque
TP D Francolin da Silva Gusmão (28665-6)	Diretor Nacional de Recursos Humanos, Administração, Arquivo, Biblioteca e Pesquisa	
TP D António Maria Ximenes (26967-0)	Chefe do Departamento do Serviço de Recursos Humanos	
Flaviana Baptista Belo	Chefe do Departamento do Serviço de Gestão de Biblioteca e Pesquisa	
TP D Gaspar da Silva (16183-7)	Chefe do Departamento de Administração Central e Arquivo	
TS B Adalberto de Sousa Pereira (29593-0)	Chefe do Departamento de Apoio à Plenária e Assuntos do Comissariado e Recenseamento Eleitoral	
Simião Pereira Lopes	Chefe Departamento do Serviço de Recepção Externo e Cooperação	
TP D Carlos de Deus (826-5)	Chefe do Departamento dos Serviços de Administração, Finanças e Logística de Atauro	
TP D Maria José da Costa Sarmento (28062-3)	Chefe da Secção de Gestão da Contratação	
TP D Filomena Gonçalves António (27948-0)	Chefe da Secção de Planificação	
TA E Florindo da Silva Rangel (24829-0)	Chefe da Secção de Protocolo	
Apolinário Alves	Chefe da Secção Apoio do Comissariado	

2. Determinar a cessação da comissão de serviços dos seguintes ocupantes dos cargos direção e chefia desempenhados na CNE:

NOME	**SIGAP**	**CARGO**
Lucia Soares Martins	27039-3	Diretora Nacional Assuntu Plenaria, Protokolu, Relasaun Publika no Kooperasaun
Virginia Mesquita da Costa Rego	26968-9	Chefe Gabinete Diretor Geral Kargu equiparado Chefe Departamento
José Borges Ximenes	16173-0	Chefe Departamento Finanças no Planifikasaun
TP D Victorino Lafo (33299-2)	Diretor Municipal da CNE em Atauro	
Albino Fatima	27978-1	Chefe Departamento Aprovisionamentu
Lino Ximenes	27081-4	Chefe Departamento Media no Dokumentasaun
TP D Tomasia da Costa Soares (38129-2)	Chefe do Departamento do Serviço de Gestão de Biblioteca e Pesquisa	
Jose da Cruz	28029-1	Chefe Departamento Administração Finanças no Logistika CNE Município Bobonaro
Bendito da Rosa Monteiro	33297-6	Chefe Departamento Informasaun Teknolojia
Ana Paula de Jesus	16181-0	Chefe Secção Apoiu Komissariu

Publique-se

Díli, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

Decisão N.º 6780/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 007/DGAF/ME/I/2025, que solicitou a alteração da nomeação do funcionário feita pela decisão 6746/2024/PCFP.

Considerando que o funcionário é proposto para o cargo de Gabinete de Apoio Técnico, no entanto, a mesma foi nomeada a um outro cargo, solicitando para retificar a referida nomeação.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando os termos e as condições de cessação dos cargos definidos nos artigos 15 e 16 do Decreto-Lei n.º 25/ 2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público,

Assim, o Presidente da Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

Retificar a decisão 6747/2024/PCFP para cancelar a nomeação do Carlos de Deus Soares do cargo de Inspetor Escolar Núcleos Nacional e nomear o mesmo para o seguinte cargo:

NOME	CARGO
Carlos de Deus Soares	GAT EBC Fatubesi-Ermera

Publique-se

Dili, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6781/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 01/M-MAE/I/2025 e o ofício 8/DGSC-MAE/I/2025, que solicitou à CFP para estender a comissão de serviços de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura do Ministério da Administração Estatal.

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

Estender a comissão de serviço dos funcionários para desempenhar os cargos de direção e chefia na estrutura do Ministério da Administração Estatal, pelo período de 12 meses, com os efeitos a partir de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, aguardar o processo de seleção por mérito, como adiante:

No	NOME	SIGAP	Categoria	Cargo
1	Egidio de Jesus Alves	6732-6	TS / A	Diretor Jeral Servisus Korporativus
2	António Augusto Guterres	10428-0	TS/ B	Diretor Jeral da Descentralização e do Governo Local
3	Maria Odete Barros Florindo	9195-2	TS/A	Diretora Jeral da Toponímia e da Organização Urbana
4	Maria Gorreti Marques Belo	15112-2	TS/B	Diretora Jeral Simplifição e Modernização da Administração Local
5	Amândio Paulino Gastão do Rosário de Sousa	10291-1	TS / A	Sekretáriu Ezekutivu Sekretariadu Tékniku Programa Nasional Dezenvolvimentu Suku, kargu ekiparadu ho diretor jeral
6	Tito Barros Jong	11929-6	TS / A	Inspetor Jeral Gabineti Inspesaun no Auditoria
7	Virgilio da Costa	12368-4	TS / A	Diretor Jeral Dezemvolvimentu Lokal
8	Ângelo Urbano Fernandes	5241-8	TS / B	Diretor Nasional Administrasaun no Finansas
9	Maria Valentin Afonso	29587-6	TS / B	Diretora Nasional Rekursus Umanus
10	Elvino Bonaparte do Rego	10742-5	TS/ A	Diretor Nacional da Direcao Nacional do Governo Local
11	Lino de Araújo	5665-0	TS / B	Diretor Nasional ba Planeamentu no Avaliasaun

12	Eustolio Manuel de Jesus	10414-0	TP/C	Diretor Nasional Apoiu ba Implementasaun Planeamentu no Dezenvolvimentu Integradu
13	Cesar José Martins da Silva	16053-9	TS / B	Diretor Nasional ba Formasaun no Kooperasaun
14	Celestino Marques	13659-0	TS / A	Diretor Nasional ba Apoiu Administrasaun Suku
15	Acilino Manuel Branco	9641-5	TS / A	Diretor Nasional ba Planeamentu no Finansas Munisipiu
16	Benedito Escorial Fernandes	24675-1	TS / B	Diretor Nasional ba Simplifikasaun Administrativa no Plataforma Eletrónika
17	Aderito Manuel Alves Guterres	13752-9	TS / A	Diretor Nasional Modernizasaun no Avaliasaun Administrasaun Lokal
18	Gaspar Huno Gusmao	10429-9	TS / B	Diretor Nasional Apoiu ba Instalasaun Munisípiu
19	Jose Ramos Marcal	25776-1	TP / C	Xefi Unidade Aprovizionamentu Descentralizadu, kargu ekiparadu diretor nasional
20	Josefina Antonieta da Silva	23344-7	TS / B	Subinspetora, kargu ekiparadu diretor nasional
21	António Bobo Sequeira da Costa	33313-1	TS / B	Diretor Nasional ba Servisus Organizasaun Urbana
22	Egas José Caetano	23161-4	TP / C	Diretor Nasional ba Jestaun Ijiene no Orden Públika
23	Januario Magalhães	23349-8	TS / B	Diretor Nasional ba Apoiu Dezenvolvimentu Munisipál
24	Jose Magno	22453-7	TS/A	Diretor Nasional ba Apoiu Dezenvolvimentu Komunitáriu
25	Agostinho da Costa	16443-7	TS / B	Diretor Nasional ba Promosaun Efisiensia Administrasaun Lokal
26	Herminio Moniz Ribeiro	16442-9	TS/A	Diretur Nasional Toponomia
27	Francelina Gonçalves	13125-3	TP / C	Subinspetora, kargu ekiparadu diretor nasional
28	Lola Maria Luís Pereira	7939-1	TP / C	Xefi Unidade Protokolu no Komunikasaun Sosial, kargu ekiparadu diretor nasional
29	Aguiar Daniel Baptista	39033-0	TP / C	Xefi Unidade Teknolojia no Informátika, kargu ekiparadu diretor nasional
30	Natércio Guterres de Carvalho	27739-8	TP / D	Diretur Nasional Jestaun Patrimonio no Logistik
31	Zelia Freitas da Conceição	32888-0	TS / B	Xefi Unidade Avaliasaun, Kapasitasaun no Monitorizasaun – PNDS
32	Márcio Jeane Marçal Ferreira Lihite	38631-6	TS / A	Xefi Unidade Planeamentu no Implementasaun – PNDS
33	Apolónia Lúcia Lulu de Araújo	34733-7	TS / B	Xefi Unidade Administrasaun no Finansas – PNDS
34	Rogério Muakandala Manuel	38628-6	TP / C	Xefi Unidade Lojistika PNDS
35	Sebastião José Luís dos Santos Pereira	14278-6	TS / A	Xefi Unidade Koordenasaun Servisu Administrativu ba RAEOA no AA Atauro, kargu ekiparadu diretor nasional
36	Abilio Pinto			Xefi Departementu Apoiu Planeamentu Stratejia Munisipal
37	Junior Sarmento Xavier	26613-2	TP / D	Xefi Departamentu Reseitas, Pagamentu no Kontabilidade
38	Rosalina Massa Amaral	12522-9	TP / C	Xefi Departamentu Administrasaun no Expediente Jeral
39	Samuel Rodrigues Pereira	25609-9	TP / D	Xefi Departamentu Rekrutamentu Pesoál
40	Maria Fátima dos Santos Lei	33342-5	TP / D	Xefi Departamentu Planeamentu no Avaliasaun
41	Aurendino Afonso dos Santos	12341-2	TP / C	Xefi Departamentu Planeamentu
42	Jacinto de Araújo	26531-4	TS / B	Xefi Departamentu Apoiu Planeamentu Komunitariu
43	Zulmiro das Neves	24379-5	TS / B	Xefi Departamentu Informasaun ba Administrasaun Lokal
44	Cosme Henrique da Costa Saldanha	30320-8	TS / A	Xefi Departamentu ba Apoiu Programasaun Investimentu Munisipál
45	Secundino Freitas Moreira	28126-3	TS / B	Xefi Departamentu Finansas – PNDS
46	Marito da Silva Alves	38630-8	TS / B	Xefi Departamentu Implementasaun Programa – PNDS
47	Lucio Julio Guterres	32870-7	TS / B	Xefi Departamentu Monitorizasaun no Avaliasaun – PNDS
48	Jaime Taeque	39029-1	TS / B	Xefi Departamentu Jestaun Pesoál
49	Armandina Soares da Conceição	29497-7	TP / D	Xefi Departamentu Programasaun no Ezekusaun Orsamentu
50	Rufina Mesquita do Rego Martins	23511-3	TP / D	Xefi Departamentu Demografia no Organizasaun Territorial
51	Emilio Soares da Silva Pinheiro	39056-9	TP/D	Xefi Departementu Apoiu Exekusaun Investimentu Munisipal
52	Sabino Bernardino da Conceição Saldanha	32883-9	TS / B	Xefi Departamentu Modernizasaun no Avaliasaun ba Investimentu Munisípál
53	Domingos Bernabe Pires Moniz	29062-9	TP / C	Xefi Departamentu ba Asuntu Jurídiku no Prevensaun no Rezolusaun Konflitu
54	Madalena de Jesus Soares	34941-0	TP / D	Xefi Departamentu ba Jestaun Insentivus Material no Finanseiru ba Lideransa Komunitária
55	Batista Falo	39196-4	TP / D	Xefi Departamentu Kapasitasaun ba Lideransa Komunitária
56	Jony Ricardo da Costa	23367-6	TP / C	Xefi Departamentu Apoiu Jestaun Finanseira Munisípál
57	Joao Paulo de Braz Carvalho e Corte Real Araujo	32856-1	TS/A	Xefi Departementu Finansas Suku
58	Candida Rosena Sequeira Soares	39030-5	TS / B	Xefi Departamentu ba Politika no Lejislasaun
59	Xisto Domingos Freitas	18238-9	TP/C	Xefi Departamentu Kooperasaun
60	Guiomar Fonseca de Jesus	38243-4	TP / C	Xefi Departamentu ba Rejistu Nasional Topónimus
61	Domingos de Jesus	32934-7	TP / C	Xefi Departamentu Apoiu Servisu Lokal ba Toponímia
62	Juizinha Penalva da Silva Lopes	22489-8	TP / C	Xefi Departamentu Apoiu Servisu ba Jestaun Merkadu no Komérsiu
63	Rita Jerónimo dos Reis	16313-9	TP / C	Xefi Departamentu Apoiu Servisu ba Jestaun Espasu Públiku
64	Elvis dos Santos Caeiro Lopes	22381-6	TP / D	Xefi Departamentu Monitorizasaun ba Ezekusaun Planeamentu Estratéjiku Munisípál
65	Horácio dos Santos Marques	7073 - 4	TS / B	Xefi Departamentu Monitorizasaun ba Efisiénsia Administrasaun Lokal
66	Alfred Yudi de Araújo Nay	39031-3	TS / B	Xefi Departamentu Jestaun Prosesu Aprovizionamentu – UAD
67	Dulce do Ceo Martins	28645-1	TP / D	Xefi Departamentu Jestaun Kontratu Públiku – UAD
68	Joens Bento Jacinto Sarmento da Costa Pinto	38254-0	TS / A	Xefi Departamentu Rejistu Keixa no Kapasitasaun – PNDS
69	Rosito Marcelo Gusmão	32938-0	TP / D	Xefi Departamentu Komunikasaun – PNDS
70	Gina Lob Natalina da Costa Braz	38241-8	TP / C	Xefi Departamentu Rekursus Umanus no Treinamentu – PNDS
71	Maria Guterres do Rosário	26772-4	TP / C	Xefi Departamentu Kapasitasaun ba Jestaun Finanseira Munisípál
72	Duarte Gama	27954-4	TS / B	Xefi Departamentu Apoiu ba Orgaun Koordenasaun no Konsulta
73	Abel Boe Bere	10933-9	TP / D	Xefi Departamentu Edukasaun Sivika no Komunikasaun
74	Aleixo Soares	13123-7	TP / C	Xefi Departamentu ba Simplifikasaun Administrativa
75	João Luís do Rosário Soares Mariano	35799-5	TS / B	Xefi Departamentu ba Portal Munisípál no Balkaun Úniku
76	Helia Toto	15938-7	TS / B	Xefi Departamentu Monitorizasaun ba Administrasaun Lokal
77	Boaventura Nessi	8351-8	TS / B	Xefi Departamentu Avaliasaun ba Administrasaun Lokal
78	Casilda Maria Purificação	22294-1	TP / C	Xefi Departamentu Formasaun
79	Margarida dos Santos	31820-5	TP / D	Xefi Departamentu Apoiu ba Servisu Ijiene no Orden Públika
80	Agostinho Fátima dos Santos	39185-9	TP / D	Xefi Departamentu Sistemas Rekolla no Tratamentu Residous Solidus
81	Joaquim Soares Trindade	23390-0	TP / D	Xefi Departamentu Monitorizasaun ba Ezekusaun Planeamentu Komunitáriu
82	Vilibruno Martins Tilman Ribeiro	39195-6	TP / C	Xefi Departamentu Promosaun ba Efisiénsia Administrasaun Lokal

83	Jacob Conceição Martins	39057-7	TP / D	Xefi Departamentu Komunikasaun – UPKS
84	Jose Augusto Guterres de Carvalho	11357-3	TA/E	Xefi Departementu Patrimoniu
85	Fernando Moniz da Cruz	12541-5	TA/E	Xefi Defi Departementu Logistik PNDS
86	Venancio da Costa	26579-9	TS/A	Xefi Departementu Avaliasaun Dezempeñu
87	Alfredo Ribeiro de Araújo	5187-0	TP / C	Xefi Departamentu Protokolu no Eventu Nasional – UPKS
88	Teresa Soares Marques	39025-9	TA/E	Xefi Departementu Logistik
89	Nelson Barreto Martins	30245-7	TP/D	Xefi Gabinete PNDS
90	Eduardo Lopes de Carvalho	8959-1	TS/B	Xefi Departementu Governasaun Lokal

Publique-se

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6782/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 09/MS/I/2025, de 14 de janeiro, do MS, que trata da nomeação em comissão de serviço para cargos do FPM I.P.,.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando a estrutura aprovada pelo Diploma Ministerial nr. 52/2024, de 19 de julho, do MS;

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o Regimento Interno da CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

1. CESSAR a comissão de serviço em cargo de direção e chefia dos seguintes funcionários do FPM I.P.,:

NOME	**CARGO**
Med GJ Mariano da Silva Marques (36164-0)	Diretor de Compras
TDTSP Ismenia Mateus da Costa Belo (41485-9)	Chefe da Secção de Estudos de Viabilidade
TP D Paulina Mendonça Maher (31165-0)	Diretora de Aprovisionamento e Contratação
Med GJ Sergio da Costa Belo (36109-7)	Diretor de Novos Projetos
Krizanto Monteiro	Diretor da Direção de Distribuição
Matias de Araújo	Diretor do Gabinete de Garantia e Controlo de Qualidade

2. NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, exercer em comissão de serviço os cargos de direção e chefia do Instituto nacional de farmácia e Produtos Médicos – FPM I.P., pelo período a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025, data limite para conclusão do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
Paulina Mendonça Maher (31165-0)	Diretora de Compras
Graciano do Rosário de Fátima	Diretor da Direção de Distribuição
Miguel de Pádua Noronha Soares	Diretor do Gabinete de Garantia e Controlo de Qualidade
TDTSP Ismenia Mateus da Costa Belo (41485-9)	Diretora da Direção de Aprovisionamento e Contratação
Melkior Pereira (32744-1)	Diretor de Novos Projetos
Nelson Guterres Castro (40465-9)	Chefe do Departamento de Planeamento de Compras

3. Determinar a cessação de funcionários dos atuais cargos desempenhados até 31 de dezembro de 2024 para permitir o exercício dos respetivos cargos nomeados em regime de substituição conforme o n.º 2 acima.

Publique-se

Dili, 15 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6783/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 03/Gab/PAM/AM-AIN/I/2025, e confirmação do MAE, sob o ofício 24/M-MAE/I/2025, sobre a estensão da comissão de serviço para cargos na AM de Ainaro.

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando os requisitos de nomeação de ocupantes dos cargos de chefia nas autoridades municipais definidos nos artigos 75.º a 78.º do Decreto-Lei 84/2023, de 23 de novembro, 5 alteração ao Decreto-Lei 3/2016, de 16 de março.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. Estender a comissão de serviço dos seguintes funcionários para, em substituição, exercer em comissão de serviço os cargos de chefia da AM de Ainaro adiante, até 31 de dezembro de 2025, data limite para conclusão do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
TP C Celestino de Jesus António (19936-2)	Chefe do Departamento de Expediente, Informática, Protocolo e Arquivo
TP D Zelia do Rosário Marçal (28519-6)	Chefe do Departamento de Recursos Humanos
TP D Nuno Alves (19785-8)	Chefe do Departamento de Programação e Controlo Orçamental
TP D Daninha da Cunha (16683-9)	Chefe do Departamento de Tesouro e Pagamento
TP D Elisa Almeida do Carmo Magno (29617-1)	Chefe do Departamento de Contabilidade
TP C Jaimito Tilman (3986-1)	Chefe do Departamento de Património
TA E Carolino de Araújo Pereira (16685-5)	Chefe do Departamento de Logística
TA E Delfin Maia de Araújo (23535-0)	Chefe do Departamento de Processo de Aprovisionamento
TP C Jonibel Baptista Malik (46232-2)	Chefe do Departamento de Acompanhamento da Execução de Contratos Públicos
TP D Hélder dos Reis de Araújo (30927-3)	Chefe do Departamento de Apoio aos Sucos
TS B Etelvino Julio de Araújo (38745-2)	Chefe do Departamento de Apoio à Sociedade Civil
Prof. António de Araújo (34195-9)	Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Gestão do Parque Escolar
TP C Venâncio de Araújo (1975-5)	Chefe do Departamento de Gestão de Programas da Educação
Enf. Faustino Bianco Marques (7722-4)	Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Gestão da Rede Municipal de Centros e Postos de Saúde
Orieta Belo Magno (30153-1)	Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Programas de Saúde
TA E Vennansio Ferreira (5976-5)	Chefe do Departamento de Informação e Promoção da Segurança Alimentar
TP D Sancho Fernando Magalhães (26185-8)	Chefe do Departamento de Monitorização da Segurança Alimentar
TP D Hernani Bianco Lopes (28979-5)	Chefe do Departamento de Planeamento de Infraestruturas e Equipamentos Coletivos
Jonio Jose Bossa (33558-4)	Chefe do Departamento de Gestão de Equipamentos Coletivos
Rosario Maria Sili	Chefe do Departamento de Organização e Gestão de Aglomerados Populacionais
TA/E Cesar Xavier de Araújo (30822-6)	Chefe do Departamento de Transportes
Rasino Soares Pinto (25086-4)	Chefe do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento das Redes de Abastecimento Público de Água e de Saneamento Básico
TP D Elidio de Araújo (5354-6)	Chefe do Departamento de Gestão e Controlo das Redes de Água e Saneamento Básico
TP D Rita da Costa (37767-8)	Chefe do Departamento de Ambiente
TP D Oscar B. Alves Quintão (27764-9)	Chefe do Departamento de Programas e de Extensão Agrícola
TP D Marcos de Araújo (26232-3)	Chefe do Departamento de Pecuária
Leovirgildo A Pereira (8609-6)	Chefe do Departamento de Gestão de Mercados
Adelino M.E Santos (30820-0)	Chefe do Departamento de Turismo
TP D Nazario de Araújo (26602-7)	Chefe do Departamento de Promoção da Inclusão Social
TA E Silvano de Fátima (30675-4)	Chefe do Departamento de Gestão dos Programas de Ação Social
TP C Pedro Ximenes (33127-9)	Chefe do Departamento de Planeamento e Gestão de Equipamentos de Proteção Civil
TP D Helena Ximenes Magalhães (38604-9)	Chefe do Departamento de Prevenção e Informação
TA E Margodidos Bianco (36695-1)	Chefe do Departamento de Prevenção e Socorro
TP D Xisto Alves Lemos (10335-7)	Chefe do Departamento de Prospetiva e Desenvolvimento
TP D Manuel Pereira (5083-0)	Chefe do Departamento de Acompanhamento e Avaliação
TA E Francisco de Jesus (29934-0)	Chefe da Secção do Serviço Local de Administração do PA de Ainaro
Carla M.B Almeida (29383-0)	Chefe da Secção do Serviço Local de Finanças do PA de Ainaro
Emelita da Costa	Chefe da Secção do Serviço Local de Planeamento e Desenvolvimento Local do PA de Ainaro
Assist F Eltiana de Orleans (7870-0)	Chefe da Secção do Serviço Local de Desenvolvimento Comunitário do PA de Ainaro
TA E Alcina da Costa (26305-2)	Chefe da Secção do Serviço Local de Finanças do PA de Hatu-Udo
Prof. Rosindo da Costa de Araujo (33699-8)	Chefe da Secção do Serviço Local de Planeamento e Desenvolvimento Local do PA de Hatu-Udo
Prof. Alberto Noronha Kelu (33943-1)	Chefe da Secção do Serviço Local de Desenvolvimento Comunitário do PA de Hatu-Udo
TP D Claudino Mendonça (16607-3)	Chefe da Secção do Serviço Local de Administração do PA de Maubisse
TA E Domingos Alberto Carlos (26612-4)	Chefe da Secção do Serviço Local de Finanças do PA de Maubisse
TA E Esmeralda Pereira Carlos (26294-3)	Chefe da Secção do Serviço Local de Planeamento e Desenvolvimento Local do PA de Maubisse
TP C Helder de Orleans Soares (33105-8)	Chefe da Secção do Serviço Local de Desenvolvimento Comunitário do PA de Maubisse
Acacio de A. Alves (26879-8)	Chefe da Secção do Serviço Local de Administração do PA de Hatu-Bulico
TP D Alarico de Araújo (29830-1)	Chefe da Secção do Serviço Local de Finanças do PA de Hatu-Bulico
TP C Santiago Ximenes Marques (33505-3)	Chefe da Secção do Serviço Local de Planeamento e Desenvolvimento Local do PA de Hatu-Bulico
TP D Domingos Lopes (11434-0)	Chefe da Secção do Serviço Local de Desenvolvimento Comunitário do PA de Hatu-Bulico

2. Cessar a comissão de serviço desempenada por seguintes funcionários na estrutura da Autoridade Municipal de Ainaro, com os efeitos a partir de janeiro de 2025, como adiante:

NOME	CARGO
TA E Meladina da Silva Tilman (30824-2)	Chefe da Secção do Serviço Local de Administração do PA de Hatu-Udo
TP D Moises Mota Meneses (21552-0)	Chefe do Departamento de Operações de Emergência

Publique-se

Dili, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6784/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício de referência 03/ GSECoop/GOV IX/I/2025, que solicitou para efetuar a retificação da decisão 6700/2024/PCFP relativamente aos cargos da SECoop.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

Retificar a decisão 6700/2024/PCFP para ajustar a comissão de serviço de ocupantes dos cargos da SECoop a exercer as respetivas funções de direção e chefia, pelo período até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito, como adiante:

NOME	SIGAP	CARGO
Olderico Lopes	12489-3	Diretor Geral
Gaspar Policarpo da Silva Correia	14547	Inspetor GIA
Marcia M. dos Reis Carvalho	25635-8	Sub Inspector GIA
Margaretha Viegas Mali	38581-6	Diretor Nasional Administrasaun no Finansas
Zélia Fatima de Carvalho	23371-7	Diretora Aprovizionamentu e Logistika
Aderito Caetano Gonzaga dos Santos	2568-1	Diretor Nasional Jestaun Rekursu Humanus
Juvelino G.B. de Araújo	26582-9	Diretor Nasional Plano no Programa
Higino TC Barros	9474-9	Diretor Nacional de Planeamento Integrado, Produção e Gestão Cooperativa
Gil Bento	12545-8	Diretor Nacional Dezenvolvimentu Kooperativa
Ana Paula P. de F. Magno		Diretora Nacional Promosaun Produtus Kooperativa
Amadeu Silva Lopes	4731-7	Diretor Nacional Politika Reforma Kapasitasaun Jestaun Kooperativa
Tomas Gusmão	11515-0	Xefe Departamento Administrasaun Finansas
Rosito Soares	12546-6	Xefe Departamento Informátika no Teknolojia
Nazario Bernardino Soares	29629-5	Xefe Departamento Aprovizionamentu
Amélia Soares Rodrigues	142-2	Xefe Departamento de Administrasaun
Adelia Belo dos Santos	29601-5	Xefe Departamento Rekursu Humanus
Hercio Angelo Belarmino de Araújo	13832-0	Chefe Departamento Planeamento e Programa
Natalia Rocha da Costa	14138-0	Xefe Departamento Peskiza no Base de Dados
Silvester da Silva	26595-0	Chefe Departamento Apoio Técnico e Produção Integrada
José A Santos Lopes	26588-8	Chefe do departamento de Apoio do Registo Cooperativa
Rui Soares	23371-4	Chefe Departamento Apoio Kooperativo Multisetorial
Leonito M. Gonçalves	14142-9	Chefe Departamento Dezenvolvimento Cooperativas
Marcelino Menzes	26592-6	Xefe Departamento Fortalecimento Cooperativa
Helena Trindade Alves	42457-9	Xefe Departamento Promosaun Produtu Kooperativa
Francisco Xavier	125457-0	Xefe Departamento de Merkadoria de Produtus Kooperativas
Manuel da Cruz	26587-0	Xefe Departamento de Politika de Reforma e Kapasitasaun Kooperativas
José A Santos Lopes	26588-8	Chefe do Departamento de Apoio do Registo Cooperativa

Publique-se

Díli, 15 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6785/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo MCI, pelo ofício nr. 09/MCI/I/2025, que solicitou à CFP para continuar a estender o cargo desempenhado pela funcionária Fernanda M. S da Silva, conforme a nomeação anterior.

Considerando que com base no pedido do MCI foi emitida a decisão 6687/2024/PCFP, que determinou a estensão de cargos daquela instituição, no entanto, não foi incluída no pedido da instituição a funcionária acima.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço do seguinte ocupante do cargo de direção do MCI, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO
Fernanda M. S da Silva Lopes	Diretora Nacional da Indústria Manufatureira

Publique-se

Dili, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6786/2025/CFP

Considerando o Despacho nr. 83/M-MAE/XI/2024, que procedeu a cessação e nomeação de ocupante do cargo de Diretor do Serviço Municipal de Água, Saneamento e Ambiente da Autoridade Municipal de Bobonaro.

Considerando o disposto no Decreto-Lei nr. 84/2023, de 23 de novembro, sobre a competência do Ministro do MAE para realizar as nomeações dos cargos dirigentes municipais;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. DETERMINAR o registo no SIGAP da CESSAÇÃO da comissão de serviço Guilherme da Cruz do cargo de diretor municipal do Serviço de Água, Saneamento e Ambiente da Autoridade Municipal de Bobonaro.

2. DETERMINAR o registo no SIGAP da NOMEAÇÃO do Armingo Cardoso Barros do cargo de diretor municipal do Serviço de Água, Saneamento e Ambiente da Autoridade Municipal de Bobonaro.

Publique-se

Dili, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6787/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 09/GMfD/IX/2025-01, do Ministério das Finanças, que solicitou a nomeação do funcionário para exercer em substituição o cargo de Diretor Geral dos Serviços Corporativos.

Considerando que o ocupante do cargo de Diretor Geral dos Serviços Corporativos foi nomeado para exercer o cargo como Comissário da Autoridade Aduaneira, determinando, assim, a vacatura da posição.

Considerando as circunstâncias da cessação do cargo de direção e chefia definidas nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso

das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

1. Nomear o TS/B Epifânio A.M de Jesus Carvalho para exercer em substituição, o cargo de Diretor-Geral dos Serviços Corporativos do Ministério das Finanças, pelo período a partir de 14 de janeiro até 31 de dezembro de 2025.

2. Determinar a cessação da comissão de serviço do cargo de Diretor-Geral dos Serviços Corporativos do Ministério das Finanças desempenhado pelo TP/C Joanico Pinto.

Publique-se

Dili, 20 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6788/2025/PCFP

Considerando as informações dos ofícios 13/GMPIE/I/2025 e 024/Gab.DGAF/MPIE/I/2025, que solicitou a CFP para estender a comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia daquela instituição pelo período de 2025.

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TS A Daniel da Costa dos Reis Fernandes (9273-8)	Diretor do Gabinete Jurídico, cargo equiparado a diretor-geral
TP D Júlia Maria Ximenes Gonçalves Tomas Ribeiro (11542-8)	Diretora Nacional de Recursos Humanos
TP C Calisto de Jesus (31803-5)	Chefe do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
TP D Geraldo Fernandes Teles (46639-5)	Chefe do Departamento de Formação e Capacitação
TS B Martinus Nahak (9040-9)	Chefe do Gabinete do Diretor-Geral de Administração e Finanças, cargo equiparado a chefe de departamento
TP C Libório Pinto (46594-1)	Chefe do Departamento de Planeamento Orçamental, Monitorização e Avaliação
TP C Natália Martins Tavares (24352-3)	Chefe do Departamento de Finanças
TP D Hélia Puc Ximenes (35428-7)	Chefe do Departamento de Contabilidade
TP C Nuno Luís da Costa Goncalves (31814-0)	Chefe do Departamento de Administração
TP C Maria Ornai Barreto (24996-3)	Chefe do Departamento de Logística e Controlo de Qualidade
TP C Afonso Cesar da Costa Sousa (32582-1)	Chefe do Departamento de Gestão do Património
TP D Carlos Amandio Belo (46593-3)	Chefe do Departamento de Tecnologia de Informação
TP C Rivelino Julio Advento do Rêgo (46622-0)	Chefe do Departamento de Procedimento de Aprovisionamento
TP C Aidil Clodoalda Dirila Fernandes (17033-0)	Chefe do Departamento de Avaliação
TP D Claudina da Conceição Ximenes (24361-2)	Chefe do Departamento de Preparação e Gestão de Contratos
TS B Celso Manuel Hornai da Costa Oliveira (25713-3)	Diretor-Geral de Administração e Finanças
TS B Roger Tertuliano de Fátima Bobuk Belo (15246-3)	Diretor-Geral do Ordenamento do Território
TP C Mariana Baptista Guterres (27124-1)	Chefe do Gabinete de Inspeção e Auditoria, cargo equiparado a diretor-geral
TP C Adriano Cunha Gomes (17039-9)	Diretor Nacional de Finanças
TS B Honório João Manuel Amaral (910-5)	Diretor Nacional de Aprovisionamento e
TP D Avelino Amaral Fernandes (17076-3)	Diretor Nacional de Logística e Património
TP C Grace Natalia Lopes de Carvalho (39371-1)	Diretora Nacional do Planeamento Urbano
TS B Fertinal Alves (46604-2)	Diretor Nacional do Ordenamento Espacial
TS B Verónio Soriano Ribeiro Ximenes (46597-6)	Chefe do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Urbano
TS B Dinís Yosep Belo (39361-4)	Chefe do Departamento de Dados Geoespaciais Básicos
TP C Aquilis da Silva (29789-5)	Chefe do Gabinete do Diretor-Geral de Ordenamento do Território, cargo equiparado
TP C Fátima Alves da Silva Faria (2469-4)	Chefe do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Territorial
TP C Rosmenio Paul de Araújo Martins (46577-1)	Chefe do Departamento de Estudos e Projetos Urbanos
TP C Vitorino Soares Alves Pinto (46603-4)	Chefe do Departamento do Centro de Dados Geoespaciais

Publique-se

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6789/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 17/DGA-PCM/I/2025, que solicitou à CFP a fim de proceder a estensão da comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da PCM, tendo em conta que o período dos respetivos cargos expirou no 31 de dezembro de 2024, conforme as decisões 6275 e 6482/2024/PCFP.

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6782/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho,

compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2024 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na Presidência do Conselho de Ministros:

NOME	SIGAP	CARGO
Lourenço da Silva	16536-0	Diretor Nacional de Recursos Humanos
Julieta Antonieta Ribeiro de Sá	6915-9	Diretora Nacional de Aprovisionamento e Logística
Adelino da Costa Ximenes	34625-0	Chefe do Departamento de Administração
Sano Moniz Pereira Gusmão	29927-8	Chefe do Departamento de Gestão do Património
Amalia Santos Reis	28730-0	Chefe do Departamento de Recrutamento, Formação e Avaliação
Paulo de Carvalho	28731-8	Chefe do Departamento de Registo e Cadastro
Hélio dos Reis Soares	16705-3	Chefe do Departamento de Aprovisionamento e Gestão de Contratos
João Mateus Sequeira Afonso	29972-1	Chefe do Departamento de Sistema de Pagamentos
Deolinda Galhós Cardoso	10220-2	Chefe do Departamento de Logística
Assis Pereira Soares	26023-1	Chefe do Departamento do Gabinete de Informação e Tecnologia
Esmeraldo Alves	31264-9	Chefe do Gabinete de Apoio Jurídico da PCM, Cargo equiparado à Diretor-Geral
Ana Paula Gonçalves Marques	17047-0	Diretora do Gabinete de Tradução, cargo equiparado para fins salariais à Diretor-Geral
Mateus da Silva Gusmão	34728-0	Chefe do Departamento de Finanças
Carmen Joela Pereira	5644-8	Coordenadora do Gabinete do Assuntos Parlamentares, Cargo equiparado a Diretora-Geral
Fátima Maia dos Reis	11751-0	Coordenadora da Unidade de Coordenação às Atividades Parlamentares, equiparado a departamento
Jânio Adroaldo Macial Tavares e Gusmão	29948-0	Chefe da Unidade de Coordenação à Diplomacia Parlamentar, equiparado a chefe do departamento

Publique-se

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6790/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 08/MS/I/2025, do Ministério da Saúde, que solicitou a nomeação em substituição do ocupante de cargo para substituir o atual ocupante, com base no argumento definida na alínea a) do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando as circunstâncias da cessação do cargo de direção e chefia definidas nos artigos 15.º e 16.º do regime legal acima quando se verifica qualquer uma das referidas situações, implica a cessação da comissão de serviço.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

1. Nomear os funcionários adiante para exercer os cargos de chefia na estrutura do Serviço de Ambulância de Ataúro, pelo período até 31 de dezembro de 2025:

NOME	CARGOS
Lucas Morais (7831-0)	Chefe de Serviço Ambulância de Ataúro
Jaimito Lopes (31894-9)	Chefe de Departamento de Internamento de Ataúro

2. Determinar a cessação da comissão de serviço de atuais ocupantes dos respetivos cargos citados acima.

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6791/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício de referência 13/G-PCA/CLN,I.P/MCAE/I/2025, que solicitou à CFP para estender a comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura do CLN.

Considerando a aprivação do Ministério da tutela manifestada no ofício 04/CLN,I.P/MCAE/I/2025, sobre a estensão dos referidos cargos.

Considerando a nomeação para os cargos de direção ou chefia do Centro Logístico Nacional;

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

ESTENDER até 28 de fevereiro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
TS A Jacinto Paijo (6793-8)	Diretor Executivo
TP D Hipólito das Neves (31261-4)	Diretora de Administração e Finanças
TP C Ismael Mariano Maia (23312-9)	Diretor de Transporte e Logística
TS B Egídio Guimarães (6816-0)	Diretor de Recursos Humanos
TS B Julmira Inacia Belo (14149-6)	Diretora de Serviços de Aprovisionamento
TP D Margarida Teresa Sarmento Soares (16063-6)	Chefe do Departamento de Planeamento Orçamental e Receitas
TP C José Maia (33133-3)	Chefe do Departamento de Contabilidade e Verificação
TS B Mariano da Cruz Mascarenhas (40200-1)	Chefe do Departamento de Gestão de Recursos Humanos
TP D Domingos da Silva Sarmento (14148-8)	Chefe do Departamento de Planeamento de Recursos Humanos
TP C Filomena Fernandes (6799-7)	Chefe do Departamento de Planificação das Aquisições e Contratação
TP D Fenicia Aurora Fátima Marteo de Sá Pinto (6792-0)	Chefe do Departamento de Gestão dos Contratos
TP D Tito da Costa (23324-2)	Chefe do Departamento de Cooperação e Parceria Pública
TA E Agostinho Pereira da Silva (11581-9)	Chefe do Armazém de Baucau
TP C Florbela Monica de Araújo (15257-9)	Chefe do Departamento de Administração e Finanças
TP D José Fernando Hernani Sanches dos Santos (24931-9)	Chefe do Departamento de Planeamento Estratégico
Hugo Áureo Filipe ALves	Inspetor Auditoria Interna e Controlo Qualidade
Cristovão da Costa Pereira Martins	Subinspetor

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6792/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 05/G-MI/I/2025, do Ministério do Interior, que solicitou à CFP para efetuar correções das decisões emitidas por lapso administrativo detetado.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

1. CESSAR a comissão de serviço em cargo de direção dos seguintes funcionários do Ministério do Interior:

Nome	CARGO
TS B Abel Abreu da Costa Belo (10780-8)	Diretor Nacional de Finanças e Orçamento
TP C Amancio Aguido Punef (11967-9)	Chefe do Departamento de Orçamento
TS B Norberto Salsinha Martins (12696-9)	Chefe do Departamento de Contabilidade e Verificação

2. RETIFICAR a decisão 6639/2024/PCFP e nomear os seguintes funcionários para, em substituição, exercer em comissão de serviço os cargos de direção do MI, a partir de 21 de novembro até 31 de dezembro de 2024, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
TP C Amancio Aguido Punef (11967-9)	Diretor Nacional de Finanças e Orçamento
TS B Norberto Salsinha Martins (12696-9)	Chefe do Departamento de Orçamento
AAP Juvêncio Amaral Leonardo (46171-7)	Chefe do Departamento de Contabilidade e Verificação

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6793/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 05/G-MI/I/2025, do Ministério do Interior, que solicitou à CFP para efetuar correções das decisões emitidas por lapso administrativo detetado.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Retificar a decisão 6620/2024/PCFP e nomear os seguintes funcionários e agentes da administração pública para exercer em comissão de serviço os cargos de direção e chefia da Autoridade de Proteção Civil do Ministério do Interior pelo prazo de quatro anos, como a seguir:

NOME	CARGO
Lidalia da Costa Correia (46106-7)	Diretora Nacional de Recuperação
Jusue Soares	Chefe do Departamento da Unidade de Segurança do Património Público de Ainaro
Juvêncio Amaral Leonardo (46171-7)	Chefe da Secção de Logística
Sabino da Conceição Baptista Lopes (44072-8)	Chefe da Secção de Gestão Operacional de Ainaro
Elias Gomes	Chefe da Secção de Gestão Operacional de Ataúro
Augusto de Jesus Barros Pinto (43698-4)	Chefe da Secção de Gestão Operacional de Bobonaro
José António Manecas Freitas (43663-1)	Chefe do Departamento da Unidade de Segurança do Património Público de Viqueque
David da Costa	Chefe do Departamento da Unidade de Prevenção de Conflitos de Ataúro
Germano Marçal (43561-9)	Chefe da Secção de Controlo e Informação de Ermera
Junior de Jesus Barros (46104-0)	Chefe de Unidade de Relações Públicas e Media
Carme Ribeiro De Jesus (47051-1)	Chefe do Departamento da Unidade de Mediadores de Conflitos
Angelico da Costa	Chefe do Departamento da Unidade de Prevenção de Conflitos de Laautém
Madalena de Sousa Vicente	Chefe do Departamento da Unidade de Prevenção de Conflitos de Bobonaro
Felizberto dos Santos Colo	Chefe do Departamento da Unidade de Prevenção de Conflitos da RAEOA
Joaquim Mota (43827-8)	Chefe da Secção de Controlo e Informação da RAEOA
Mário Valente (44447-2)	Chefe da Secção de Controlo e Informação de Atauro
Gaspar Mau Bili (44468-5)	Chefe da Secção de Controlo e Informação de Bobonaro
Marito Freitas Pinto (44448-0)	Chefe da Secção de Planeamento Estratégico
Joaquina Soares (47075-9)	Chefe do Departamento da Unidade de Cooperação
Delfina Leonor Pires (46182-2)	Chefe da Secção de Orçamento e Contabilidade

Publique-se

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6794/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício nr. 04/MSSI/I/2025, do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, que solicita a necessidade nomear e estender a comissão de serviços de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da instituição pelo período de 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que é necessário proceder a estensão dos cargos daquela instituição em prol de evitar a vacatura das posições e garantir a continuidade de serviços de acordo com o plano.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando o que dispõe o DL nr. 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo DL nr. 7/2024, de 24 de janeiro, sobre a nomeação em substituição;

Considerando a estrutura orgânico-administrativa aprovada pelo Diploma Ministerial nr. 62/2024, de 4 de outubro, do MSSI;

Considerando o disposto no Regimento Interno da CFP, sobre delegação de poderes ao Presidente ou ao seu substituto legal. Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. Estender a comissão de serviço dos cargos de direção e chefia do MSSI desempenhados pelos funcionários adiante, pelo período até de fevereiro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

No. Payroll	Naran Kompletu	Kargu
23 040	Alipio Amaral Fernandes	Diretor Nacional de Aprovisionamento
24 225	Florinda de Jesus Amaral	Chefe do Departamento Controlo e Qualidade
23 051	Maria Josefina Dethan	Chefe do Departamento Planificaçao e Aquiziçao
82 411	Arnaldo Baptista	Chefe do Departamento Gestao dos Contratos
29 514	Lucas Tois	Diretor Nacional de Planeamento,Finanças e Orçamento
29 504	Carlito Bosco da Graca	Chefe do Departamento
38 418	Sezarinha da Costa Matos	Chefe do Departamento Contabilidade e Tesouro
23 125	Antonio Jose Aniceto Serrão	Chefe do Departamento Administraçao
6 044	Anabela dos Reis Araújo	Chefe do Departamento Logistica e Património
3 936	Octávia Maria Marçal	Diretora Nacional de Protocolo,Comunicaçao e Relaçoes Públicas
32 213	David Araujo da Costa	Chefe do Departamento Informaçao e Tecnologia

67 335	Jacob Teles	Chefe do Departamento Media e Comunicaçao
29 500	Elyana Benvinda da Cruz Pires	Chefe do Departamento Protocolo
7 019	Florencio Pina Dias Gonzaga	Diretor Geral da Proteçao Social
79 750	Cornelio da Cruz de Araujo	Chefe do Departamento Apoio Asistencia Humanitaria
23 176	Jorge da Conceicao	Chefe do Departamento Asistencia Funerário
29 961	Manuela Oliveira Martins	Diretor Nacional de Reinserçao Comunitaria
17 679	Joana da Cunha Gomes	Chefe do Departamento de Proteçao e Promoçao da Crianças
32 220	Herminia Felix Maria de Moreira Gusmão	Chefe do Departamento de Proteçao Social e Mulher
79 741	Jose Goncalves	Chefe do Departamento de Proteçao e Reinserçao de Idosos e Outros Grupos Vulneraveis- MSSI
24 237	Fernando Pereira Godinho Moniz	Chefe do Departamento do Apoio Instituto Solidariedade Social
79 779	Domingos Henriques Maia	Diretor Nacional Promoçao das Pessoas Com Deficiencia
67 288	Almerindo Martins	Chefe do Departamento Promoçao e Proteçao das Pessoas Com Deficiencia
24 369	Silvia Vicente	Chefe do Departamento de Apoio a Rehabilitaçao Reinserçao Social
79 780	Adão Jorge Baptista Pinto	Diretor Nacional de Cooperaçao e Parceria
14 871	Amândio Amaral Freitas	Chefe do Departamento Social ASEAN
37 928	Maria Antónia Fátima da Costa	Chefe do Departamento Cooperaçao e Parceria
29 397	Saturnino Sarmento	Inspetor do GIA
31 075	Octavio Donato da Costa Guterres	Sub Inspetor Unidade do Controlo Serviços Operacionais e Programa
26 948	Alexandrino Jose de Sena	Sub-Inspetor
79 748	Salvador da Costa de Andrade	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Aileu
24 932	Josefa da Costa	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
79 738	Herval Francelino Fatima Araujo	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
84 372	Francisco João de Araújo Ribeiro	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Ainaro
29 588	Clarimundo de Araujo	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
4 394	Silvia Verona Correia Barros	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
16 623	Agapito Assis Cardoso	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao Covalima
29 527	Filomena Alves Barros	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
79 732	Nelson de Jesus	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
79 723	Julito Sampaio Henriques	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
28 739	Geraldo de Carvalho	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao Viqueque
29 521	Doroteia de Jesus Guterres	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
17 567	Luís Amaral da Silva	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
67 921	Vito Caio dos Santos	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Ermera
71 472	Ligia Madalena Soares de Deus	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
67 285	Teresa dos Santos da Silva	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
28 730	Acacio Gonçalves	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Maliana
17 492	Domingas Verdial	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
38 374	Miguel Sarmento Nunes	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Manufahi
85 706	Jacinta Santos Pereira Soares	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
31 064	Delio Tobias Ximenes Abilio	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
23 068	Jose Juvencio Soares Francisco	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Manatuto
29 561	Antonio da Costa de Carvalho	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
29 551	Joana de Almeida	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
29 583	Bensio da Costa Belo	Chefe da Unidade Asistencia e Inclusao Social e Equivalencia Salarial Cargu Equiparado Chefe do Departamento
79 769	Raimundo da Costa	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
18 500	Lino da Cruz	Chefe da Secção de Apoio Humanitário
79 760	Caetano Manuel Tilman de Oliveira	Chefe da Secçã de Armazenamento
32 063	Manuel Martins	Chefe da Secção de Monitoramento,Avaliação e Pagamento
6 043	Rosália da Costa Espirito Santo	Chefe da Secção de Apoio as Crianças e Jovens Vitimas de Violência
29 513	João Paulo Baptista da Costa	Chefe da Secção de Adoção e Poder Paternal
23 024	Nilton Cesar Soares Sarmento	Chefe da Secção de Implementação do Plano de Ação Anual Contra a Violência Baseada no Género
34 554	Lourenca da Costa	Chefe da Secção de Apoio á Mulher Vitima de Violência no Género
29 523	Evangelina Pereira da Cruz	Chefe da Secçao de Apoio a Idosos Vulneraveis
23 145	Rusdy Ramli Moises	Chefe da Secçao de Apoio de reclusos e ex-Reclusos e Outros Grupos Vulneraveis e Marginalizados
31 124	Maria Nelinha Campos Cabral	Chefe da Secçao de Apoio Técnico e Formaçao
3 194	Vidal Eurico da Silva	Chefe da Secçao de Relaçoes Públicas
20 159	Onegia Abilia Lourença Correia Ximenes	Chefe da Secçao de Tesouro
33 615	Rosario dos Santos	Chefe da Secçao de Contabilidade
29 499	Elisabete Santos Camoes	Chefe da Secçao de Arquivo Eletrónico e Manuel
29 989	Marciana Boavida Fernandes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Atauro,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
85 715	Ruben de Sousa Mendonça	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Cristo Rei,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
37 563	Salvador da Cruz	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Nain Feto,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 761	Romo da Costa	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Metinaro,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 565	Antonio Lopes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Turiscai,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 586	Carlito da Costa	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Alas,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
82 410	Marciano Ornai	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Fatuberliu,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
31 037	Agusta Lopes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Maliana,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 558	Joaquim Marcus	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Atabae,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 525	Felipe Teles	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Bobonaro,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
22 999	Manuel Mali Lelo Araujo	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Cailaco,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
23 002	Humberto Pereira Mota	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Balibo,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 739	Miguel da Costa	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Lolotoe,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 742	Celina Mendonça	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Maubisse,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
31 026	Lourenço Ximenes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Venilale,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 587	Cecília da Costa Ximenes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Laga,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento

29 563	Antonio Freitas	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Quelicai,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 968	Sonia Francisca da Silva	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Baucau Vila,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 767	Marilio Oliveira Soares Martins	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Hatulia B,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 765	Helder Soares do Rego	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Ermera Vila,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 522	Emiliana da Costa Silva Ribeiro	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Railaco,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 540	Imaculada Gomes de Jesus	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Atsabe,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 538	Ilda dos Santos Soares	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Maubara,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 526	Abrão Rodrigues	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Soibada,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
82 400	Sebastiao de Carvalho	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Laclubar,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 554	Vicente Soares	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Barique,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 589	Cristalina dos Santos Soares	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Manatuto Vila,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
82 124	Zito Soares	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Laleia,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 569	Luciana Carceres	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Laclo,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 537	Augusto Mendes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Lacluta,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 534	Afonso Lopes Saldanha	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Watulari,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 539	Alberto Soares	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Viqueque,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 566	Liborio Madeira	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Iliomar,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 728	Luisa Fernandes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Laútem,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 543	Zelito dos Santos	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Luro,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 982	Ventura Pereira	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Tutuala,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 920	Saturina Cardoso Gastão	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Fatululik,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 533	Francisca de Jesus Ximenes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Tilomar,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 921	Maria Carvalho Lourdes	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Fohorem,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
32 212	José Plinio Abilio Mendonça Exposto	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Aileu Vila,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento

2. Nomear os funcionários para os cargos de direção e chefia do MSSI, pelo período de 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

SIGAP	NOME	CARGO
31 040	Fernando dos Reis	Diretor Geral dos Serviços Coorporativos
29 520	Domingas Moniz Barreto	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Dom Aleixo,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
29 924	Madalena Canossa de Jesus	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Vera Cruz,Cargo Equiparado a Chefe de Departamento
79 762	Miguel Soares Trindade	Chefe da Secçao de Capacitaçao e Formaçao
31 036	Francisco Barros	Chefe da Secçao de Planeamento Monitorizaçao e Avaliaçao Financeira e Orçamental
79 778	Delfina Madeira	Chefe da Secção de Base e Ajustamento de dados
31 069	Dovina Pinto	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Laútem
16 624	Mateus da Silva	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Liquiça
32 211	Eva Mendonça	Diretor Centro Solidariedade Social e Inclusao CSSI Dili
31 025	António Amandio Costa Aparício	Chefe da Unidade Administraçao Finanças e Recursos Humanos e Equivalencia Salarial Cargo Equiparado Chefe do Departamento
69 602	Joanico Francisco Correia	Chefe unidade Asistencia e Inclucao Social e Equivalancia Salarial
79 740	Esperanca Goncalves	Diretor Nacional de Asistencia Social
79 736	Salomao Duarte Soriano	Chefe do Departamento Programa Bolsa da Mae
7 144	Ângelo Freitas	Chefe do Departamento Planeamento Monitorizaçao e Avaliasaun
23 065	Josefina Fátima da Costa	Diretor Nacional de Administraçao Recursos Humanos e Património
23 060	Maria Yasintha Boke Taek	Chefe do Departamento dos Gestao dos Recursos Humanos

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6795/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício, cuja referência 01/2025, do Tribunal de Recurso, que encaminhou o despacho 01/2025, do Presidente do Tribunal de Recurso, que procedeu a nomeação de ocupantes dos cargos de Direção e chefia na estrutural do Tribunal, conforme a Lei da organizaçãoJudiciária, aprovada pela Decreto-Lei 34/2012, alterado pelo Decreto-Lei 11/2016, de 11 de maio e

Considerando as circunstâncias da cessação do cargo de direção e chefia definidas nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/ 2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a decisão acima citada, decide:

Nomear os funcionários do Tribunal de Recurso para exercer a comissão de serviço dos cargos de direção e chefia, pelo período a partir de 01 de Janeio até 31 de dezembro de2025, com adiante:

NOME	CARGO
Higino Soares	Diretor Geral do Tribunal deRecurso
Vicente Poto Oqui	Diretor Nacional de Gestão Financeira e património
Roberta Lica	Diretora Nacionalde Recursos Humanos
Gil Eliás daCosta	Diretor Nacional de Administração e Protocolo
Elisa de Jesus	Chefe do Departamento de Finanças e Planeamento
José de Jesus da Costa	Chefe do Departamento de Logística
Joaninha X. Da Silva Verdial	Chefe do Departamento de Aprovisionamento
Delbina dos Santos	Chefe do Departamento de Arquivo e Expediente
Urbano Santos Loco	Chefe do Departamento da Tecnologia Informática e Comunicação
Cipriano Sarmento da Costa Lopes	Chefe do Departamento da Ética Disciplina e Desempenho

Publique-se

Dili, 2 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6796/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 04/MOP/IGEADI-I/ 2025, que solicitou a estensão da comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia pelo período de janeiro até junho de 2025, após obter aprovação do Ministro das Obras Públicas, conforme o ofíco 01/MOP/IGEADI-I.P/I/ 2025.

Considerando a nomeação para os cargos de direção ou chefia do Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas – IGEADI I.P.;

Considerando que as comissões de serviço expiram em 31 de dezembro de 2024 e ainda não foi realizado o processo seletivo de mérito;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. ESTENDER a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, pelo período de janeiro até 30 de junho de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	SIGAP	CARGO
Diamantino de Carvalho	16084-9	Diretor Nacional dos Serviços Corporativos
Aderito Frederico	12651-9	Diretor Nacional de Logística e Armazém
Luis Ximenes do Carmo	8317-8	Diretor Nacional de Gestão de Equipamentos e Oficina
Cesaltina Dias Corte-Real de Carvalho	12636-5	Chefe Departamento Rekurso Umano
Marcos da Costa	16077-6	Chefe Departamento Aprovisionamento
Afonso Maria Lui	12635-7	Chefe Departamento Oficina
Luis da Costa Conceicao	8316-0	Chefe Departamento Gestão Equipamentos
Armindo Jose Moreira	31028-0	Chefe Departamento Manutenção
Elder da Costa Ximenes	39633-8	Chefe Departamento Património e Logística
Andresa Esperança da Silva e Sousa	16083-0	Chefe Departamento Armazém e Materiais
Carlos Afonso Mota	11299-2	Chefe Secção Unidade Apoio Receitas
Graziela Pereira Martins	16073-3	Chefe Secção Orsamento
Adelino Maia	9830-2	Chefe Secção Verificação e Pagamento
Jhon Edward Yanto Mali	31043-4	Chefe Secção Planeamento e Monitorização
Norberto Alves R. Soares	16390-2	Chefe Secção Registo e Apoio Prosesamento Salario
Clara do Rosário	12370-6	Chefe Secção Desenvolvimento Rekursos Umanus, Desenvolvimento Organizacional, Promoção Igualdade Jéneru e Inclusão Social
Evangelina da Silva	16071-7	Chefe Secção Procedimento Aprovisionamento
Ana Paula da Costa	12638-1	Chefe Secção Gestão Contrato
Elias da Costa Monteiro	8455-7	Chefe Secção Transporte e Mobilização Equipamentos
Maria Madalena Freitas Guterres	16075-0	Chefe Secção Controlo e Monitorização Equipamentos
Rogério Maia	12756-6	Chefe Secção Produção Materiais Construção
Roberto Soares	31034-4	Chefe Secção Maquina Produsaun
Luis Albano G. Delegado Duarte	31099-9	Chefe Secção Inspeção
Yefrianus Norbertus Klaran Un	14771-0	Chefe Secção Manutenção
Madalena M.S.Freitas	16075-0	Chefe Secção Alargamento Vias Rodoviárias
Nelson da Costa Soares	36767-2	Chefe Secção Abertura Vias Rodoviárias
Abrão Guterres	487651	Chefe Secção Manutenção Infraestruturas de Irrigação
Idelfonso Sarmento	31102-8	Chefe Secção Topografia e Levantamento Dadus
Jorge Almeida dos Santos	14772-9	Chefe Secção Controlo e Monitorização Património Estado
Elio Natalino Fernandes	16404-6	Chefe Secção Registo e Inspeção
Marcos da Costa Freitas	16349-0	Chefe Secção Registo Base de Dadus e Controlo Spare Parts
José Alexandre Gaio	11301-0	Chefe Secção Armazém e Outros Materiais

2. Nomear a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante, exercida em substituição, pelo período de janeiro até 30 de junho de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	SIGAP	CARGO
Giovanio F. da P. B. Alves Pereira	16078-4	Chefe do Departamento de Administração e Finanças
Dionisio da Ressurreição G. Belo	39632-0	Diretor Nacional de Construção e Estudos Técnicos

3. Cessar Dionisio da Ressurreição G. Belo do cargo de Chefe do Departamento de Engenharia e Estudos Técnicos, com os efeitos desde janeiro de 2025.

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6797/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 06/DP-CFP/PNTL/I/2025, que solicitou a estensão de ocupantes dos cargos de chefia na estrutura da PNTL, tendo em conta a decisão de nomeação anterior.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a decisão 5856/2023/CFP, que estendeu a comissão de serviço de todos os ocupantes de cargos de direção e Chefia nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado até 30 de junho de 2024.

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela PNTL pelo ofício nr. 334/DP/2024, de 18 de julho;

Considerando a deliberação da CFP na 80ª Reunião Ordinária, de 5 de junho de 2024;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na PNTL, como adiante

Nome	CARGO
TS B Nuno Carlos Xavier (12690-0)	Chefe da Secção de Coordenação Geral de Funcionários Civis
TP C José Gomes (5711-8)	Chefe da Secção de Ponto Focal da Região III
TP D Júlia de Jesus (12682-9)	Chefe da Secção de Planeamento e Apoio Administrativo
TA E Elidia do Rego Carlos (24017-6)	Chefe da Secção de Ponto Focal CFP e Sistema GRP

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6798/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício, de referência 02/GAB-MCAE/I/2025-GC, que solicitou à CFP para que proceda a estensão da comissão de serviços dos cargos de direção e chefia pelo período até 30 de junho de 2025.

Considerando os termos e condições do Decreto-Lei N.º 7/2024,de 24 de janeiro, primeira alteração ao Decreto-Lei nº 25/2016, de 29 de junho (regime dos cargos de direção e chefia na Administração Pública).

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide :

Estender até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos cargos de direção e chefia do Gabinete do MCAE dos seguintes funcionários:

NOME	CARGO
Natalia Nascimento da Cruz Fátima (39989-2)	Chefe da Unidade Administração e Finanças
João Alves Correia (23347-1)	Chefe da Secção de Logística
Olivio da Costa Gaio (33136-8)	Chefe do Departamento de CCD

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6799/2025/CFP

Considerando as informações do ofícios 20 e 27/M-MAE/I/ 2025, sobre o pedido de nomeação em substituição de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura do MAE, conforme os argumentos apresentados nos respetivos ofícios.

Considerando que antes a CFP emitiu a decisão 6781/2025/ CFP, que procedeu a estensão da comissão de serviços dos cargos de direção e chefia até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. Retificar a Decisão 6781/2025/CFP para nomear os funcionários a assumir em substituição os cargos de direção e chefia na estrutura do Ministério da Administração Estatal, pelo período até 31 de dezembro de 2025, enquanto aguardar o processo de seleção por mérito, como adiante:

NOME	CARGO
Ângelo Urbano Fernandes	Diretor Geral dos Serviços Corporativos
Acílio Manuel Branco	Diretor Nacional de Administração e Finanças
Egídio de Jesus Alves	Diretor Nacional do Planeamento e das Finanças Municipais
João Alves Correia	Chefe do Departamento de Comunicação na Unidade de Protocolo e Comunicação
Rosalina Massa Amaral	Chefe do Departamento de Protocolo na Unidade de Protocolo e Comunicação
Filomena da Costa	Chefe do Departamento de Administração e Expediente Geral, da DNAF
Ana Maria Amélia Dias Viegas	Chefe do Departamento de Gestão dos Processos de Aprovisionamento, na Unidade de Aprovisionamento Descentralizada

2. Cessar a comissão de serviço dos atuais cargos de direção e chefia desempenhados respetivamente pelos funcionários acima para desempenhar novos cargos nomeados acima.

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6800/2025/CFP

Considerando a Nota Interna da DNRDKFP/I/2025, sobre o pedido de homologação dos resultados do concurso para os agentes da carreira do regime geral da Autoridade Municipal de Baucau.

Considerando a lista de classificação dos resultados de concurso dos membros do painel de júri das respetivas categorias do concurso.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Comsiderando as competências da CFP nos termos dos artigos 38º e 40º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho, quanto à homologação do resultado de concursos e nomeação dos candidatos conforme a lista de classificação dos membros de júri.

Considerando as competências do Presidente definidas no regimento interno da CFP e na Lei 7/2009, de 15 de julho, sobre a criação da Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

HOMOLOGAR o resultado do processo de seleção e AUTORIZAR o contrato de trabalho dos seguintes agentes da administração pública da Autoridade Municipal de Baucau, até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

N	Nome	Equiparação grau
1.	Osmenio Francisco Freitas Ximenes	Tekniku Profesional Grau D
2.	Josefina Filomena Maria	Tekniku Profesional Grau D
3.	Moises Maria Piedade	Tekniku Profesional Grau D
4.	Grimaneza Cristo Freitas	Tekniku Profesional Grau D
5.	Marçal de Jesus Costa	Tekniku Profesional Grau D
6.	Octavio Claretiano Ferreira	Tekniku Profesional Grau D
7.	Nicolau Carceres Corte Real Belo	Tekniku Profesional Grau D
8.	Pedro DamiãoPereira Magno	Tekniku Profesional Grau D
9.	Cornelio Ximenes Gama	Tekniku Profesional Grau D
10.	Anselmo de Sousa Ximenes	Tekniku Administrativu Grau E
11.	Venicia Maria da Costa Lopes	Tekniku Administrativu Grau E
12.	Maria dos Santos Magno	Tekniku Administrativu Grau E

13.	Orlanda Guterres	Tekniku Administrativu Grau E
14.	Octaviana da Costa Ribeiro	Tekniku Administrativu Grau E
15.	Sonia de Oliveira	Tekniku Administrativu Grau E
16.	Octaviana do Rosario Correia Moniz	Tekniku Administrativu Grau E
17.	Agueda Jose Gaio Belo	Tekniku Administrativu Grau E
18.	Augosto Texeira	Tekniku Administrativu Grau E
19.	Judith da Costa	Tekniku Administrativu Grau E
20.	Apolonia Belo Ximenes	Tekniku Administrativu Grau E
21.	Nelvio Aniceto Correia	Tekniku Administrativu Grau E
22.	Ricardina de Almeida	Tekniku Administrativu Grau E
23.	Cristovão Soares	Tekniku Administrativu Grau E
24.	Etelvina Ximenes Soares	Tekniku Administrativu Grau E
25.	Cristiana Novita dos Santos Pinto	Tekniku Administrativu Grau E
26.	Andre Guterres	Tekniku Administrativu Grau E
27.	Juvita Laura Soares Pinto	Tekniku Administrativu Grau E
28.	Sebastião Gusmão Ximenes	Tekniku Administrativu Grau E
29.	Evangelina da Costa Mendonça	Tekniku Administrativu Grau E
30.	Abilio da Costa Mendonça	Tekniku Administrativu Grau E
31.	Julio da Costa Filipe	Tekniku Administrativu Grau E
32.	João de Jesus Frutuoso	Tekniku ADministrativu Grau E
33.	Jesuina Tomasia Magno	Tekniku Administrativu Grau E
34.	Isabel Maria da Costa Lopes	Tekniku Administrativo Grau E
35.	Juvito Ireneo Soares	Tekniku Administrativo Grau E
36.	Frederico Guterres	Tekniku Administrativu Grau E
37.	Diana Isabel da Costa	Tekniku ADministrativu Grau E
38.	Josefina Freitas Fraga	Tekniku ADministrativu Grau E

Publique-se

Díli, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DECISÃO Nº 6801/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 029/ DGAF/ME/I/2025, que solicitou à CFP para que proceda a estensão do cargo de Inspetor Pré-Escolar de Liquiçá, pelo período de janeiro até dezembro de 2025.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei nr 28/2012, de 4 de julho sobre a nomeação em comissão de serviço dos inspetores escolares;

Considerando o Regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para nomear e exonerar funcionários públicos e em comissão de serviço os ocupantes dos cargos de direção e chefia;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

ESTENDER a comissão de serviço do seguinte funcionário, para continuar a exercer o cargo de chefia adiante do Ministério da Educação, no período entre 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

Nome	CARGO
Prof. Luis da Silva (4873-9)	Inspetor Pré-Escolar no Município de Liquiçá, cargo equiparado a chefe de departamento

Publique-se

23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6802/2025/CFP

Considerando as informações dos ofícios do MNEC sobre os quais a instituição solicitou à CFP para que proceda a nomeação em substituição de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura do MNEC.

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016,

de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. Cessar a comissão de serviços dos cargos de direção e chefia desempenhados por funcionários adiante, conforme os pedidos do MNEC, com os efeitos a partir de 31 de janeiro de 2025, como adiante:

NOME	CARGO
Nilton Rusdin Widjaya Sy Saad	Diretor Nacional do Tesouro e Pagamento
Antonio M. de Jesus dos Santos	Chefe do Departamento do Tesouro e Pagamento

2. Nomear os funcionários a assumir em substituição os cargos de direção e chefia na estrutura do MNEC, pelo período 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2025, enquanto aguardar o processo de seleção por mérito, como adiante:

NOME	CARGO
Julio Martins	Diretor Nacional do Tesouro e Pagamento
Leonildo do Rego Magno	Chefe do Departamento do Tesouro e Pagamento

Publique-se

Díli, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6803/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 04/IGT/VPM-MCAE/I/2025, que solicitou à CFP para proceder a estensão de ocupantes dos cargos no período de 2025, conforme o autorizado pelo MCAE, datada de 13 de janeiro de 2025.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;
Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;
Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;
Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;
Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na Inspeção-Geral do Trabalho:

NOME	CARGO
Frederico Pereira de Matos	Inspetor Geral do Trabalho
Angela Nunes	Diretora Nacional de Planeamento e Apoiu Administrativo (DNPAA)
Otilia Maria Pereira	Diretora Nacional de Apoio Técnico à Inspeção Geral do Trabalho (DNATIGT)
Sérgio da Costa Ximenes	Chefe Departamento Jurídico e Contraordenação
Matilde Mariana Pinto Tilman	Chefe Departamento da Prevenção de Riscos Profissionais e proteção Social
Perpetua Maria Esteia dos Santos Maia	Chefe Departamento da Promoção da Melhoria das Condições de Trabalho
Lolita Ximenes	Chefe Departamento de Administração e Finanças
Domingos da Silva	Chefe Departamento de Recurso Humano e Informática
Joaninha Almeida Magno	Chefe Departamento de Planeamento, Avaliação

Publique-se

Díli, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6804/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 002/IGE/APTL/I/2025, que solicitou a estensão dos cargos direção e chefia da Inspeção Geral do Estado.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a deliberação da CFP na 80ª Reunião Ordinária, de 5 de junho de 2024;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 30 de junho de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição na Inspeção-Geral do Estado:

NOME	CARGO
Tito Roserio	Diretor Nacional Servisu Auditoria
Marcos Sarmento	Diretor Nacional Servisu Inspesaun
Alberto Carvalho dos Santos	Diretor Nacional Administração no Finanças
Jacob Pereira Vicente	Chefe Departamento Controlo ba Servisu Desconcentrados Administrasaun Publika
Maria Celeste Filomena dos Santos Pimentel	Chefe Departamento Controlo ba Reseitas no Despesas
Iria dos Santos	Chefe Departamento Controlo Interno ba Servisu Sentrais Administrasaun Públika
Marcelo Xavier Nunes	Chefe Departamento Planeamento, Finansas, Aprovizionamentu no Lojistika
Albertina Maria Freitas	Chefe Departamento Administrasaun no Arquiva

Publique-se

Díli, 24 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6805/2025/CFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 03/MACLN/I/2025, que solicitou a estensão de ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da instituição.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 os seguintes funcionários para exercer os cargos de chefia do MACLN adiante, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
Celio Gonzaga Sarmento (28752-0) TS/A	Diretor Nacional de Administração e Gestão de Recursos Humanos
TS B Amancio Marques (25678-1)	Diretor Nacional de Aprovisionamento
TP C Imaculada da Conceição Menezes (17065-8)	Chefe do Departamento de Aprovisionamento
TS B Feliciano Eusebio Ximenes (34710-8)	Chefe do Departamento de Contratação
TP C Albina Fatima Araujo de Sa (24450-3)	Chefe do Departamento de Administração
TS B José das Dores (10935-5)	Chefe do Departamento de Recursos Humanos
TA E Gustodio Goncalves (24976-9)	Chefe do Departamento do Plano
TA E Zulmira de Jesus Soares (15084-3)	Chefe do Departamento de Finanças
TA E Roberto dos Santos Passos (10699-2)	Chefe do Departamento de Logística
TP D Angelito Duarte da Silva (38753-3)	Chefe da Unidade de Comunicação Social e Protocolo
TA E Vasco Ferreira (38801-7)	Chefe do Departamento de Pensões e Subvenções
TP D Mario da Silva Pereira (38797-5)	Chefe do Departamento de Base de Dados
TP D Esperança Marziel Rosario Ximenes Alves (38775-4)	Chefe do Departamento de Apoio ao CLN
TA E Julio Loho Godinho (38800-9)	Chefe do Departamento de Gestão do Património
TA E Agapito de Araujo (14923-3)	Chefe do Departamento de Programas
TS B Benedito Savio (38903-0)	Chefe do Departamento de Pesquisa da História da Resistência

Publique-se

Díli, 24 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DECISÃO Nº 6806/2025/PCFP

Considerando o ofício nr. 22/DGSC/MSSI/I/2025, do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, que informa a necessidade de nomear ocupantes de cargos em comissão de serviço de chefia na estrutura da instituição, em razão da resignação de atuais ocupantes de chefia.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando o que dispõe o Dl nr. 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo DL nr. 7/2024, de 24 de janeiro, sobre a nomeação em substituição;

Considerando a estrutura orgânico-administrativa aprovada pelo Diploma Ministerial nr. 62/2024, de 4 de outubro, do MSSI;

Considerando o disposto no Regimento Interno da CFP, sobre delegação de poderes ao Presidente ou ao seu substituto legal.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. Cessar os seguintes funcionários dos cargos de chefia desempenados na estrutura do MSSI, com os efeitos a partir de fevereiro de 2025, como adiante:

NOME	CARGO
TP C Julieta Soares de Araújo (29645-7)	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Dom Aleixo, cargo equiparado a chefe de departamento
TP D Nevea Maria Paula Gomes Ximenes Granadeiro (14987-0)	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Vera Cruz, cargo equiparado a chefe de departamento

2. NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, exercer em comissão de serviço os cargos de chefia do MSSI, a partir de fevereiro até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO
Domingas Moniz Barreto (16541-7)	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Dom Aleixo, cargo equiparado a chefe de departamento
Madalena Canossa de Jesus (16582-4)	Coordenador de Unidade do CSS do PA de Vera Cruz, cargo equiparado a chefe de departamento

Publique-se

Dili, 24 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6807/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 011/UAF/GPM/I/2025, que solicitou à CFP para proceder a estensão dos cargos de direção e chefia pelo período até 31 janeiro de 2026.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando que a CFP emitiu a decisão 6761/2025/CFP para a estensão da comissão de serviço dos cargos de direção e chefia das instituições que não apresentaram ainda a lista nominal para o efeito, pelo período até 31 de janeiro de 2025.

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de janeiro de 2026 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Gabinete do Primeiro-Ministro, como adiante:

NOME	SIGAP	CARGO
Ursula Ferrão Pinto	24985-8	Diretor-Geral de Administração e Finanças
Selviana Maria da G. X. Baptista	14943-8	Chefe Departamento de Aprovisionamento e Gestão de Contratos
Justino de Assis	24883-5	Chefe Departamento Logística e Património do Estado
Albino da Costa	39963-9	Chefe Departamento Finanças e Recursos Humanos
Vanessa Dias Pereira do Cortinhal	39962-0	Chefe Departamento de Atendimento e Expediente
Nivio Olerio Antonio Soares	35436-8	Chefe Secção de Gestão de Contratos

Publique-se

Díli, 24 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6808/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 13/GMPIE/I/2025, que solicitou a estensão e nomeação de ocupantes dos cargos de direção e chefia pelo período até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que antes a CFP já emitiu a decisão 6788/2025/PCFP, que procedeu a estensão dos cargos até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

Nomear o TP/C Angelino dos Santos para exercer em substituição o cargo de Chefe do Departamento de Estudos do Planeamento e Ordenamento do Território, pelo período até 31 de dezembro de 2025, enquanto aguarda a realização do processo de seleção por mérito.

Publique-se

Díli, 24 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6809/2024/CFP

Considerando as Informações do oficio 17/G.VPM-MCAS/RDTL/I/2025, do abinete do MCAS, que encaminhou o despacho 03/GMCAS/I/2025, sobre a estensão de ocupantes dos cargos do MCAS.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a decisão 5856/2023/CFP, que estendeu a comissão de serviço de todos os ocupantes de cargos de direção e Chefia nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado até 30 de junho de 2024.

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a deliberação da CFP na 80ª Reunião Ordinária, de 5 de junho de 2024;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2024 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais:

NOME	CARGO
Anastacia Manuel (22171-6)	Diretora Divisaun Administrasaun e Finansas
Paulo Natalino Doutel da Silva Soares (26580-2)	Diretor Divisaun Aprovisionamentu e Lojistika

Publique-se

Díli, 28 de junho de 2024

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6810/2025/CFP

Considerando as informações do ofício 11/DGRD/MD/I/2025, que solicitou a estensão do cargo de direção e chefia na estrutura do Ministério da Defesa pelo período até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24

de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar a continuidade dos serviços da Administração Pública e o exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando que as comissões de serviço podem ser encerradas a qualquer tempo, mesmo antes do seu termo, se presentes quaisquer das causas de cessação previstas nos artigos 15º e 16º , do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho;

Considerando que muitas instituições ainda não concluíram o processo de seleção por mérito exigido pela lei para o preenchimento dos cargos dirigentes;

Considerando a decisão 5856/2023/CFP, que estendeu a comissão de serviço de todos os ocupantes de cargos de direção e Chefia nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado até 30 de junho de 2024.

Considerando o requerimento de extensão das comissões de serviço apresentado pela entidade adiante nominada;

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ESTENDER até 31 de dezembro de 2025 a comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção e Chefia exercidos em substituição no Ministério da Defesa, como adiante:

No.	No. Payroll	NOME	CARGO
1	16 534	Martinho Soares Moniz	Diretor Geral Recursos Defesa
2	26 085	Nuno Carvalho dos Santos	Diretor Geral Politica Defesa Nacional
3	20 473	Josefa dos Reis Gonçalves	Inspetora Geral Defesa
4	9 114	Armindo Junior Moniz dos Santos	Chefe do Gabinete Juridico
5	33 381	Isabel Barreto Soares Afonso	Diretora Nacional Administraçao Finanças
6	29 161	Dilia Helena Auxiliadora de Sousa	Diretora Nacional Aprovisionamento
7	28 979	Maria Kolomia Coelho Manek de Oliveira	Diretora Nacional Recursos Humanos
8	976	Manuel da Silva	Diretor Nacional Logistica,Infraestrutura no Patrimonio
9	33 391	Jeronimo Freitas	Diretor Nacional Cooperaçao Interministerial no Agéncias
10	33 388	Juvenio Guerra da Silva Araujo	Diretor Nacional Politica Defesa Nacional
11	38 339	Melchior Fernandes Malkias	Diretor Nacional ITC
12	70 512	Norberto Ximenes	Chefe do Departamento Teknologia Informaçao
13	26 443	Eduardo Malimau Afonso	Chefe do Departamento Cooperaçao Multilateral Defesa
14	33 392	Arsenia Luisa da Costa Pinto de Araújo	Chefe do Departamento Analisa e Desenvolvimento Força
15	33 389	Lidia Pires	Chefe do Departamento Administraçao Recursos Humanos
16	38 343	Ilidio Brito Ximenes	Chefe do Departamento Desenvolvimento RU
17	33 377	Avelino Soares	Chefe do Departamento Administraçao e Kontrataçao Pública
18	86 299	Siquita dos Santos	Chefe do Departamento Pagamentos e Ezecuçao Projetos
19	33 376	Alfredo Otilio Soares das Neves	Chefe do Departamento de Ezecuçao Orçamento
20	33 379	Cristalina de Canossa Viegas Barros	Chefe do Departamento Planeamento Orçamento
21	33 385	Luis Hermenegildo da Costa	Chefe do Departamento Logística e Manutençao
22	33 375	Eustaquio Mateus Ximenes	Chefe do Departamento de Infraestruturas,Património,Inventariação e Arquivo

Publique-se

Díli, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6811/2025/CFP

Considerando a informação do ofício n.º 61/GCCC/2025, de 20 de janeiro, da Presidência da República, e que informa sobre nomeação de ocupantes de cargos em comissão de serviço de direção e chefia na estrutura da Presidência da República;

Considerando que a nomeação atende ao disposto no artigo 52.º do Decreto-Lei 44/2015, de 28 de Dezembro, Estatuto de Pessoal da Presidência da República;

Considerando que cabe à CFP homologar o resultado de qualquer natureza dos concursos feitos no setor público, de acordo com o artigo 38.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de Junho, primeira alteração ao Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção de Pessoal para a Administração Pública;

Considerando o Regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para homologar as nomeações;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, conjugado com decisão de delegação anteriormente citada, decide:

1. HOMOLOGAR a cessação da comissão de serviço dos ocupantes dos cargos de direção e chefia na estrutura da Presidência da República, a partir de 31 de janeiro de 2025:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TS B Amândio Gonçalves (5423-2)	Diretor Nacional das Finanças e Planeamento
TS B Albino Maia Barreto (5174-8)	Diretor de Administração e Recursos Humanos
TP C Denio do Rego Savio (9488-9)	Chefe do Departamento de Finanças e Planeamento

2. HOMOLOGAR a nomeação em substituição dos ocupantes dos cargos em comissão de serviço de direção e chefia na estrutura da Presidência da República, a partir de 1 de fevereiro de 2025 e até a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TP C Denio do Rego Savio (9488-9)	Diretor Nacional das Finanças e Planeamento
TS B Sérgio de Araújo (14262-0)	Diretor de Administração e Recursos Humanos
TP D Epifânio Moniz de Carvalho Assunção (29434-9)	Chefe do Departamento de Finanças e Planeamento

Díli, 28 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6812/2025/CFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício 38/ME/DJAF/2025, de 14 de janeiro, que solicitou alterar a exoneração de ocupantes de cargos em comissão de serviço na estrutura da gestão do ensino básico de Ermera.

Considerando o que dispõe o artigo 44.º do Decreto-Lei nº. 32/2023, de 31 de maio, sobre o Regime Jurídico do Sistema Nacional do Ensino Básico, sobre o suplemento de cargos para os diretivos escolares.

Considerando que os cargos de gestão do ensino básico são definidos no diploma legal supracitado.

Considerando que o pessoal de direção e chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, segundo o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro, sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2j09, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

ALTERAR a Decisão nr. 6478/2024, para EXONERAR os seguintes funcionários dos cargos em comissão de serviço de gestor do ensino básico do Ministério da Educação em Ermera, com os efeitos a partir de 01 de setembro de 2024, como adiante:

Escola	Nome	Cargo	SIGAP	Payroll
EBC. Katrai-Leten	António dos Santos	Diretor	18236-2	30262
	Domingos da Cruz do Ceu	Adjunto Diretor	614-9	9900

Díli, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6813/2025/PCFP

Considerando a solicitação de nomeação para os cargos de chefia da Unidade de Missão para o Combate ao Stunting – UNMICS, conforme o ofício nr. 05/MCAS/UNMICS/2025, de 16 de janeiro;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando a estrutura aprovada pelo Diploma Ministerial do MCAS nr. 1/2025, de 15 de janeiro;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

NOMEAR os seguintes funcionários para, em substituição, exercer os cargos de chefia da UNMICS adiante, no período entre 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
TS B Maria Joana Freitas Almeida (16041-5)	Chefe do Departamento de Administração, Recursos Humanos e Logística
TP D Amina de Araújo Gonçalves Soares (41658-4)	Chefe do Departamento de Finanças
TP D Teresinha de Jesus dos Reis Tilman (39428-9)	Chefe do Departamento de Aprovisionamento

Publique-se

Díli, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6814/2025/PCFP

Considerando a informação sobre a nomeação e extensão da comissão de serviço nos cargos de direção ou chefia da Procuradoria-Geral da República, conforme os ofícios nr. 23 e 24/2025, de 21 de janeiro;

Considerando o despacho do Procurador-Geral da República e as decisões do Conselho Superior do Ministério Público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público.

Considerando o regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. HOMOLOGAR as nomeações em comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante da Procuradoria-Geral da República, exercidos em substituição, no período entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO
TS B Valentino Moniz Barreto (29925-1)	Coordenador Unidade Administração Geral, cargo equiparado a Diretor Nacional
TS B Barbara Sarmento Baptista (24615-8)	Chefe da Secção de Intervenção Processual, cargo equiparado a chefe de departamento
TA E Agripina Ximenes Pereira (32361-6)	Chefe da Secção de Contabilidade, cargo equiparado a chefe de departamento

2. HOMOLOGAR a extensão da comissão de serviço dos ocupantes de cargos de direção ou chefia adiante da Procuradoria-Geral da República, exercidos em substituição, até 31 de dezembro de 2025, enquanto se aguarda a realização do processo de seleção por mérito:

NOME	CARGO
Paulina de Araújo Correia (24603-4)	Secretária Superior
José Manuel Soares (28135-2)	Koordenadór Divizaun Apoiu Juridiku no Kooperasaun Judisiáriu/equiparado diretor Nacional
Noemio da Silva (32356-0)	Koordenadór Unidade Prosesu/equiparado diretor Nacional
Edilson Manuel Alain Ximenes (29926-0)	Koordenadór Divizaun Planeamentu Organizasaun no Informatika/equiparado diretor Nacional
Mariano da Conceição (30904-4)	Koordenadór Divizaun Dokumentsaun no Informasaun/equiparado diretor Nacional
Alfredo Norberto França Reis de Jesus (28132-8)	Chefe Secção Pesoal/equiparado Chefe Departamento
Jacinto Romão (28141-7)	Chefe Secção Patrimônio Ekonomatu no Servisu Jerais/equiparado Chefe Departamento
Esmeralda Gusmao da Silva (33159-7)	Chefe Secção Apoiu Konsellu Superior Ministériu Públiku/equiparado Chefe Departamento
Fonzeca Sequeira Barreto (32354-3)	Chefe Secção Espediente Jerál no Arkivu/equiparado Chefe Departamento
Valentino Moniz Barreto (29925-1)	Chefe Secção Intervensaun Prosesual/equiparado Chefe Departamento
Manuel da Silva (32680-1)	Chefe Secção Kontabilidade/equiparado Chefe Departamento

Publique-se

Díli, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6815/2025/CFP

Considerando as informações do ofício de referência 18/PCIC/GDN/I/25, que solicitou o pagamento do subsídio de chefia, nos termos do despacho 08/Dir.PCIC/I/2025.

Considerando que nos termos da alínea h) do artigo 26 da do Decreto-Lei 15/2014, de 24 de maio, os ocupantes dos cargos de direção e chefia são nomeados pelo Diretor da PCIC.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da lei 7/2009, de 15 de julho.

Considerando as competências da CFP definidas na lei 7/2009, de 15 de julho, que estabeleceu a Comissão da Função Pública. Considerando as competências do Presidente da CFP delegadas nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho e, com base na decisão acima, decide:

Homologar a comissão de serviço do seguinte ocupante de cargo de chefia na estrutura da Polícia Científica de Investigação Criminal e autorizar o pagamento de suplemento de chefia, nos termos do Decreto-Lei 15/2014, de 24 de maio, pelo período de dois anos, a partir de 17 de janeiro de 2025, como adiante:

NOME	CARGO EM COMISSÃO
Florindo Guterres Serrano	Chefe da Brigada de Investigação Criminalidade Económica e Financeira

Publique-se

Díli, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DECISÃO N.º 6816/2025/PCFP

Considerando a lista de classificação final do Painel de Júri do concurso de recrutamento de agentes da administração pública do Ministério da Justiça.

Considerando a nota interna nr. 03/DNRDCFP/SKFP/2025, de 23 de janeiro, sobre a verificação da lista de classificação final dos candidatos para a equiparação às respetivas categorias das carreiras de Guarda Prisional e do Regime Geral.

Considerando a classificação final do processo de recrutamento, em que foram apurados e classificados os candidatos com maior nota para as referidas posições;

Considerando que cabe à CFP homologar o resultado de qualquer natureza dos concursos feitos no setor público, de acordo com o artigo 38.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho, primeira alteração ao Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção de Pessoal para a Administração Pública;

Considerando o regimento interno que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para homologar o resultado de concurso público ou interno;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. HOMOLOGAR a ata final do painel de júri sobre o resultado do concurso de recrutamento de agentes da administração pública equiparados às categorias das carreiras de Guarda Prisional e do Regime Geral;

2. Autorizar o contrato de trabalho dos seguintes agentes da administração pública, em razão da aprovação em concurso público:

No.	NOME	REF. CONCURSO	EQUIPARAÇÃO	ÁREA
1	Eliseu dos Santos Pinto	AAP/52/2024	Assistente Grau F	Motorista
2	Amozio de Jesus Amaral Lopes	AAP/52/2024	Assistente Grau F	Motorista
3	Reinaldo Abel Soares	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
4	Lucio Soares Magalhães	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
5	Cipriano Ati Pelo	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
6	Paul Fatima de Jesus	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
7	Augusto Costantino Mau	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
8	Efifanio Pereira Martins	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
9	Rogito dos Santos Moniz	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
10	Nivio Carmo de Fatima Vong	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
11	Jacinto de Castro Ximenes	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
12	Sebastião Mau Laco	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
13	Rosalino dos Reis Maia	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
14	Antonio Melinho Esperanca da Silva Belo	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
15	Gerson Soares de Deus	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
16	Paulo de Oliveira	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
17	Rogerio de Lima Moura	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
18	Julio Pinheiro de Araujo	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
19	Tobias Sarmento Pereira	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
20	Rogerio de Araujo Ximenes	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
21	Octavio Imiliano	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
22	Filipe Pereira Henrique	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
23	David dos Santos	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
24	Frederico Soares Sarmento	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
25	Horacio da Cruz	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
26	Anastacio Pereira Verdial Couto	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
27	Carlos Marcal Ximenes	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
28	Tarcisio Borges Soares	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
29	Laurentino Maria de Sousa	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
30	Mateus Sarmentu de Oliveira	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
31	Jose Domingos Natalia da Silva	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
32	Octaviano Vicente Soares	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
33	Afriano Jose Horacio	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
34	Miquel Librano Rianda da Cruz	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
35	Ivonio Tomas do Rego Pereira	AAP/53/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Mane (Dili) Becora
36	Eugenia Jordão de Araujo	AAP/54/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Feto (Dili) Becora
37	Maria Fatima Madalena da Costa	AAP/54/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Feto (Dili) Becora
38	Virgilia Leonor Daniel Fontes	AAP/54/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Feto (Dili) Becora
39	Sandra da Cunha Silva Ximenes	AAP/54/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Feto (Dili) Becora
40	Marcelia Onli Marcal	AAP/54/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Feto (Dili) Becora
41	Evencia Moniz da Conceicão	AAP/55/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Feto)
42	Delta da Cruz Gomes	AAP/55/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Feto)
43	Octavio Ximenes	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
44	Antonio Braganca	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
45	Filomeno da Costa	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
46	Inocencio Fatima Gomes Amaral	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
47	Jose Manuel Nunes de Jesus	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
48	Leonardo dos Santos	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
49	Isolino Gusmão	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
50	Lucas Afonso Carvalho	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
51	Mateus Cardoso Gonçalves	AAP/56/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional Suai (Mane)
52	Lolito Gomes Araujo	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
53	Rafael Honorio Soares	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
54	Ricardo Ximenes	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
55	Waldemiro Nobelo Ximenes	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
56	Natalino Ximenes Babo	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
57	Nelson Pascoal Martins Borges	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
58	Jaimito Salsinha	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
59	Amadeu Madeira Babo	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
60	Dionisio Soares Magalhães	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
61	Nidio Flavio Maia dos Santos	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
62	Mario Martins Salsinha	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
63	Gil de Fatima Soares	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
64	Zacarias Pinto	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
65	Jernimo L. do Rosario de Deus	AAP/57/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Mane
66	Cipriana Pires	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
67	Maria Fernandes	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
68	Josefina Salsinha Soares	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
69	Micaela Domingas Gama	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
70	Mirela de Fatima Soares da Cruz	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
71	Luciana de Deus	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
72	Maria Gregoria Jacinta Marsel Soares	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
73	Leliana Borromeu Gago	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto
74	Amelia Fernandes	AAP/58/2024	Assistente Grau F	Guarda Prisional (Ermera-Gleno) Feto

Publique-se

Díli 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6817/2025/PCFP

Considerando a lista de classificação final do concurso de promoção de funcionários públicos do Regime Especial dos Funcionários Parlamentares do Parlamento Nacional.

Considerando o Despacho nr. 03/SG/2025, de 13 de janeiro, do Secretário-Geral do Parlamento Nacional, que homologou o resultado do concurso de promoção de funcionários parlamentares;

Considerando que cabe à CFP realizar as promoções na função pública, de acordo com a Lei número 7/2009, de 15 de julho;

Considerando o regimento interno que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes da CFP para homologar o resultado de concurso público ou interno;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

HOMOLOGAR o resultado do concurso de promoção realizado no Parlamento Nacional e DETERMINAR o registo na base de dados da função pública da promoção para as categorias de Técnico Superior Parlamentar Assistente, a contar de 13 de janeiro de 2025, dos seguintes funcionários públicos:

No.	Nome	CARGO
1	João Francisco Martins Belo (29486-1)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
2	Pinto Cardoso Manuel Soares (26708-2)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
3	Rosa de Cassia Jose Cristovao (32578-3)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
4	Afonso Cassiano Ramos (41357-7)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
5	Helio Soares Leite Magalhães (41355-0)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
6	Lizia Carla Maria Fátima de Araújo (27051-2)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
7	Simplicio Gomes (15059-2)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
8	Manuel Pinto (12517-2)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
9	Vitorino Borges de Deus (28082-8)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
10	Vital Eusebio Tilman Andrade de Jesus (29985-5)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
11	Isabel Alves Ximenes (28101-8)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
12	Jorge Paiva Araújo (30945-1)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
13	Olivia da Conceicao Soares (41360-7)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
14	Graciete Ximenes Sarmento (30957-5)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
15	Jesuina Conceição dos Reis Pereira (33172-4)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
16	Joãozito de Carvalho (11419-7)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
17	Joaquim da Silva Xavier (28027-5)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
18	Joaquim Vicente (41367-4)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
19	Marta Sousa Corte Real (26699-0)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
20	Natalicio Simão dos Santos (14765-6)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
21	Quintiliano Ase (28592-7)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
22	Sandra da Costa Noronha (32574-0)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1
23	Victor de Deus Maia (24956-4)	Técnico Superior Parlamentar Assistente Esc 1

Publique-se

Díli 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO N.º 6818/2025/CFP

Considerando a solicitação do ofício MJ/DGA/32/2025, de 22 de janeiro, que solicitou à CFP o ajustamento da decisão nr. 6772/2025, que nomeou os ocupantes de cargos de direção e chefia do MJ.

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação ao Presidente contida no Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na alínea a) do n.º 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. ALTERAR a Decisão nr. 6772/2025, para NOMEAR em comissão de serviço os seguintes funcionários para exercer os cargos de direção e chefia do Ministério da Justiça, pelo período de seis (6) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro até 30 de junho de 2025, como adiante:

Nome completo	SIGAP	CARGO
Salvador da Costa Fernandes	11540-1	Inspector Geral do GIA
Jose Paulino Dias Ximenes	28711-3	Sub-Inspector de Inspecção e investigação
Florindo Jose da Costa	28909-4	Sub-Inspector de fiscalização e Auditoria
Jaime Maia	11539-8	Chefe Dep. de Fiscalização e Auditoria do G-GIA
Agripina Maria S. Sequeira	11220-8	Chefe Dep. Administração do GIA
Agapito da Cruz Xavier	6959-0	Chefe Dep. Avaliacao, Monitorizacao e Desenvolvimento - GIA
Juliana Fatima Gama	11559-2	Chefe Dep. - GIA
Octavia Celeste de Sousa Soares	787971-5	Diretora/o-Geral de Administração
Olávia Barreto	39439-4	Chefe do Dep. de Apoio Geral da DGA
Rosinha M das Dores M Conceicao	11198-8	Diretora DNAF
Isolino Marques	11537-1	Chefe Dap.de Planeamento e Orçamento
Carmen Fatima Moniz Soares	11221 - 6	Chefe Dep. de Finansas
Mariano Pires	24087-7	Chefe Dep. de Administração e Logistica
Maria Gabriela Nurdiana Mariyati Estelita Munthe	23906-2	Chefe Dep.de Pagamento
João Maupelo da Costa	16692-8	Diretor Nacional de Recursus Humanus
Egidio Pedroso	9554-0	Chefe Dep. de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
Benigna dos Reis Magalhães	30911-7	Chefe Dep. da Administração de Apoio Base de Dados de Recursos Humanos
Isabel Ximenes Lobato	31825-6	Chefe.Dep. dos Funcionamentos de Recursos Humanos
Nelinha de Deus Soares	11218-6	Diretora DNA
Carla de Jesus Barros	23951-8	Chefe Dep. Gestão de Procedimentos de Aprovisionamento
Jose Maria de Paulo Mota	24997-1	Chefe Dep. de Administração e Arquivo
Esperanca C. Dias Soares da Silva	31511-7	Chefe Dep. de Gestão e Monitorização de Contratos
Sebastião Domingos .F.Belo	30173-6	Diretor Nasional de Teknologia de Informática
Joao Coutinho Tilman	33309-3	Chefe Dep. Administração Sistema e Infrastrutura de Rede
Domingos Cesar Mouzinho	30923-0	Chefe Dep. De Desenvolvimento Sistema Informação e Base de Dadus
Prisca da Cruz	33305-0	Chefe Dep. De Apoio Usuário e Acesso Informação
Honorio Aureliano Soares Magalhaes	24329-9	Diretor Geral PJ-MJ
Antonieta Fatima Soares da Silva	33308-5	Chefe de Gabinete DGPJ-MJ
Benia Beatriz Ximenes alves	27013-0	Diretora UPCS
Amilcar Soares Seixas	23938-0	Chefe Dep. De Comunicação Social
Carlos Goncalves Dias	24038-9	Chefe Dep. De Protocolo
Nelinho Vital	10804-9	Diretor DNAJL
Maximiano Fernandes	11536-3	Chefe de Dep. da Administração
Aquelina Fatima	31824-8	Chefe de Dep. de LEGIS-PALOP+TL
Zelia do Rego dos Santos	29946-4	Chefe de Dep. de Tradução.
Carmelindo da Silva Caetano	39440-8	Chefe Dep. Assesoria Jurídica e Política Legislativa
Miguel Mali Bere Fernandes	24614-0	Chefe Dep.Documentação, Estatistica e Arquivo Juridico
Julberta Soares	23973-9	Diretora DNDHC
Elvio Marciano de Deus Soriano	28188-3	Chefe Dep. Direitos Humanus e Plano de Acao Nacional do MJ
Virgilio Faustino da Silva	39438-6	Chefe Dep. de Relaçoes Públicas, Documentacao e Divulgação

Adriano Barbosa Soares	24041-9	Chefe de Dep.Tratados e Monitorizasaun de Direito Humanos
Maria Lucia Gago	24039-7	Chefe de Dep. de Administração e Financas
Delfio Soares Alves	31822-1	Diretor DNSPRS
Demetrio da C.X.dos Santos	11558-4	Chefe Dep. de Gestão da Administação, Pessoal e Patrimonial
Juvita Avelina Gusmão	34718-3	Chefe Dep. de Estudos e Formação
Julio Dias Ximenes	6856-0	Chefe Dep. de Gestão de Risco e Mitigação
João Domingos	991-1	Chefe Dep. de Sistema Informação Prisional,
Domingos Afonso Ximenes	996-2	Dep. de Reinserção Social e Observação Criminológica
Agapito Kantu	9282-7	**Diretor Munisipal EPB**
Andre Pereira Corceiza	10045-5	Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Becora
Americo Araujo de Jesus	10055-2	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Becora
Fernando da Costa	1254-8	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Becora
Mateus Ricardo da C. Soares	10022-6	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Becora
Juvinal de Oliveira	10029-3	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Becora
Rui Goncalves	5243-4	**Diretor Munisipal EPS**
Augusto Humberto dos Reis	10000-5	Chefe Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Suai
Ponciana da Cruz	41762-9	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Suai
Zeferino Barreto	41751-23	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Suai
Januario Barros	15235-8	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Suai
Joao de Jesus	41763-7	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Suai.
Cristiano Salsinha	1009-0	**Diretor Munisipal EPG**
Jose Almeida da Costa	9997-0	Chefe de Dep. de Serviço Prisional, de Tratamento e Saúde Penitenciária de Estabelecimento Prisional de Gleno
Lucinda Manezes Madeira	8440-9	Chefe de Secção de Execução Penal Estabelecimento Prisional de Gleno
Lucia de Jesus Martins	8450-6	Chefe de Secção de Administração Prisional Estabelecimento Prisional de Gleno
Francisco de Jesus	10027-7	Chefe de Secção de Segurança e de Vigilância Estabelecimento Prisional de Gleno
Eusebio dos Santos	8443-3	Chefe de Secção de Tratamento Prisional e de Cuidados de Saúde Estabelecimento Prisional de Gleno
Domingas Castanheira	11543-6	Chefe de Departamento de Administração
Madalena Guterres Correia	27026-1	Chefe de Departameto de Cooperação
Lourenço Tavares Ferreira	55306-6	Chefe de Departamento de Formação
Inocencio Jose Alves	23942-9	Chefe de Departamento de Biblioteca
Lucas António da Costa	6901-9	Diretor Geral de Terras e Propriedades
Manuela Adelina da Costa Seac	24050-8	Chefe de Dep de Gabinete de Apoio da Administração da DGTP
Gaspar Soares de Sá Benevides	6948-5	Diretor Nacional de Terras e Propriedades
Inacio do Rosario Cabral	24053-2	Chefe de Dept. de Afetação e Alocação Oficial
Mateus Ramos Pereira	756-0	Chefe de Dept. de Atribuição de Titulos e disputas de terras
Nuncio Tomas C. P. Mestre	7970-7	Diretor Nacional Serviços Cadastrais
Damiao Barreto da C Araujo	28565-0	Chefe de Dept. Clasificação e Avaliação do Valor da Renda
Afonso da Costa Belo	28894-2	Xefe Departementu Execucao cadastro
Jose Maria dos Santos	28618-4	Xefe Departementu de sistema informasaun de terras
Paulino da Cruz	7370-9	Diretor Nacional Informacao e Geoespacial
Domingos da Costa Hornay	27885-8	Xefe Depart.de deliminacao terras
Romaldo da Silva Luis	28885-3	Xefe Depart. De geodesia
Pievia G. Alves de Sá Benevides	28831-4	Xefe Depart. De infra-estruturas de dados espacial
Helder Cosme Marcal Belo	11253-4	Diretor da Unidade de Arrendamentu de Bens Imóveis do Estado
Genilda do Rosário Seran	7959-6	Chefe Departamento de Arrendamento de Bens Imóveis do Estado
Zacarias Mendonça	28834-9	Diretor Municipal STPSC-Aileu
Filomeno da Silva	8049-7	Diretor Municipal STPSC-Ainaro
Mateus da Costa	7552	Diretor Municipal STPSC-Baucau
Castro Laco Martins	24048-6	Diretor Municipal STPSC-Bobonaro
Carlos Caitano	16893-9	Diretor Municipal STPSC-Covalima
Francisco de Deus	24073-7	Diretor Municipal STPSC-Dili
Afonso Salsinha	754-4	Diretor Municipal STPSC-Ermera
Devina Maria Branco	24062-9	Diretor Municipal STPSC-Lautem
Leoneto da Silva Hale	28862-4	Diretor Municipal STPSC-Liquiça
Anibal D. Sarmento	757-9	Diretor Municipal STPSC-Manufahi
José Magno P. da C. de Carvalho	28640-0	Diretor Municipal STPSC-Manatuto
Apolinario Ximenes	8005-5	Diretor Municipal STPSC-Viqueque
Agostinho Goncalves Vieira	23960-7	Diretor Geral dos Serviços de Registo e do Notariados
Zelia Ximenes	24731-6	Chefe do Gabinete de Administracao da DGSRN
Frederico Paulo de Fátima Martins	23969-0	Diretor Nacional CSRN-Dili
João Florêncio Soares	23964-0	Chefe Dep. Registos Civil Central e Nacionalidade
Maria do Ceo da Conceição	776-5	Chefe Dep. do Registo Nacional de Pessoas Colectivas
Suzana Petronela Soares Fernandes	775-7	Chefe Dep. de Arquivos Centrais
Duarte Quintão	28535-8	Chefe Dep de Registo Automovel e outros Bens Moveis
Josefina da Costa Sarmento	28137-9	Chefe Dep. de Registo Predial
Delfina Maia Amaral	11920-2	Chefe Dep. de Administração

Nelson Manuel Moniz Belo	8855-2	Diretor Nasional Identifição Civil e Registo Criminal
Berdato N. F. de A. Corte-Real	23962-3	Chefe Dep. de Identificação Civil
Domingos Aleixo Magno	8856-0	Chefe Dep. de Registo Criminal
Carmezelia Ataide Mendonça	33311-5	Chefe Dep. de Passaporte e Passes de Fronteira
Bernardino Freitas	30908-7	Chefe Dep.de Tecnologia e Informática
Amaro Martins	5703-7	Diretor Municipal CSRN Aileu
Joanico da Silva	27965-0	Diretor Municipal CSRN Ainaro
Justina das N. Mendonça	6730-0	Diretor Municipal CSRN Baucau
Marciano Mali Loe	33306-9	Diretor Municipal CSRN Bobonaro
Filomena Gusmão	6724-5	Diretor Municipal CSRN
Ana Maria F.da Conceição Soares	5980-3	Diretor Municipal CSRN-Dili
Elisio Baldoina de Fátima Madeira	7999-5	Diretor Municipal CSRN-Ermera
Amandio Alves Gomes	5700-2	Diretor Municipal CSRN-Lautem
Nelson Pinto de Carvalho	16689-8	Diretor Municipal CSRN-Liquiça
Alda Maria Jose P. S. da Silva	6706-7	Diretor Municipal CSRN Manatuto
Margarida da Costa	8459-0	Diretor Municipal CSRN Manufahi
Rogério da Costa	7681-3	Diretor Municipal CSRN-Viqueque

2. Cessar os ocupantes dos cargos de direção e chefia da estrutura do Ministério da Justiça, com base no pedido do ofício supra e ainda com base na lista de pessoal do Ministério da Justiça, com os efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

Publique-se

Díli, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DECISÃO Nº 6819/2025/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando a informação do ME pelo ofício 61/DGAF/2025, de 20 de janeiro, da necessidade de retificar a Decisão nr. 6220/2024, que nomeou ocupantes de cargos em comissão de serviço na estrutura da gestão do ensino básico em Ainaro;

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei Nº. 32/2023, de 31 de maio, sobre o Regime Jurídico do Sistema Nacional do Ensino Básico;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2 , do artigo 5º , da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. RETIFICAR a Decisão nr. 6220/2024, para EXONERAR os seguintes funcionários dos cargos em comissão de serviço de gestor do ensino básico do Ministério da Educação, como adiante:

Escola	NOME	CARGO	SIGAP
EBF.Manutaci	Jaimito de Araujo	Coordenador	19577-4

2. RETIFICAR a Decisão nr. 6220/2024, para NOMEAR os seguintes funcionários para em substituição, exercer em comissão de serviço o cargo de gestor do ensino básico do Ministério da Educação, como adiante:

Escola	NOME	Cargo	SIGAP	Salá-rio	Suple-mento	Subs. Trnp.
EBF.Manutaci	Maria Elizita Cardoso dos Reis	Coordenador	26925-5	374	155	75

Díli, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14291/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício de referência 02/ORH-GSE/SKFP/I/2025, que solicitou reintegrar a funcionária ao serviço após o período da licença de maternidade concedida pela CFP.

Considerando que o período da licença de maternidade terminou, determinando, desta forma, a necessidade de reativação da funcionária ao serviço e da sua remuneração, bem como o cancelamento do subsídio de maternidade, nos termos do regime de segurança social, nos termos da Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação feita pelo Decreto-Lei 18/2017, de 24 de maio.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, a Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

1. REINTEGRAR Anatolia Gomes Castro (38649-9) aos quadros da Função Pública, pelo término da licença-maternidade, determinando o retorno ao SCFP, bem como o pagamento da remuneração com efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique ao INSS, para cancelar o subsídio de maternidade da funcionária, em razão do término do período da licença de maternidade.

Publique-se.

Díli, 08 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14292/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício de referência 389/023.13/GDG-ANTL,IP/XII/2024, que confirmou sobre o pedido de transferência da funcionária do quadro da Autoridade Municipal de Lautém para ANTL,IP.

Considerando que as instituições de origem e do destino manifestaram aceitação para a transferência da referida funcionária.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública).

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Transferir Deolinda da Costa (8454-0) do quadro do pessoal da Autoridade Municipal de Lautem para integrar o quadro do Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P.

Publique-se.

Dili, 08 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14293/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 84/SEATOU-MAE/XII/2024, sobre o qual o Secretário de Estado solicitou para considerar a conceção da licença especial à funcionária a quem presta apoio técnico no seu gabinete, nos termos do regime de gabinete ministerial.

Considerando que antes foi autorizada a licença sem vencimentos a funcionária referida, no entanto, a mesma se encontra a prestar apoios no gabinete da SEATOU, uma das condições que possibilita a conceção de licença especial nos termos do artigo 55 n.º 1 do Estatuto da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor publico, nos termos do artigo 6° da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando o que dispõe o número 1 do artigo 55° do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei N° 7/2009, de 15 de julho, e as competências definidas no regimento interno, decide:

Ajustar a licença da TS/B Emiliana Maria do Rosário para a licença especial sem vencimentos pelo período enquanto prestar apoios no Gabinete da SEATOU.

Publique-se.

Dili, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14294/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 536/DG-PCM/XII/2024, que solicitou a estensão do contrato de Agentes da Administração Pública para o ano fiscal de 2025.

Considerando que os agentes da Administração Pública apresentados na lista antes foram autorizados os seus contratos nos termos do despacho 14042/2024/PCFP, pelo período até 31 de dezembro de 2024, o qual já foi expirado e carece de estensão, conforme o pedido.

Considerando que os contratos de agentes da dministração pública têm os graus das carreiras do regime geral como referência sempre no seu primeiro escalão;

Considerando que importa assegurar a justa equivalência remuneratória na transição entre a situação anterior do pessoal contratado e a situação de agente da administração pública;

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e, com base nas competências do regimento interno da CFP, decide:

Autorizar a estensão do contrato, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 5/2009 de, 15 de julho, Primeira Alteração da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços na PCM pelo período entre 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

NO	NOME	EQUIPARA
1	Vicente Isabel Viegas	TS B
2	Domingos da Silva Costa	TS B
3	Jacinta Maria Gonçalves do Nascimento	TS B
4	Lázaro António Freitas Alves	TS B
5	Leonito dos Santos	TP C
6	Arlindo Campos	TP C
7	Floribal José António Martins	TP C
8	Esperança da Costa	TP C
9	Feliciano Mau Leto	TP C
10	Aniceto dos Santos	TP C
11	José Silverito Oliveira Brites	TP D

Publique-se

Dili, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14295/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n. 1442/CG-MPCP/XII/2024, que confirmou a aceitação do pedido de estensão da requisição de funcionários da PCM para prestar apoios no Parlamento Nacional na Divisão da RTPN.

Considerando que foi emitido já o despacho de requisição dos funcionários para prestar apoios naquela divisão e o período da requisição está próximo a terminar, solicitando, desta forma, para que seja prorrogado por mais um ano.

Considerando a necessidade de serviço manifestada no ofício supracitado sobre a estensão do período da requisição de funcinários no Parlamento Nacional em prol de apoiar os serviços naquela divisão.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a requisição tem o período inicial de dois anos e pode ser estendida por motivos justificados e aceites, nos termos do disposto no artigo 33.º n.º 1 da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública);

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima, decide:

Determinar a estensão do período da requisição dos seguintes funcionários para prestar apoios na Direção de Comunicação do Parlamento Nacional, pelo período de um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Estatuto da Função Pública, com os efeitos como adiante:

1. A estensão a partir de 02 de junho de 2025 até 02 de junho de 2026, para os seguintes funcionários:

   a) Judita S. da Cruz;

   b) Nazaret Alfredo Gusmão da Silva;

   c) Nelson Flor Sarmento; e

   d) Crispim da Silva.

2. A estensão a partir de 12 de janeiro de 2025 até 12 de janeiro de 2026, para os seguintes funcionários:

   a) Eleutério Maio Auxiliadora Melo de Sousa;

   b) Luís António Paulo Soares Neves; e

   c) Octávio Elo.

Publique-se.

Dili, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14296/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 03/ORH-GSE/SKFP/I/2025, que solicitou estender os contratos dos Agentes da Administração Pública que prestam apoios no SCFP.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública

decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da Lei número 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que o Decreto-Lei número 22/2011, de 08 de Junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública;

Considerando os termos e condições definidos nos artigos 25.º e 26.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública);

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de Julho, decide:

AUTORIZAR a estensão do contrato de trabalho dos Agentes da Administração Pública, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de Agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção do Pessoal para a Administração Pública, para prestar serviços nas atividades do SCFP no período entre 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

- TP D Adélia da Conceição;
- TA E Leonito Campos;
- Agostinho do M.J. Jaques Fernandes.

Publique-se

Dili, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14297/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 962'DGAF-ME/XII/2024, do Ministério da Educação, que solicitou a autorização do pagamento do subsídio de transporte e suplemento do cargo equiparado a diretor geral ao Vice-Presidente do INFORDEPE, nomeado nos termos do Despacho Ministerial 42/GME/VIII/2024.

Considerando o Decreto-Lei n.º 21/2021, de 10 de novembro, que atribuiu um subsídio de transporte a todos os ocupantes de cargos de direção e chefia da administração pública;

Considerando que o suplemento para o cargo equiparado a diretor-geral é processado nos termos do DL 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

AUTORIZAR o pagamento do suplemento de cargo equiparado a diretor-geral e subsídio de transporte, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/2021 de 10 de novembro, ao Vice-Presidente do INFORDEPE, com os efeitos a partir de 01 de outubro de 2024:

NOME	SIGAP	Suplemento de cargo	Subsídio de transporte
Domingas Belo A. Mendes	21399-3	$519.00	$150

Publique-se.

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14298/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 1272/FPM-DPAFRH/XII/2024, que informou sobre o pagamento do suplemento do cargo de departamento à funcionária, apesar de a mesma ser nomeada para o cargo de chefe de secção, nos termos da decisão 6633/2024/PCFP.

Considerando que o suplemento para o cargo equiparado a diretor-geral é processado nos termos do DL 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que é necessário cancelar o pagamento do suplemento de chefe do departamento, mantendo o do chefe de secção, sendo descontar os salários da funcionária para ressarcir o montante auferido.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

1. Cancelar o pagamento de suplemento do cargo de chefe do departamento e manter o suplemento de chefe de secção ao seguinte pessoal do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos, nos termos da decisão 6633/2024/PCFP, como adiante:

   - **Angelina Pereira Mariz**

2. Descontar os salários da funcionária acima para recompensar o montante do suplemento que a mesma auferiu, conforme relata no ofício 1272/FPM-DPAFRH/XII/2024.

Publique-se.

Díli, 08 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14299/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 1271/FPM-DPAFRH/XII/2024, que informou sobre o pagamento do suplemento do cargo de departamento ao funcionário, apesar de o mesmo ser nomeado para o cargo de chefe de secção, nos termos da decisão 6633/2024/PCFP.

Considerando que o suplemento para o cargo equiparado a diretor-geral é processado nos termos do DL 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 7/2024, de 24 de janeiro.

Considerando que é necessário cancelar o pagamento do suplemento de chefe do departamento, mantendo o do chefe de secção, sendo descontar os salários da funcionária para ressarcir o montante auferido.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

1. Cancelar o pagamento de suplemento do cargo de chefe de secção e manter o suplemento do departamento ao seguinte pessoal do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos, nos termos da decisão 6633/2024/PCFP, como adiante:

   - **João Cansio Ximenes Hornai**

2. Descontar os salários da funcionária acima para recompensar o montante do suplemento que a mesma auferiu, conforme relata no ofício 1271/FPM-DPAFRH/XII/2024.

Publique-se.

Díli, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14300/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício nr. 963/DGAF/ME/XII/2024, que solicitou reintegrar os funcionários ao quadro do Ministério da Educação após o período de destacamento para prestar apoios no Ministério da Administração Estatal.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública) e o artigo 13º , do DL nr. 25/2016, publicado em 30 de novembro.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Cessar o período do destacamento de funcionários no Ministério da Administração Estatal e reintegrar os mesmos para o quadro do Ministério da Educação, conforme os locais de trabalho, como adiante:

NOME	SIGAP	LOCAL
Domingos Gusmão	11849-4	ESTV Akar Laran
Anacleto do Nascimento	21426-4	ESGP N 1 Suai
Francelino Freitas Carvalho	17409-2	ESGP N 1 Suai
Jose Afonso	21017-0	EBF Macous
Geraldo Orleans	4693-0	EBF Fatumea
Constantino do Carmo Cardoso	21374-8	ESGP N 1 Suai
Benedito Maia	1346-3	EBF Salele
Rui dos Santos	19937-0	ESGP Zumalai
Manuel da Costa França	17632-0	ESGP N 1 Suai
Tomas Gomes	27400-3	ESTV Akar Laran

Publique-se.

Dili, 09 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14301/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício nº 003/ DGAF/ME/I/2025, que solicitou a reintegração da Sra. Anita Tavares Ribeiro de Jesus aos quadros da CFP, após o destacamento, em razão de ser nomeada como Comissária da CFP, nos termos da Resolução do Governo 61/2024, de 21 de novembro.

Considerando que é nccessário encerrar o destacamento da funcionária no Ministério da Educação e reintegrar no quadro do SCFP, para efeitos de concessão da licença esnecial sem vencimentos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências do Presidente definidas na Lei 7/2009, de 15 de julho e, as mesmas consagradas no regimento interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e do regimento acima citado, decide:

Encerrar o destacamento da TS/A Anita Tavares Ribeiro de Jesus no Ministério da Educação e determinar a reintegração da funcionária no quadro da CFP, com os efeitos desde 20 de dezembro de 2024.

Publique-se

Dili 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14302/2025/PCFP

Considerando a Resolução do Governo n. 61/2024, de 21 de novembro, a qual procedeu a nomeação da TS/ A Anita Tavares Ribeiro de Jesus, funcionária do quadro do SCFP como Comissária da CFP.

Considerando que nos termos do n. 1 do artigo 55 do Estatuto da Função Pública, os funcionários que foram eleitos ou nomeados para altos cargo, como membros do Parlamento Nacional ou Governo e outros cargos políticos têm direito de licença especial sem vencimentos pelo período do mandato da nomeação ao respetivo cargo.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector publico, nos termos do artigo 6.° da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei N° 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a delegação acima, decide:

CONCEDER licença especial sem vencimentos ao TS A Anita Tavares Ribeiro de Jesus, funcionária do quadro do SCFP, a partir da posse realizada no dia 20 de dezembro de 2024 e enquanto exercer o cargo de Comissária da CFP.

Publique-se.

Dili, 10 de dezembro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14303/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 09/Gab.DGAF-MOP/ I/2025, de 07 de Janeiro, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionário do Ministério das Obras Públicas;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos a TP/C Francisco Xavier Pereira (6453-0), do MOP, pelo período de um ano, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

Publique-se.

Dili, 10 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14304/2025/PCFP

Considerando o ofício nº 960/ME-DGAF/XII/2024, que solicitou à CFP para que proceda o cancelamento da pagamento de suplementos de áreas remotas ao funcionário, incluindo o desconto do montante salarial para compensar o montante de suplementos auferidos.

Considerando a Deliberação nr 96/2019, da CFP que alterou a lista das localidades remotas, muito remotas e extremamente remotas.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública emitir decisões sobre os termos e condições de emprego na Função Pública, nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que dispõe o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 01 de dezembro, sobre a atribuição do suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

Cancelar o pagamento de suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2011, de 01 de dezembro, sobre o Regime dos Suplementos Remuneratórios da Administração Pública, ao seguinte funcionário do Ministério da Educação e, descontar os salários para repor o montante de suplementos auferidos em exesso nos períodos, como adiante:

NOME	SUPLEMENTO	INÍCIO
Cipriano da Conceição Soares	40%	Setembro de 2024

Publique-se.

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14305/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas nos ofícios 237/RAEOA-TL/SRA-DRFO/XII/2024, que solicitou determinar a cessação do vínculo do funcionário para permitir o processo de cancelamento de salários e pensão e reforma.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública. Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho dos seguintes funcionários da RAEOA, em razão de falecimento, com os efeitos como adiante:

Nome	Data do Falecimento	SIGAP
Baptista Cusi	08 de novembro de 2024	19585-6

Publique-se.

Díli, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14306/2025/PCFP

Considerando as informações da AIFAESA apresentadas no ofício 02/AIFAESA-GIG/I/2025, que solicitou à CFP para que seja encerrado o período do destacamento de funcionários da CFP e MCI na AIFAESA, sendo reintegrado os mesmos nas respetivas instituições.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública) e o artigo 13º , do DL nr. 25/2016, publicado em 30 de novembro.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

ENCERRAR o destacamento dos seguintes funcionários do SCFP e do MCI na AIFAESA e reintegrar os mesmos para as respetivas instituições, com os efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025, como adiante:

NOME	INSTITUIÇÃO
TS A Cornélio dos Santos da Silva (7348-2)	CFP
TS B Julia Sancha da Conceição Varela (22204-6)	
TS A Santarina Xavier Rosário (6527-7)	
TP C Elsa Rodrigues Pereira	MCI

Publique-se.

Dili, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14307/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas sob o ofício 01/PCIC/GDN/I/25, da PCIC, que solicitou a extensão de contrato de agente da Administração Pública na PCIC, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da lei número 7/2009, de 15 de julho;

Considerando as alíneas a) e b) do n.1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e com base na decisão citada, decide:

AUTORIZAR, nos termos do número 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei 22/2011 de 8 de junho, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos, aos agentes da Administração Pública da PCIC, pelo período entre 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	Nome	Equiparação
1	Diamantino Brites da Silva (41927-3)	TP D/1º
2	Francisco Raul (41925-7)	TP D/1º
3	Mariana da Silva (41926-5)	TP D/1º
4	Santina da Conceição (41924-9)	TP D/1º

Publique-se

Dili, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14308/2025/PCFP

Considerando o ofício nº 961/ME-DGAF/XII/2024, que solicitou à CFP para descontar os salários do funcionário a fim de compensar o montante de subsídios de áreas auferidos desde 2015 até agora.

Considerando a Deliberação nr 96/2019, da CFP que alterou a lista das localidades remotas, muito remotas e extremamente remotas.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública emitir decisões sobre os termos e condições de emprego na Função Pública, nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que dispõe o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 01 de dezembro, sobre a atribuição do suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

1. Descontar o pagamento de suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2011, de 01 de dezembro, sobre o Regime dos Suplementos Remuneratórios da Administração Pública, ao seguinte funcionário do Ministério da Educação e, dos salários para repor o montante de suplementos auferidos em exesso nos períodos, como adiante:

NOME	Períodos de pagamento em exesso de suplementos	
	Períodos	Desconto
Domingos F. de Jesus Soares	Jan-jul 2015	10% do salário de $323
	Ago 2015 a jul 2022	10% do salário $350
	Ago-2022 até ago 2024	10% do salário de $468
	Set 2024 até data de cancelamento	10% do salário $400

2. Determinar para continuar o pagamento 15% de suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2011, de 01 de dezembro, sobre o Regime dos Suplementos Remuneratórios da Administração Pública, ao funcionário acima.

Publique-se.

Díli, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14309/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício 150/IPB/P/XII/2024, que solicitou a licença com vencimentos para fins de estudo a funcionário para continuar estudos de doutoramento na Universidade Andalas Indonesia.

Considerando o parecer da DNPQPFP do SCFP pelo ofício nr 01/DNPQPFP-SKFP/2024, de 08 de janeiro.

Considerando que o funcionário não está implicado em processo disciplinar e nunca lhe foi dada menção de avaliação inferior a Bom.

Considerando que o objeto do evento de capacitação é da relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto, sobre o regime de assistência ao estudo;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

CONCEDER licença com vencimentos para fins de estudos ao docente do IPB Assistente Junior D2 Domingos Cruz Pinto, pelo período de 01 de agosto de 2024 até 10 de agosto de 2027, para continuar estudos de doutoramento na área de ciência animal na Universidade de Andalas, Indonésia.

Publique-se.

Dili, 13 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14310/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 1934/MS-DGSC/XI/2024, de 22 de Novembro, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionária do Ministério da Saúde;

Considerando o parecer da DNPQPFP do SCFP pelo ofício n.º 384/DNPQPFP-SKFP/XII/2024, de 23 de dezembro.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos a Maria Gabriela Freitas Borges (31999-6), do MS, pelo período de dois anos, com os efeitos desde 1 de dezembro de 2024 até 1 de dezembro de 2026.

Publique-se.

Dili, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14311/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 09/Gab.DGAF-MOP/I/2025, de 7 de janeiro, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionário do Ministério das Obras Públicas;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos ao Francisco Xavier Pereira (6453-0), do ME, pelo período de um ano, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

Publique-se.

Dili, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º14312/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 0532/ME/DGAF/XII/2024, de 18 de dezembro, do ME, que solicitou reintegrar o funcionário ao serviço, após o término do período de licença sem vencimentos.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima, decide:

Reintegrar o Manuel Monteiro (8777-7), aos quadros da Função Pública, após o término da licença sem vencimentos, determinando o retorno ao Ministério da Educação, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025.

Publique-se

Díli, 14 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

Despacho nº 14313/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 1005- 1006/DGAF/DNRH-ME/XII/2024, de 26 de dezembro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Prof. José de Andrade (5257-4)	25 novembro 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14314/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 1001-1002/DGAF/DNRH-ME/XII/2024, de 26 de dezembro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Prof. Carlos de Jesus (2197-0)	30 outubbro 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14315/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 1003-1004/DGAF/DNRH-ME/XII/2024, de 26 de dezembro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública

decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionária do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Profª. Candida Madeira (534-7)	20 novembro 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14316/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 1007- 1008/DGAF/DNRH-ME/XII/2024, de 26 de dezembro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Prof. Leandro Amaral (43030-7)	25 setembro 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14317/2025/PCFP

Considerando a informação da Presidência da República, de 04 de dezembro, sobre a requisição da pensão de sobrevivência de funcionário público da Presidência da República;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário da Presidência da República, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
TP/C Henrique Belmiro da Costa (13104-0)	12 novembro 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14318/2025/PCFP

Considerando as informações do Presidente do Concelho de Administração do INSS e FRSS pelo ofício n.º 28/GP-INSS/I/ 2025, de 28 de janeiro, sobre a autorização de licença sem vencimentos, e o requerimento do funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos do Decreto-Lei n.º 40/ 2008 e a sua primeira alteração n.º 21/2011, de 17 de outubro;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos de 3 meses ao Asst/F, Miguel Macedo Pereira (38839-4), funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social, pelo período a partir de 03 de fevereiro até 30 de abril de 2025.

Publique-se.

Dili, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14319/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 16/Sek Jeral-CNE/ I/-2025, de 28 de janeiro, sobre a autorização de licença sem vencimentos, e o requerimento do funcionário da Comissão Nacional de Eleições.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos do Decreto-Lei n.º 40/ 2008 e a sua primeira alteração n.º 21/2011, de 17 de outubro;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos de 2 anos ao TP/C, Jacob Amaral de Correia (28153-0), funcionário da Comissão Nacional de Eleições , pelo período a contar a partir 27 de janeiro de 2025 até 27 de janeiro de 2027.

Publique-se.

Dili, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14320/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 312/GDGSC/XII/2024, de 10 de dezembro, sobre o pedido de licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionário do Ministério da Agricultura Pecuária Pescas e Florestas;

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos Decreto-Lei n.º 40/2008 e a sua primeira alteração n.º21/2011, de 17 de outubro;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER a licença sem vencimentos a TA/E Emilia de Araújo (15981-6), do MAPPF, pelo período apartir, 06 de janeiro de 2025 até 06 de abril de 2025.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14321/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º01/DGSC/MSSI/I/2025, de 08 de janeiro, do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, que solicitou a reintegração do funcionário público aos quadros da função pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

REINTEGRAR o TP/D Fernando Amaral Ramos (28015-1), ao quadro do MSSI, com efeitos a partir de 27 de novembro de 2024.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14322/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 230/AA.ATAURO/XII/2024, de 09 de dezembro, da Autoridade de Administração de ATAURO, que informou sobre o término da licença Sem Vencimento do funcionário público e solicitou a reintegração ao quadro da função pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

REINTEGRAR o TA/E Domingos Pereira (9283-5), aos quadros da função pública, determina a sua reintegração na Autoridade Administração ATAURO, com efeitos a partir 04 de novembro de 2024.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14323/2025/PCFP

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de Junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de Outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a solicitação do próprio funcionario sobre o cancelamento do período de licença e o seu retorno;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que Cria a Comissão da Função Pública, decide:

REINTEGRAR o Médico Geral Rusli Bin Alin (32037-4), aos quadros da função pública, determinando o seu retorno ao MS, com efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

Publique-se.

Díli, 15 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14324/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 024/DGAF/DNRH/ME/I/2025, de 8 de janeiro, do Ministério da Educação, que solicitou cessar a relação jurídica de trabalho dos professores das bolsas dos candidatos, em razões dos seus requerimentos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho dos funcionários públicos do Ministério da Educação, em razões das suas resignações, como adiante :

- Humberto Soares Borges (49496-8)

- Lidia Alves (49725-8)

- Rui Ximenes (49429-1)

- Anastasia Fernandes Brito Amaral (49543-3)

- Piedade da Costa (49700-2)

- Natalicio da Costa Pacheco (49762-2)

- Clementinho Sufa (49721-5)

- Inocencia Clotilde Antónia Menezes (50586-2).

Publica-se,

Díli, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14325/2025/PCFP

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de Junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de Outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a informação do próprio funcionario sobre o término do período de licença especia sem vencimentos e o seu retorno;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que Cria a Comissão da Função Pública, decide:

REINTEGRAR o Professor Olandino da Costa (19399-2), aos quadros da Função Pública e determinar o seu retorno ao Ministério da Educação, com efeitos desde 08 de janeiro de 2025.

Publique-se.

Díli, 15 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14326/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 01/MS-DGSC-KFP/I/2025, de 03 de Janeiro, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionário do Ministério da Saúde;

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos do artigo 49º e 54º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos a TS/A Marcelo Amaral (8653-3), do MS, pelo período de dois anos, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.

Publique-se.

Dili, 15 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14327/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício n.º 247/RAEOA-TL/SRA-DRFP/XII/2024, de 16 de dezembro, da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, que informou sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública, sobre a cessação da relação de trabalho na função pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide:

CESSAR a relação jurídica de trabalho da funcionária do Ministério da Saude, do quadro da função pública, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Part.ª Filomena Tolan (41487-5)	12 de novembro de 2024

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14328/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 02/UNTL/VRAAF-AG/I/2024, de 07 de janeiro, para reativação de serviços da funcionária Pública da UNTL;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

REINTEGRAR o TP/C Dioneia Maria Filomena Casimiro Gusmão Lemos (33264-0), aos quadros da Função Pública e determinar o seu retorno à UNTL, com os efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14329/2025/PCFP

Considerando as informações contidas no ofício nº 04/CNFP-BECORA/I/2025, de 7 de janeiro, do Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, sobre o pedido de destacamento dos funcionários públicos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de julho;

Considerando o que dispõe o artigo 33º da Lei Nº 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública);

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

DESTACAR o Lourenço da S. Gusmão e Luis Pinto, funcionários do Centro Nacional de Formação Profissional – Becora, para exercer funções no Centro Beaço Município de Viqueque.

Publique-se.

Díli, 14 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14330/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 178/DP/CFP/PNTL/I/2024, que solicitou autorizar o contrato dos agentes da Administração Pública e o parecer do SCFP pelo ofício nr. 368/DNPQFP/2024, de 3 de dezembro, que efetuou a análise do mapa de pessoal e manifestou-se favorável à contratação.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho dos seguintes agentes da administração pública da PNTL, no período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

No	Nome	Equiparação categoria
1	Denilton Joanril M.Gomes	TP/D
2	Olivia Marques	TA/E
3	Leonel de Araujo	TP/D
4	Joao Rifan M. S.Correia	TA/E
5	Aquilina Maria da C.Martins	TA/E
6	Marcos dos Santos Ximenes	TA/E
7	Norberto J. dos S.Boavida	TA/E
8	Natalia Borges Amaral Dias	TA/E
9	Amancio de J. Mau Fati	TA/E
10	Jeronimo Soares Salsinha	TA/E
11	Graciana Ximenes	TA/E
12	Domingos Luan Mali Lopes	Ass/F
13	Libania Francisca S. Salsinha	Ass/F
14	Lito da S.Lourenso Martins	Ass/F
15	Veronica da Costa	Ass/F
16	Imelda Fatima G. Martins	Ass/F
17	Anacleta Godinho	Ass/F
18	Erculano Tani	Ass/F
19	Dulce Maria de Fatima Abi	Ass/F
20	Selfiana Moco	Ass/F
21	Venâncio Lafo	Ass/F
22	Agata da Costa	Ass/F
23	Agostinha Veronica	Ass/F
24	Anita do Carmo	Ass/F
25	Bernadina N. de J. Marques	Ass/F
26	Casilda Luteiro Soares	Ass/F
27	Filomena Morais	Ass/F
28	Helista dos Santos Ramos	Ass/F
29	Jose Bonifacio Pinto	Ass/F
30	Marcelino Freitas	Ass/F
31	Manuela Tavares	Ass/F
32	Agustinho Lafu	Ass/F
33	Agustinho Maria dos Santos	Ass/F
34	Agustinho Votação Pereira	Ass/F
35	Alarico Amaral	Ass/F

36	Alfrida Nono	Ass/F
37	Anita Pereira Lopes	Ass/F
38	Antonia Cardoso	Ass/F
39	Antonio Sait	Ass/F
40	Armanio dos Reis	Ass/F
41	Augosto Paulino	Ass/F
42	Auria Brito	Ass/F
43	Aquilino Sarmento	Ass/F
44	Balbina dos Reis	Ass/F
45	Bendita de Jesus Tilman	Ass/F
46	Camilo Tamele	Ass/F
47	Calisto Soares de Carvalho	Ass/F
48	Duarte Cardoso Gomes	Ass/F
49	Cristoforus Abel	Ass/F
50	Domingos Amaral	Ass/F
51	Dominico Sufa	Ass/F
52	Elvis Soares	Ass/F
53	Estanis da Cruz	Ass/F
54	Elvira Lotu Carvalho	Ass/F
55	Ester Paulina Abi	Ass/F
56	Felismina S. dos Santos	Ass/F
57	Fernando Poto	Ass/F
58	Fernando Martins Araujo	Ass/F
59	Ferdinando Calau Seran	Ass/F
60	Flavia Conceição Santos	Ass/F
61	Francisca das Dores	Ass/F
62	Ediburga Nabu	Ass/F
63	Fortunata Pereira	Ass/F
64	Joanita da Costa	Ass/F
65	Herman Pina	Ass/F
66	Hilaria Ximenes	Ass/F
67	Ilidio dos Reis	Ass/F
68	Jaquelina Pereira Martins	Ass/F
69	Joanico Manec da Cruz	Ass/F
70	Joaquim de Araujo	Ass/F
71	Luis Mouzinho	Ass/F
72	Fridos Cardoso Rodrigues	Ass/F
73	Sergio João da Silva	Ass/F
74	Liberato de Araujo	Ass/F
75	Luis Moniz	Ass/F
76	Mariano Mota Soares	Ass/F
77	Maria Florida Colo	Ass/F
78	Maxiano Colo	Ass/F
79	Natalino Lequi Tai Pereira	Ass/F
80	Natalina da Purificação Soares	Ass/F
81	Natalino Maris L. Moreira	Ass/F
82	Olivio Mariano Soares	Ass/F
83	Rosito Cardoso	Ass/F
84	Rosito dos Santos Meac	Ass/F
85	Santina Dau Ati Barreto	Ass/F
86	Teresinha Sanches Pacheco	Ass/F
87	Teresa Poto	Ass/F
88	Teodorus Cab Eco	Ass/F
89	Teofilo da Silva	Ass/F
90	Vitoria da Cruz	Ass/F
91	Jeronimo Seco	Ass/F
92	Zulmira da Silva	Ass/F

Publique-se

Dili, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14331/2025/PCFP

Considerando as informações dos ofícios 055/Gabinete/MOP/I/2025 e 09/Gab.DGAF-MOP/I/2025, solicitou para considerar a conceção da licença especial à funcionária a quem presta apoio técnico no gabinete do Ministro das Obras Públicas, nos termos do regime de gabinete ministerial.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor publico, nos termos do artigo 6° da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando o que dispõe o número 1 do artigo 55° do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei N° 7/2009, de 15 de julho, e as competências definidas no regimento interno, decide:

Autorizar a licença especial sem vencimentos para a funcionária do Ministério das Obras Públicas, Rosa Amaral Vong, com os efeitos a contar a partir de 01 de fevereiro de 2025 e enquanto prestar apoios no Gabinete do Ministro das Obras.

Publique-se.

Dili, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14332/2025/PCFP

Considerando as informações da ANLA apresentada pelo ofício 262/GP-ANLA,I.P/MTA/I/2025, que solicitou à CFP para que seja encerrado o período do destacamento de funcionário da CFP na ANLA, após o período do cargo sendo reintegrado o mesmo na CFP a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Considerando que foram estendidas a comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia até 31 de janeiro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública) e o artigo 13º , do DL nr. 25/2016, publicado em 30 de novembro.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

ENCERRAR o destacamento do TS/B Constantino Corado na Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental, I.P., após 31 de janeiro de 2025, reintegrando o mesmo aos quadros da CFP, com os efeitos desde 01 de fevereiro de 2025.

Publique-se.

Dili, 14 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14333/2025/PCFP

Considerando as informações contidas no ofício nº004/DGAF/ME/I/2025, de 6 de janeiro, do Ministério da Educação, sobre a aceitação do pedido de destacamento dos funcionários públicos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de julho;

Considerando o que dispõe o artigo 33º da Lei Nº 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública);

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

DESTACAR a Augusta Nunes Soares (20042-5) e Francisco Guterres (21461-2), funcionários do ME, para exercer funções no Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P, apartir no dia 1 de janeiro de 2025 até 1 de janeiro de 2027.

Publique-se.

Díli, 15 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14334/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício nº 07/DGAF-MI/I/2025, do Ministério do Interior, que solicitou o pagamento retroativo de subsídio alimentar aos funcionários da DNSPP do Ministério do Interior.

Considerando o que dispõe o artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, o Subsídio de Alimentação é atribuído aos funcionários com função de vigilância da Direção Nacional de Segurança e Proteção do Património Público.

Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública;

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide :

AUTORIZAR o pagamento retroativo do subsídio de alimentação aos funcionários do Ministério do Interior, nos termos do artigo 2.º, do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, a partir da data de realização do trabalho, como adiante :

NÚ.	NOME	PAYROLL
1	Americo Alexandre Coli Siri Santos	4925
2	Octávio Helena e Silva do Carmo	89824

Publique-se.

Díli, 15 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14335/2025/PCFP

Considerando a informação apresentado no ofício nº 01/Sek Jeral/CNE/I/2025, de 06 de janeiro, da CNE, com base do requerimento da funcionária do serviço em razão da licença de maternidade.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. CANCELAR o pagamento da remuneração da Agostinha Pinto Fernandes (28031-3), durante o período desde 16 de dezembro de 2024 a 20 de março de 2025, em razão da concessão de licença-maternidade.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 15 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14336/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 01/INSP-TL/PCD/DGA-DNRH/CFP/I/2025, de 8 de janeiro, do Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste, que solicitou cessar a relação jurídica de trabalho da funcionária, em razão do seu requerimento.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho da Sheena Jevatiene Dias Viegas (32106-0), do MS, em razão da resignação.

Publica-se,

Díli, 15 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14338/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 06/I/INCSIDA/2025, do INCSIDA, que solicita o ajustamento de categorias dos Agentes da Administração Pública autorizadas nos termos do despacho 14139/2024/PCFP.

Considerando que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de Junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de Agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e com base no Regimento Interno, decide:

1. Retificar o despacho 14139/2024/PCFP para ajustar as categorias, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, dos contratos de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos seguintes agentes do INCSIDA, desde 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

	NOME	Equiparação
1	Rosalina Alves	TP/D
2	Miqueias da Cruz Dias	TP/D
3	Idenia de Jesus	TP/D
4	Lúcia Cepeda Saldanha	TP/D
5	Albina dos Santos da C. Silva	TP/D
6	Sara da Costa Maria Tolan	TP/D
7	Inês Motu Mali	TP/D
8	Nonci Masneno	TP/D
9	Sanita Salsinha Ribeiro	TP/D
10	Júlio de Araújo Bere	TP/D
11	Agapito Afonso	TP/D
12	Marcia Barreto de Sousa	TP/D
13	Odete Gomes Costa	TP/D
14	Mariza da Costa Florindo Lay	TP/D

2. Rescindir o contrato de trabalho dos seguintes agentes do INCSIDA, I.P, com os efeitos desde janeiro de 2025, como adiante:

   - TP/D Camilo Fernandes Gusmão;

   - TP/D Cipriano Branco;

   - TP/D Antonio Sebastião.

Publique-se

Dili, 15 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14339/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 462/PAM/AM.LAUTEM/XII/2024, que solicitou o pagamento de subsídio mensal para despesas de alojamento, comunicação e alimentação aos funcionários públicos e agentes da administração pública que prestam trabalhos na Autoridade Municipal de Lautém.

Considerando que nos termos do n. 1 do artigo 8 do Decreto-Lei 84/2023, de 23 de novembro, os funcionários públicos e agentes da Administração Pública têm o direito a receber o subsídio mensal 50% da remuneração base para as despesas de alojamento, comunicação e alimentação.

Considerando que a Autoridade Municipal de Lautém confirmou a disponibilidade orçamental para efetuar o pagamento do referido subsídio aos funcionários e agentes e tendo em conta também as considerações do ofício 610/M-MAE/XII/2024.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Considerando as competências do Presidente definidas no Regimento Interno da Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

Autorizar o pagamento de subsídio de 50% aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública da Autoridade Municipal de Lautém, conforme os períodos referidos no ofício 462/PAM/AM.LAUTEM/XII/2024.

Publique-se.

Díli, 16 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14340/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pela UNTL, pelo ofício n.º 06/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, sobre o pedido de reintegração de docente após o período da licença de estudos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, que alterou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

REINTEGRAR o docente adiante ao quadro da Função Pública, determinando o seu retorno à UNTL, incluindo a reativação do subsídio académico, nos termos do Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, como adiante :

NOME	Faculdade	DATA
Prof. Fernando Baptista Anuno	FEG	18 Novembro 2024

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14341/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 013/DGAF/DNRH-ME/I/2025, de 6 de janeiro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Alipio Macabeu Guterres	12 novembro 2024

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão Função Pública

DESPACHO Nº 14342/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 498/PAM-Baucau/XII/2024, que solicitou a transferência do funcionário a quem antes foi destacado da Autoridade Municipal de Viqueque para a Autoridade Municipal de Baucau, nos termos do despacho 14090/2024/PCFP.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública).

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Autorizar o ajustamento da mobilidade por transferência do TP C Mário do Rego (6738-5) da AM de Viqueque, para integrar o quadro da AM de Baucau.

Publique-se.

20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14344/2025/PCFP

Considerando o Despacho n. 227/MTC/IX-GOV/XI/2023, que procedeu a nomeação do funcionário da SEFOPE, Sr. José Asa para o cargo de Fiscal Único da TIC TIMOR.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 55 do Estatuto da Função Pública, os funcionários que foram eleitos ou nomeados para altos cargo, como membros do Parlamento

Nacional ou Governo e outros cargos políticos têm direito de licença especial sem vencimentos pelo período do mandato da nomeação ao respetivo cargo.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector publico, nos termos do artigo 6.° da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei N° 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a delegação acima, decide:

CONCEDER licença especial sem vencimentos ao TS A José Asa (905-9), funcionário da SEFOPE, pelo período de 01 de janeiro de 2025 e, enquanto exercer o cargo de Fiscal Único da TIC TIMOR.

Publique-se.

Dili, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14345/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 022/DGAF/DNRH-ME/I/2025, de 8 de janeiro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Mario de Fatima Araujo (13209-8)	23 de novembro de 2024

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão Função Pública

DESPACHO Nº 14346/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 021/DGAF/DNRH-ME/I/2025, de 8 de janeiro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionária do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Manuela Maia (375-1)	8 de julho de 2018

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão Função Pública

DESPACHO Nº 14347/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério da Educação, pelo ofício n.º 012/DGAF/DNRH-ME/I/2025, de 8 de janeiro, sobre o falecimento de funcionário público do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Carlos Ximenes (3321-9)	8 de dezembro de 2024

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão Função Pública

DESPACHO N.º 14348/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 02/DNRH-SG/MNEC/I/2025, de 8 de janeiro, que solicitou reativa as funções do funcionário em razão de terminar o período da licença com vencimentos para fins do estudo.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide :

REINTEGRAR o seguinte funcionário aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno à MNEC, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025, como adiante :

- Hugo Immanuel Garcia (39829-2)

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14349/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 07/A.M.VIQUEQUE/I/2025, que solicitou reintegrar o funcionário após o término do período da pena de suspensão aplicada nos termos da decisão n.º 6451/2024/CFP, da CFP.

Considerando que o funcionário já retornou às funções após o cumprimento da pena, no entanto, no sistema SIGAP encontra-se inativo por falta de comunicação à CFP para efeitos da ativação no sistema SIGAP.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

Reintegrar Marquito Ramos (18316-4) aos quadros da Função Pública, determinando o retorno do mesmo para a categoria da carreira integrada na Autoridade Municipal de Viqueque, com os efeitos desde o seu retorno ao serviço.

Publique-se

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14350/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 322/DNRH/XI/2024/TR, que solicitou à CFP para que registe e efetue o desconto de salários em resultado da aplicação da pena de multa de

$200, conforme a deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, tomada na 19 sessão extraordinária, datada de 28 de outubro de 2024.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública decidir os processos disciplinares e os respetivos recursos;

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho, que cria a CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. DETERMINAR o registo na base de dados da Função Pública da pena disciplinar de multa de US$ 200, aplicada ao Oficial de Diligência Lay Tua Guterres Bento (15966-2), do TJPI de Dili.

2. DETERMINAR o processamento do desconto mensal de $50 da remuneração do funcionário até o montante total citado no número anterior.

Publique-se

Dili, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14351/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pela UNTL, pelo ofício n.º 19/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, sobre o pedido de reintegração de docente após o período da licença de estudos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, que alterou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

REINTEGRAR o docente adiante ao quadro da Função Pública, determinando o seu retorno à UNTL, incluindo a reativação do subsídio académico, nos termos do Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, como adiante :

Nome	Faculdade	Data
Alipio de Almeida (5611-1)	FAGRI	19 de dezembro de 2024

Publique-se.

Díli, 20 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14352/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 263/Gab.P.BTL.EP/XII/2024, que solicitou a extensão da licença sem vencimentos dos funcionários, para continuarem a trabalhar na Empresa Pública Bee Timor-Leste, no Município de Ainaro.

Considerando que os funcionários já se encontram na licença após o período de três anos, no entant, os apoios dos mesmos são ainda necessários pela BTL.E.P., assim carece de autorizar a nova licença.

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei nr. 41/2020, de 25 de setembro, que criou a empresa pública Bee Timor-Leste E.P.;
Considerando que o pessoal da empresa se rege pelo regime do contrato individual de trabalho;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças sem vencimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública;

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão e extensão da licença de licença sem vencimento;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

Autorizar a licença sem vencimentos aos seguintes funcionários do MOP, para continuar a prestar serviços à Bee Timor-Leste E.P., nos Municípios conforme o ofício apresentado, pelo período de um ano, com os efeitos dede janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

1. TP/C Germano de Araújo;
2. TP/D Albina Ramos;
3. Assist/F Gilberto de Araújo;
4. TA/E Miguel da Costa;
5. Assist/F Rafael da Costa;
6. TA/E Carlito de Araújo Matos;
7. TA/E Gabriel Mauteti;
8. TP/C Jose Vilanova Pires;
9. TA/E Bernadete da Silva Costa;
10. TA/E Constantino Pereira;
11. TA/E Eurico da Costa;
12. TA/E Teodoro Pereira;
13. TA/E Salomão dos Santos;
14. TP/D Maria A. U. Martins;
15. TP/D Zelia Maria da Cruz dos Santos;
16. TP/D Osório Babo;
17. TP/D Eusébio da Cruz Martins;
18. TA/E Gonçalo Doutel;
19. TA/E Estefania V. Soares Correia;
20. Marito da Costa;
21. TA/E Celestino Freitas da Silva;
22. TA/E Jerónimo da Silva;
23. TA/E Julia Simões de Jesus Braga;
24. TP/C Castro D. Ramos;
25. TA/E Ines de Arújo Amaral;
26. TA/E Alarico Gusmão;
27. TP/C Cipriano Amaral Soares;
28. TP/D Adriana Belo da Rosa;
29. TA/E Justina Mariz;
30. TP/D Vicente da Costa Freitas;
31. TP/D Rubes Napoleão da Costa;
32. TA/E Zeferino Menezes;
33. TP/C Adriano da Cruz;
34. TP/D Guilhermino da Cruz;
35. TA/E Garibeldino Pereira;

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14353/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 318/DNRH/XII/2024/TR, que solicitou à CFP para que registe e efetue o desconto de salários em resultado da aplicação da pena de multa de $200, conforme a deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, tomada na 19 sessão extraordinária, datada de 28 de outubro de 2024.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública decidir os processos disciplinares e os respetivos recursos;

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho, que cria a CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

DETERMINAR o registo na base de dados da Função Pública da pena disciplinar de suspensão PELO período de 30 dias, comforme a informação do ofício 318/DNRH/XII/2024/RH.

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14354/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pela UNTL, pelo ofício n.º 18/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, sobre o pedido de reintegração de docente após o período da licença de estudos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, que alterou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

REINTEGRAR o docente adiante ao quadro da Função Pública, determinando o seu retorno à UNTL, incluindo a reativação do subsídio académico, nos termos do Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, como adiante :

Nome	Faculdade	Data
Delfim da Costa (17130-1)	FAGRI	6 de janeiro de 2025

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14355/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo MAE, no ofício n.º 4/DG-SC/MAE/I/2025, de 7 de janeiro, que solicitou reativar a funcionária após o período da licença de maternidade.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando as competências do Presidente definidas na lei 7/2009, de 15 de julho e as mesmas definidas no regimento interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide:

Assim, o Presidente em exercício da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

1. REINTEGRAR a funcionária aos quadros da Função Pública, pelo término da licença-maternidade, determinando o retorno à MAE, e o pagamento da remuneração, como adiante :

NOME	INÍCIO
Amelia Sabina Barros (39024-0)	19 de dezembro de 2024

2. DETERMINAR que o SCFP comunique ao INSS, de forma a cancelar o subsídio de maternidade da funcionária acima, em razão do término do período da licença de maternidade.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14356/2025/PCFP

Considerando a informação apresentado pelo Tribunal de Recurso, no ofício n.º 09/DNRH/TR/I/2025, de 13 de janeiro, com base do requerimento da funcionária do serviço em razão da licença de maternidade.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. CANCELAR o pagamento da remuneração da Igina Vitoria Soares (38659-6), durante o período desde 7 de novembro de 2024 a 13 de fevereiro de 2025, em razão da concessão de licença-maternidade.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Públicaa

DESPACHO Nº 14357/2025/PCFP

Considerando a informação apresentado pelo Tribunal de Recurso, no ofício n.º 10/DNRH/TR/I/2025, de 13 de janeiro, com base do requerimento da funcionária do serviço em razão da licença de maternidade.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando o que dispõe o regimento interno da CFP, sobre delegação dos poderes da CFP ao seu presidente;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugadas com a delegação acima citada, decide:

1. CANCELAR o pagamento da remuneração da Emelita da Silva Seixas (38653-7), durante o período desde 20 de dezembro de 2024 a 1 de abril de 2025, em razão da concessão de licença-maternidade.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Públicaa

DESPACHO Nº 14358/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 030/ME/DGAF/I/2025, de 13 de Janeiro, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento do funcionário do Ministério da Educação;

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos do artigo 49º e 54º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos ao docente João Agustinho Resi (1309-9), do ME, pelo período de três anos, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14359/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 40/MS-DGSC/PCFP/I/2025, de 14 de janeiro, do MS, que solicitou a reintegração do funcionário após ter concluído o período da licença para fins de estudos.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima, decide:

REINTEGRAR o médico João Bosco Carlos da Silva Tilman (41269-4), aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno ao MS, com os efeitos desde 1 de janeiro de 2025.

Publique-se.

Díli 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14360/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo requerente, que solicitou a reintegração ao serviço após o período da licença sem vencimento.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

Reintegrar o médico geral Olavio Agostinho Maria dos Santos, aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno ao Ministério da Saúde, com os efeitos desde fevereiro de 2025.

Publique-se.

Díli, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14361/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício de referência 12/MS-DGSC/CFP/I/2025, de 7 de janeiro, que solicitou reintegrar a funcionária após o término do período da pena de suspensão aplicada nos termos da decisão n.º 6207/2024/CFP.

Considerando que a funcionária já retornou às funções após o cumprimento da pena, no entanto, no sistema SIGAP encontra-se inativo por falta de comunicação à CFP para efeitos da ativação no sistema SIGAP.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

Reintegrar Martinha dos Reis (25458-4), aos quadros da Função Pública, determinando o retorno ao MS, com os efeitos desde 17 de agosto de 2024.

Publique-se

Díli, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14362/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 41/MS-DGSC/KFP/I/2025, que solicitou reintegrar a funcionária aos quadros da Função Pública após o período da licença sem vencimentos.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

Reintegrar a Evangelina Imaculada Amansia Magno (32780-8), aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno ao Ministério da Saúde, com efeitos a partir de 7 de março de 2025.

Publique-se.

Díli 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14363/2025/CFP

Considerando as informações declarado pelo Sr. Alvaro do Rego, de 30 de dezembro de 2024;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respetivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo

5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/ CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar uma investigação preliminar para apurar os factos indicados na referida queixa, verificando nomeadamente se existem eventuais irregularidades cometidas por funcionário do Ministério da Educação;

2. Designar a Inspetora da SCFP como instrutora do processo;

Publique-se

Díli, 21 de janeiro de 2024.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14364/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pela Fundação Rainha da Paz Timor-Leste, constante do ofício n.º 004/FRP-TL/P/ 2024, de 23 de dezembro;

Considerando a denúncia sobre as eventuais irregularidades cometidas por parte de funcionário do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que há possíveis infrações disciplinares que envolveu Funcionário Público do ME conforme apontado no ofício da denúncia acima citado;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/ CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar uma investigação preliminar para apurar os fatos indicados no referido ofício, nomeadamente verificar eventuais irregularidades cometidas por Salomao da Costa (2335-3), Pedro dos Santos Soares (35101-6), Joanita dos Santos (34976-3), Domingas Viegas Soares (35189-0), João Baptista Pinto (35000-1), funcionários do Ministério da Educação, conforme as informações contidas no ofício da denúncia supra mencionado;

2. Designar a Inspetora da SCFP como instrutora do processo;

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14365/2025/PCFP

Considerando a solicitação apresentada no ofício 301/GMPIE/ XII/2024, que solicitou da transferência definitiva do funcionário do MI para MPIE;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando a Decisão nº 6788/2025/PCFP, sobre a extensão em comissão de serviço de ocupantes dos cargos de direção e chefia do MPIE, pelo período de 2025;

Considerando que a transferência pode ser feita a requerimento do funcionário ou por conveniência de serviço, devidamente fundamentada, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando o Regimento Interno da CFP, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal os poderes para movimentar funcionários;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de julho e com base na decisão n.º 1897/2016, decide:

Transferir TS/B Honório João Manuel Amaral (910-5), do quadro do pessoal do Ministério Interior para integrar o quadro do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, com os efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Publique-se.

Dili, 21 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14366/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 780/INSP-TL/DGA-DNRH/CFP/XII/2024, que solicitou à CFP para que proceda a estensão de contratos dos agentes da Administração Pública do Instituto Nacional de Saúde Pública.

Considerando a verificação e averiguação feita pela DNSIGFP-SCFP/I/2025, relativamente aos contratados em causa.

Considerando o resultado satisfatório da avaliação de desempenho dos agentes da Administração Pública.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de pagamento dos seguintes agentes da administração pública do Instituto Nacional de Saúde Pública, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	Naran	Nu. ID	Kategoria
1	Aderito Nunes	45536-9	TA/E
2	Agostinha Soares	41946-0	TA/E
3	Agostinho Antonio Bonito	41953-2	Asst/F
4	Alice da Silva	49345-7	TDTSPGJA
5	Ana Lizete Freitas Belo	45537-7	TA/E
6	Angelino Godinho	49356-2	TDTSPGJB
7	Angelo Filipe Ribeiro	49374-0	Asst/F
8	Antonio Abilio	41954-0	Asst/F
9	António Zeferino da Conceição Pereira Barreto	49357-0	TP/D
10	Bartolomeu Tome Maques	49372-4	Asst/F
11	Crispin Benancio de Araújo Afonso	49349-0	TDTSPGJA
12	Dalli Paixao da Costa Ferreira	41949-1	TP/D
13	Delia de Jesus	41948-6	TA/E
14	Denansio dos Santos	49358-9	TP/D
15	Dirce do Rosário da Costa	49346-5	TDTSPGJA
16	Domingos Silvester de Jesus	49355-4	TDTSPGJB
17	Ela Romana de Fátima Freitas	49359-7	TP/D
18	Elizinha Grasiana de Jesus	41952-4	TA/E
19	Elvina Sarmento Belo	49350-3	TDTSPGJA
20	Eufrazia Maria de Purificação Fonseca	49360-0	TP/D
21	Evalisa Adão Mendonça	41956-7	TA/E
22	Fransisca Soares	45548-2	TP/C
23	Germano dos Reis Moreira	49353-8	TDTSPGJB
24	Graciela Mendes Ribeiro	45535-0	TP/C
25	Graziela da Costa Fátima Alin	49361-9	TP/D
26	Hilario de Araújo	49354-6	TDTSPGJB
27	Humbelina Menezes	49352-0	TDTSPGJB
28	Ildefonso da Silva	49362-7	TP/D
29	Inacencia dos Santos Rebelo	49363-5	TP/D
30	Jacinta Neta Manuela da Silva	49364-3	TP/D
31	Joaninha Sarmento Horta Assis	49371-6	TA/E
32	Jorge Borges da Cunha	45545-8	TP/D
33	Julio da Cruz	47363-8	TA/E
34	Lourenço Maia	49366-0	TP/D
35	Lucia Afriani Maia	45540-7	TA/E
36	Maria de Fátima Monteiro	47205-0	TA/E
37	Mariazinha Trindade Salsinha	49368-6	TP/D
38	Miguel Manuel do Rosario	41950-8	TA/E
39	Natalino Salvador Ximenes	47268-0	TP/D
40	Olga Magno Fernandes Lemos	45551-2	TP/C
41	Osménia de Jesus Neto	47203-4	TP/C
42	Petronela Rita da Costa Marques	49370-8	TP/D
43	Sabino da Costa Belo	49373-2	Asst/F
44	Samuel Soares Babo	47206-9	TA/E
45	Sebastião Soares	41951-6	TA/E
46	Sergio Amaral	49365-1	TA/E
47	Sergio Martins	47208-5	Asst/F
48	Silvia Amaral Soares	49367-8	TA/E
49	Siregar Milton da Costa Victor	43418-3	TS/B
50	Tanio Araujo Soares Agosto	45040-5	TA/E
51	Verónica Terezinha da Silva Costa	47204-2	TP/D
52	Victoria Varela do Rego Vong	49369-4	TA/E
53	Vitorino Monteiro	49375-9	Asst/F

Publique-se

Dili, 21 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14367/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício de referência n.º 13/Sek.Jeral/CNE/I/2025, de 17 de janeiro, de CNE, que solicitou reintegrar a funcionária ao serviço após o período da licença de maternidade concedida pela CFP.

Considerando que o período da licença de maternidade terminou, determinando, desta forma, a necessidade de reativação da funcionária ao serviço e da sua remuneração, bem como o cancelamento do subsídio de maternidade, nos termos do regime de segurança social, nos termos da Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação feita pelo Decreto-Lei 18/2017, de 24 de maio.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao

Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, a Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

1. REINTEGRAR Tomasia da Costa Soares (38129-2), aos quadros da Função Pública, pelo término da licença-maternidade, determinando o retorno ao CNE, bem como o pagamento da remuneração com efeitos desde 28 de janeiro de 2025.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique ao INSS, para cancelar o subsídio de maternidade da funcionária, em razão do término do período da licença de maternidade.

Publique-se.

Díli, 22 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14368/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 025/ DGAF/ME/I/2025, que solicitou o pagamento retroativo de subsídio de recolocação para os funcionários do Ministério da Educação, conforme os argumentos referidos no pedido.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 23/2019, de 7 de agosto, sobre o Suplemento Remuneratório.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

DETERMINAR o pagamento de ajuda de custo por recolocação, prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do art. 14º do Decreto-Lei nº 20/2010, de 1 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 23/ 2019, de 7 de agosto, aos seguintes funcionários quem foram destacados, em razão do exercícip das funções de auditores na Inspeção Geral do Ministério da Educação, como adiante:

NOME	Subsídio de apoio transporte	Recolocação mensal desde maio de 2024
Adalberto da Costa	300	$100
Carlos de Jesus Soares	200	$100
Gastão Mário de Sousa	200	$100
José Barreto	300	$100
Manuel Pereira	200	$100

Publique-se

Dili, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14369/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício nº 26/ DGAF-MI/I/2025, de 14 de janeiro, do Ministério do interior, que informou sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide :

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério do Interior, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Bernardo do Rêgo (6778-4)	22 de junho de 2024

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14370/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício nº 27/ DGAF-MI/I/2025, de 14 de janeiro, do Ministério do interior, sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide :

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministéri do Interior, em razão do falecimento, na data indicada:

Nome	Data do Falecimento
Jorge da Costa (12002-2)	24 de outubro de 2024

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14371/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício nº 23/ DGAF-MI/I/2025, de 14 de janeiro, do Ministério do interior, sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide :

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério do interior, em razão do falecimento, na data indicada:

Nome	Data do Falecimento
Alarico Pereira Gomes (10157-5)	10 de abril de 2024

Publique-se.

Díli, 22 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14372/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício nº 08/ CNFP-BECORA/I/2025, de 13 de janeiro, do Centro Nacional de Formação Profissional-Becora, sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide :

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do CNFP-Becora, em razão do falecimento, na data indicada:

Nome	Data do Falecimento
Franscisco Ximenes (27934-0)	13 de outubro de 2024

Publique-se.

Díli, 28 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14373/2025/PCFP

Considerando as informações dos ofícios 008 e 009/DGFA/DNRH/ME/I/2025, que solicitou à CFP para autorizar o processo de pagamento de suplementos de áreas remotas, conforme a lista de professores apresentada, com o início a partir de janeiro de 2024.

Considerando que um acto pode ter eficácia retroativo quando seja favorável para o interessado e não lese direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende remontar a eficácia do acto já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei 32/2008, de 27 de agosto.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Considerando a Deliberação nr 96/2019, da CFP que alterou a lista das localidades remotas, muito remotas e extremamente remotas.

Considerando que dispõe o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 01 de dezembro, Decreto-Lei 23/2019, de 7 de agosto, sobre o Suplemento Remuneratório, sobre a atribuição do suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

Autorizar o pagamento de suplemento salarial por trabalho em local remoto ou de difícil acesso previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20/2011, de 01 de dezembro, Decreto-Lei 23/2019, de 7 de agosto, sobre o Suplemento Remuneratório, sobre o Regime dos Suplementos Remuneratórios da Administração Pública, aos seguintes funcionários do Ministério da Educação, com os efeitos desde janeiro de 2024, como adiante:

NOME	Local trabalho	Percentagem da área	Município
Lidia Idalina Afonso	EBF. Ozo	15%	Bononaro
Yolante Olo Lesu	EBF Gildapil	25%	Bononaro
Elvira Feliz	Pre-Escolar Gole	25%	Bononaro
Joanico Afonso	EBF. Ozo	15%	Bononaro
Balbina dos Reis Asis	Pre-Escolar Deudet	25%	Bononaro
Herminius Maly	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Rafiel Dasi	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Feliz dos Santos	EBC Memo	15%	Bononaro
Elias Afonso	EBC. Ozo	15%	Bononaro
Virgina de Araujo	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Maria Afonso dos Reis	EBF LEbos	25%	Bononaro
Andre Espirito Santo	EBF Oplegul	15%	Bononaro
Odete de Jesus	EBF Lebos	25%	Bononaro
Jaime de Araujo	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Anastacia Noronha	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Domingos Simão	EBC GIldapil	25%	Bononaro
Alvano Ati Loi	EBF Lebos	25%	Bononaro
Francisca P. dos Santos	EBC GIldapil	25%	Bononaro
Manuel Bere Coi	EBC GIldapil	25%	Bononaro
Robianus Seran	EBF Lebos	25%	Bononaro
Jacinta de Jesus	EBF Ozo	15%	Bononaro
Petronela Bete Maia	EBF Lalis	40%	Bononaro
Aguida de Jesus	EBC Gildapil	25%	Bononaro
Francisco Magno	EBC Lolotoe	25%	Bononaro
Zaque Afonso Pires	EBF Silagolo	25%	Bononaro
Manuel da Cruz	EBF Lalis	25%	Bononaro
Anabela da Silva Leite	EBF Aidaba Leten	25%	Bononaro
Jose Mau Buti	EBF Dam Laran	25%	Bononaro
Pascoela Deolinda	EBF Dam Laran	25%	Bononaro
Madalena Magno de Jesus	EBF Ames	25%	Bononaro
Eusebio Lear P. Nunes	EBC 3 Maubara	15%	Liquiçá
Rui Soares	EBF Caicasa	25%	Liquiçá
Domingas G. Leite	EBF SJB Epelo	15%	Liquiçá

Publique-se.

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14374/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 18/DGSC-MAE/I/2025, que solicitou reintegrar os funcionários do PNDS para a estrutura do PNDS nível municipais, consoante a lista de funcionários e respetivas colocações citadas.

Considerando o Decreto-Lei 2/2024, de 17 de janeiro, que procedeu alteração ao Decreto-Lei 8/2013, de 26 de junho, sobre o Programa Nacional do Desenvolvimento dos Sucos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Considerando a necessidade de manter atualizado o registo de pessoal da função pública em serviço;

Considerando que importa assegurar que cada funcionário público e agente da administração pública tenha registada a sua colocação e o local de serviço;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

DETERMINAR o registo no SIGAP do ajuste da colocação dos funcionários públicos adiante, do Programa Nacional do Desenvolvimento dos Sucos, conforme a lista de funcionários, colocação e Coding Block apresentado no ofício 18/DGSC-MAE/I/2025.

Publique-se.

Dili, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14375/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 20/PAM-DILI/I/2025, de 14 de janeiro, de AM Díli, que solicitou cancelar subsídios do cargo e transporte do funcionário em razão de ter substituido pelo novos ocupante.

Considerando o Decreto-Lei n.º 21/2021, de 10 de novembro, que atribuiu um subsídio de transporte a todos os ocupantes de cargos de direção e chefia da administração pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Cancelar o pagamento de subsídio do cargo e de transporte aos funcionários da autoridade municipal de Díli, desde 01 de janeiro de 2025, como adiante :

Nome	No. ID
Adão Araújo	11523-1

Publique-se.

22 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14376/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pela UNTL, pelo ofício n.º 17/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, sobre o pedido de reintegração de docente após o período da licença de estudos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, que alterou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

REINTEGRAR o docente adiante ao quadro da Função Pública, determinando o seu retorno à UNTL, incluindo a reativação do subsídio académico, nos termos do Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, como adiante :

Nome	Faculdade	Data
Marçal Gusmão (5451-8)	FAGRI	02 de janeiro de 2025

Publique-se.

Díli, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14377/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 09/Sek.Jeral/PJR/I/2025, do Ministério Público, que encaminhou a deliberação 90 e 91/CSMP/2024, do Conselho Superior do Ministério Público, que aplicou a pena de demissão para os funcionários.

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública decidir os processos disciplinares e os respetivos recursos;

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho, que cria a CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

DETERMINAR o registo na base de dados da Função Pública da pena disciplinar de demissão, nos termos das deliberações n.os 90 e 91/CSMP/2024, do Conselho Superior do Ministério Público, dos seguintes funcionários:

1. TP/C Júlio Lopes Miranda;

2. Oficial de Diligência Cláudio Elo.

Publique-se

Dili, 22 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14378/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo SEFOPE, nos termos do ofício nº 15/DNRH/DGSC/SEFOPE/I/2025, de 16 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário da SEFOPE, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/ CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Cancio Pereira Noronha (14703-6), funcionário público do SEFOPE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14379/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Presidência da República, nos termos do ofício nº 58/GCCC/I/2025, de 20 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionários da Presidência da República, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/ CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Rodolfo de Jesus (16640-5) e Deonisio Antonio Fernandes Nunes (39892-6), funcionários públicos da PR.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 22 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14380/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício n.º MJ/ DGA/1122/XII/2024, sobre o pedido de reintegração dos funcionarios, após o período de participação na formação para a carreira de conservadores e notários no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, e retroativo de salários a partir outubro 2024.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide :

REINTEGRAR os funcionarios adiante ao quadro da Função Pública, determinando os seus retorno ao MJ, incluindo a reativação e pagamento retroativo de salários, com os efeitos a partir do mês de outubro de 2024, como adiante:

Nome	Salário Mensal	Categoria	Períodos de retroativos
Jacob Soares Martins (29580-9)	$ 470.00	TS/B	Outubro 2024 a janeiro 2025
Afonso de Araújo (24015-0)	$ 181.00	Asst./F	

Publique-se.

Díli, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14381/2025/PCFP

Considerando as necessidades da prestação de trabalhos na Comissão da Função Pública que necessitam de atender pelos Comissários da CFP fora do período normal de trabalho.

Considerando que o uso de veículos do Estado fora do horários normal de trabalho é permitido, sendo autorizado por despacho por dirigente máximo do órgão ou instituição, conforme o disposto no n. 6 do artigo 17 do Decreto-Lei 80/2022, de 9 de novembro, que procedeu alteração ao Decreto-Lei 21/2021, de 10 de novembro.

Considerando que o despacho de autorização do uso de veículos de Estado nas circunstâncias citadas supra pode ter a duração máxima de um ano, sem prejuízo da sua renovação, enquanto as circunstâncias que justificaram a atribuição se mantiverem, tal como o disposto no n. 5 do artigo 17 do diploma supra.

Considerando as competências do Presidente da CFP definidas no regimento interno e na lei 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Assim, tendo em conta as disposições citadas acima e, ainda as competências do Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das legislações acima e na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Autorizar a atribuição do veículo operacional adiante identificado para o uso nos períodos fora do horário normal de trabalho, para os fins ditos anteriormente:

N	UTILIZADORES	No CHAPA	MARCA & MODELO DO VEÍCULO	PERÍODO
1	Comissários da CFP	05.910 G	Toyota Rav4	23 de janeiro até 30 de abril de 2025

Publique-se

Dili, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14382/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício nr. 01/DNAF/I/2025, que solicitou a indigitação de júri para procedimentos de aprovisionamento no SCFP;

Considerando o que dispõe o artigo 53º, do Decreto-Lei nr. 22/2022, de 11 de maio, sobre a nomeação e constituição de júri para concursos de aprovisionamento;

Considerando a necessidade de constituir júri para análise de propostas submetidas no âmbito de processo de aprovisionamento para a avaliação de documentos de concurso;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão de delegação acima citada, decide:

NOMEAR os seguintes funcionários do SCFP para integrar o júri dos procedimentos de aprovisionamento por concurso no Secretariado da Comissão da Função Pública, com o acompanhamento do Gabinete de Inspeção e Auditoria da CFP:

a) Belizário Rafael Magno Pereira – Presidente do Júri

b) Lorga dos Santos – membro do júri;

c) Ubalda Gisela Garcia, membro do júri;

d) Edgar Maria do Rêgo Magno, membro do júri;

e) Gelagio Exposto Soares, membro suplente;

Publique-se

Díli, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14383/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício n.º 12/Sek Jeral/CNE/I-2025, de 17 de janeiro, da CNE, que informou a licença de maternidade de funcionário pelo período de 03 de janeiro até 03 de abril de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando a delegação de competências ao Presidente, nos termos do Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente em exercício da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

1. CANCELAR o pagamento da remuneração da Isabel Soares Doutel (28571-4) da CNE, pelo período de 03 de janeiro até 03 de abril de 2025, em razão da concessão de licença-maternidade.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 23 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14384/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício 11/DNRH/I/2025/TR, de 14 de janeiro, do TR, que informou a licença de maternidade da funcionária pelo período de 06 de novembro 2024 até 12 de fevereiro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que a Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação posterior determina que a remuneração da trabalhadora durante a licença de maternidade é assegurada pelo Regime Contributivo de Segurança Social.

Considerando a delegação de competências ao Presidente, nos termos do Regimento Interno da CFP;

Assim, o Presidente em exercício da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

1. CANCELAR o pagamento da remuneração da Rovina da Silva Barros (39006-2) do TR, pelo período de 06 de novembro de 2024 até 12 de fevereiro de 2025, em razão da concessão de licença-maternidade.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique a suspensão dos vencimentos ao INSS para efeitos de pagamento do benefício correspondente pela Segurança Social.

Publique-se.

Dili, 23 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14385/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 01/DNRH/MD/I/2025, do Ministério da Defesa, que solicitou estender o contrato de agentes da Administração Pública, pelo período de janeiro até dezembro de 2025.

Considerando a lista de verificação 06/DNSIGFP-SCFP/I/2025, relativamente a averiguação da lista de contratados do Ministério da Defesa.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto da Função Pública, a relação jurídica na Administração Pública pode ser constituída sob a nomeação ou contrato.

Considerando que nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Função Pública, o contrato de trabalho pode revestir a modalidade de contrato administrativo de provimento por tempo indeterminado, o qual qualifica também como agente da Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e, com base nas competências do regimento interno da CFP, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 5/2009 de 15 de julho, Primeira Alteração da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, a estensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços no Ministério da Defesa, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

N	Nome	SIGAP	Kategoria
1	Lucas da Costa Gusmao	45222-0	TP/C
2	Casimiro Goncalves	45220-0	TP/C
3	Palmira Varela	47107-0	TP/C
4	Geovanio Martins do Rosario Lalisuc da Rosa	47100-3	TP/D
5	Alberto Martins	44772-2	TP/D
6	Janito da Camara	45225-4	TP/D
7	Geraldina Rosalia Martins Viana	47102-0	TP/D
8	Vicente da Conceição Fernandes da Costa Ximenes	44771-4	TP/D
9	Samuel dos Reis Ximenes	45227-0	TP/D
10	Elias do Carmo	47113-5	TP/D
11	Jacob Fatima Gusmao Ximenes	45224-6	TP/D
12	Anostacio Ferreira Carvalheira	45223-8	TP/D
13	Germana Eviolita da Costa Boavida	47101-1	TA/E
14	Eli Josefino Adriano Marseli Soares	45233-5	TA/E
15	Rosita Amaral	45229-7	TA/E
16	Natalina Maria Teodora Transicao Guterres	47104-6	TA/E
17	Marylia Eldiana Jeinda dos Remedios	47109-7	TA/E
18	Regina Lobato Isac Sarmento	45231-9	TA/E
19	Lidia Maia	45228-9	TA/E
20	Julião da Costa Alves	47112-7	TA/E
21	Giorgenio Natalino Martins Viana	47103-8	TA/E
22	Ana Paula Belo Soares Pereira	45235-1	TA/E
23	Elvira Ximenes Soares	45232-7	TA/E
24	Vassena Francisca Silvana Ximenes da Silva	45234-3	TA/E
25	Romeiro da Conceicao	45230-0	TA/E
26	Ludgeria de Fatima Alves	47105-4	TA/E
27	Cedelizio Policarpo Borges de Almeida Barros	47115-1	Asst/F/1
28	Imaculada Barreto Moniz	47111-9	Asst/F/1

Publique-se

Dili, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14386/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 01/GSE-PDHJ/I/2025, que solicitou estender o contrato de agentes da Administração Pública, pelo período de janeiro até dezembro de 2025.

Considerando a lista de verificação 08/DNSIGFP-SCFP/I/2025, relativamente a averiguação da lista de contratados da PDHJ.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto da Função Pública, a relação jurídica na Administração Pública pode ser constituída sob a nomeação ou contrato.

Considerando que nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Função Pública, o contrato de trabalho pode revestir a modalidade de contrato administrativo de provimento por tempo indeterminado, o qual qualifica também como agente da Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e, com base nas competências do regimento interno da CFP, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 5/2009 de 15 de julho, Primeira Alteração da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, que aprova o Estatuto da Função Pública, a estensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços na PDHJ, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	NOME	SIGAP	Categoria
1	Luciana do Nascimento Dias	50019-4	TS/B/1
2	Agustinho Monteiro	46947-5	Asst/F/1
3	Antonio Ferreira	50014-3	Asst/F/1
4	Antonio Mau Bere	46737-5	Asst/F/1
5	Antonio Talo Bere	45041-3	TA/E/1
6	Bernadino Marçal	46735-9	TA/E/1
7	Celestino Gomes	46730-8	TA/E/1
8	Isaú Peregrino Maia	46732-4	TA/E/1
9	João Bosco Marques	43077-3	Asst/F/1
10	João da Cunha	46733-2	TA/E/1
11	João Freitas	45042-1	TA/E/1
12	Josefa de Jesus da Silva	46739-1	Asst/F/1
13	Julião de Jesus Costa	45044-8	TA/E/1
14	Júlio Alexandre Fernandes Moniz Maia	50015-1	Asst/F/1
15	Kevin de Jesus Soares	46731-6	Asst/F/1
16	Leonita de Jesus	46734-0	Asst/F/1
17	Nicolao da Conceição Maia	50016-0	Asst/F/1
18	Orlando Orleans Soares	46729-4	Asst/F/1
19	Paulo Oqui	46946-7	Asst/F/1
20	Regina Assis Belo	45046-4	Asst/F/1
21	Regina Soares	45045-6	Asst/F/1

Publique-se

Dili, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14387/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pelo ofício nº 25/ DGAF-MI/I/2025, de 14 de janeiro, do Ministério do interior, sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide :

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério do Interior, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
António Borges (5933-1)	16 de outubro de 2024

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14388/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 554/SecExec/INCT/ XII/2024, do INCT, sobre o pedido de contrato de agentes da Administração Pública para apoiar o INCT.

Considerando a lista de verificação 04/DNPQPFP – SKFP/I/ 2025, sobre a confirmação de agentes da Administração Pública anteriormente autorizados.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/ 2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho dos seguintes agentes do INCT, desde 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025:

No	NOME	Equipara
1	Esperança Vitória dos Mártires Smith e Cunha	TP D
2	Lúcia de Araújo Gomes	TP D
3	Luciano da Costa Alves	TP D
4	Maria Amália Boavida Menezes	TP D
5	Francisco da Silva Fernandes	TP D

Publique-se

Dili, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14389/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício, cuja referência 19/GM/IX/2025-01, do Ministério das Finanças, que solicitou para efetuar novamente os processos de seleção por mérito para os ocupantes dos cargos de direção e chefia da instituição.

Considerando que é necessário constituir uma equipa de júri para responsabilizar pelas operações de seleção por mérito e necessárias providências conforme os procedimentos legais.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que os membros do painel de júri são designados pela CFP, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho.

Considerando as regras e condições para a constituição e composição do painel de júri no processo de recrutamento, seleção de pessoal e promoção no âmbito da Administração Pública**,** contida na Orientação nr. 11/CFP/2017.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. FIXAR a composição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito para os cargos de dirigentes no Ministério das Finanças, como adiante:

   a) Santina J.R.F. Viegas Cardoso, do MF – Presidente do Júri;

   b) Victor Maia, da PCM – Vogal;

   c) José Telo Soares Cristóvão, da CFP – Vogal;

   d) Manuel da Silva, do SCFP – Suplente;

   e) Nikunj Soni, do MF– Suplente;

2. DETERMINAR a abertura do concurso e entregar as operações ao presidente de júri.

Publique-se

Díli, 23 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14390/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício n.º 2/Gab-DGSC/MF/I/2025, que solicitou a licença com vencimentos para fins de estudo a funcionária para continuar estudos de mestrado na Lincoln University-New Zealand.

Considerando o parecer da DNPQPFP do SCFP pelo ofício nr 15/DNPQPFP-SKFP/I/2025, de 20 de janeiro.

Considerando que o objeto do evento de capacitação é da relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto, sobre o regime de assistência ao estudo;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

CONCEDER licença com vencimentos para fins de estudos a Maria Eurosia Ramlah Ferreira Amaral (25286-7),de Ministério das Finanças, para continuar estudos de mestrado em Nova Zelandia, pelo período de 27 de janeiro de 2025 até 03 de janeiro de 2027.

Publique-se.

Dili, 23 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14391/2025/CFP

Considerando a informação apresentada pela Matilde Guetrres, de 22 de janeiro;

Considerando a denúncia sobre as eventuais irregularidades cometidas por parte de funcionário do Ministério da Educação;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que há possíveis infrações disciplinares que envolveu Funcionário Público do ME conforme apontado no ofício da denúncia acima citado;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar uma investigação preliminar para apurar os fatos indicados no referido ofício, nomeadamente verificar eventuais irregularidades cometidas por Sabino da Costa Pereira, funcionário do Ministério da Educação, conforme as informações contidas no ofício da denúncia supra mencionado;

2. Designar a Inspetora da SCFP como instrutora do processo;

Publique-se

Dili, 27 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14392/2025/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respetivas penas disciplinares, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando o relatório e conclusão da investigação preliminar realizada pela equipa investigadora do Secretariado da Comissão da Função Pública, conforme o despacho n.º 12162/2023;

Considerando que a referida investigação não apurou infração disciplinar que determine a abertura de processo administrativo disciplinar;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração e o arquivamento de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação de delegação acima referida, decide:

1. Determinar o arquivamento da investigação preliminar sobre Zaret Alda Da Silva (46717-0), de AM Lautem, do MAE, por não terem sido apurados indícios de infração disciplinar;

2. Comunique-se ao MAE.

Publique-se

Dili, 27 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14393/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo requerente, de 20 de janeiro, sobre o pedido de reintegração de funcionário após o período da licença de estudos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Estatuto da Função Pública e do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a Orientação n.º 19/CFP/2018, que aprova os procedimentos de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licença especial na Administração Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 5/2023, de 31 de maio, que alterou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide :

REINTEGRAR o funcionário ao quadro da Função Pública, determinando o seu retorno ao MOP, como adiante:

Nome	Data
Lucas Soares (24909-2)	01 de janeiro de 2025

Publique-se.

Díli, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14394/2025/CFP

Considerando as informações apresentadas pela funcionária, Eugénia Ximenes Soares, da Autoridade de Proteção Civil de Manatuto, contra as práticas do seu superior.

Considerando que a queixa foi apresentada à PDHJ, no entanto, foram envolvidos funcionários públicos, a quem sujeitos ao procedimento disciplinar da Função Pública.

Considerando a existência de irregularidades disciplinares cometidas pelo funcionário e necessita de apurar os factos e determinar responsabilidades nos termos da lei.

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ‘’h’’ do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta João Soares, Chefe do Departamento de Gestão dos Recursos Humanos da Autoridade de Proteção Civil de Manatuto.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 27 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14395/2025/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respetivas penas disciplinares, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando o relatório e conclusão da investigação preliminar realizada pela equipa investigadora do Secretariado da Comissão da Função Pública, conforme o despacho n.º 13578/2024;

Considerando que a referida investigação não apurou infração disciplinar que determine a abertura de processo administrativo disciplinar;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública a instauração e o arquivamento de procedimento administrativo disciplinar, em razão da delegação contida na deliberação n.º 35/2017, de 20 de Novembro, da Comissão da Função Pública;

Assim, o Comissário Disciplinar da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a deliberação de delegação acima referida, decide:

1. Determinar o arquivamento da investigação preliminar sobre funcionários públicos em relação ao processo de concurso para fornecimento de peças de viaturas à Oficina Nacional do Ministério das Finanças, por não terem sido apurados indícios de infração disciplinar;

2. Comunique-se ao Ministério das Finanças.

Publique-se

Dili, 27 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14396/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 02/PR-CI/I/2025, sobre a estensão do contrato de agentes da Administração Pública do Conselho de Imprensa.

Considerando a verificação da situação de contrato do Conselho de Imprensa pela direção da base de dados manifestada pelo ofício 18/DNSIGFP-SCFP/I/2025.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho sob a rubrica de pagamento de pessoal dos seguintes agentes da administração pública do Conselho de Imprensa, incluindo um adicional de 25% sobre a tabela remuneratória, conforme autoriza o artigo 25º, do anexo ao Decreto-Lei número 25/2015, de 5 de agosto (Estatuto do Conselho de Imprensa), pelo período de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	NOME	SIGAP	Equipara
1	Adelina Lidia Julio Duarte	41242-2	TS/B
2	Almerio de Jesus Barros	(41346-1)	TS/B
3	Dulce Trindade da Costa	(14556-4	TS/B
4	Agostinho da Silva Soares	(41245-7)	TP/C
5	Georzinho Augusto Fernandes	(39952-3	TP/C
6	Liliosa da Cruz Amaral	(41255-4)	TP/D
7	David Dias Goncalves	41253-8)	TP/D
8	Manuel Asison Gomes da Silva	41254-66	TP/D
9	Domingas do Rego	41258-9	TP/D
10	Jose da Costa de Jesus Almeida	41256-2	TP/D
11	Zito Carvalho Junior	41389-5	TP/D
12	Aniceto dos Santos	41388-7	TS/B
13	Rosalina Pinheiro da Rocha	22007-8	TP/C
14	Adelina de Araujo Gusmão	41248-1	TP/C
15	Antonito dos Reis Baptista	41243-0	TS/B
16	Francisco da Silva Bartolo Cunha	41250-3	TP/C
17	Santino Dare Matias	41244-9	TP/B
18	Efrem Duarte Guterres	30676-2	TP/B
19	Elizita Pinto	41257-0	TP/B
20	Prezaldo Almeida	41387-9	TP/B
21	Angelina Maria Gusmão Alves da Silva	41252-0	TP/C
22	Estanislau da Costa Lourdes	41247-3	TP/C
23	Maria Bibel	41390-9	TS/B
24	Julieta Ximenes Sequeira	41249-0	TP/C
25	Juvenal Correia de Castro Guterres	50759-8	TA E
26	Lazaro Inacio Mariano Ximenes Fernandes	41251-1	TP/C

Publique-se

Dili, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14397/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício de referência n.º 09/ORH-GSE/SKFP/I/2025, de 27 de janeiro, de SCFP, que solicitou reintegrar a funcionária ao serviço após o período da licença de maternidade.

Considerando que o período da licença de maternidade terminou, determinando, desta forma, a necessidade de reativação da funcionária ao serviço e da sua remuneração, bem como o cancelamento do subsídio de maternidade, nos termos do regime de segurança social, nos termos da Lei 12/ 2016, de 14 de novembro e sua regulamentação feita pelo Decreto-Lei 18/2017, de 24 de maio.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, a Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

1. REINTEGRAR Herlina Fatima do Rosario Seran (28511-0), aos quadros da Função Pública, pelo término da licença-maternidade, determinando o retorno ao Secretariado da Comissão da Função Pública, bem como o pagamento da remuneração com os efeitos a partir 01 de fevereiro de 2025.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique ao INSS, para cancelar o subsídio de maternidade da funcionária, em razão do término do período da licença de maternidade.

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14398/2025/PCFP

Considerando as informações apresentados pelo ofício n.º 39/ MJ/DGA/I/2025, de 23 de janeiro, de Ministério da Justiça, que solicitou a reintegração ao serviço após o período da licença sem vencimento.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando também que compete à Comissão da Função Pública decidir relativamente às licenças, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 40/2008, de 29 de outubro, sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão de delegação acima, decide:

Reintegrar o Moisés Pinheiro de Sá Benevides (24074-5), aos quadros da Função Pública, determinando o seu retorno ao Ministério da Justiça, com os efeitos desde 01 de fevereiro de 2025.

Publique-se.

Díli, 28 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14400/2025/PCFP

Considerando a informação pelo ofício com referência nº 049/ DGAF/DNRH-ME/I/2025, de 15 de janeiro, do Ministério da Educação, sobre o falecimento do funcionário público;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do seguinte funcionário do Ministério da Educação, em razão do falecimento, como adiante:

Nome	Data do Falecimento
Augusto Napoleão Marques (20457-9)	24 de outubro de 2024

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14401/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 005/DNAF/IGE/APTL/ I/2025, de 10 de janeiro, sobre o pedido de licença sem vencimentos de acordo com o requerimento da funcionária do Inspecção Geral do Estado.

Considerando o parecer da DNPQPFP do SCFP pelo ofício nr 28/DNPQPFP-SKFP/I/2025, de 22 de janeiro.

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos Decreto-Lei n.º 40/2008 e a sua primeira alteração n.º21/2011, de 17 de outubro;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER a licença sem vencimentos a TS/B Isabel Pereira (31243-6), funcionária da Inspeção Geral do Estado, pelo período a partir, 01 de fevereiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026.

Publique-se.

Dili, 28 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14402/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício n.º 065/DGAF/ME/I/ 2025, de 22 de janeiro, do Ministério da Educação, que solicitou cessar a relação de trabalho do funcionário, em razão do seu requerimento.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/ 2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho do TP/D Manuel Brito (8799-8), funcionário público do Ministério da Educação, em razão da resignação.

Publique-se.

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14403/2025/PCFP

Considerando que com base nas informações do ofício n.º 308/INCSIDA/2024, de 6 de novembro, do INCSIDA, sobre a contratação de Agentes da Administração Pública para o ano de 2025 e tendo considerado a verificação feita pelo Secretariado da CFP.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

RETIFICAR o Despacho 14139/2024/PCFP e AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho dos seguintes agentes do Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, desde 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025:

No	NOME	Equipara
1	Analia de Jesus Pereira	TP D

Publique-se

Dili, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14404/2024/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 87/MS-DGSC/CFP/I/2025, de 23 de janeiro, do Ministério da Saúde, que solicitou ajustar o nome da funcionaria no SIGAP, conforme o certidão de eleitor e certidão de nascimento apresentados.

Considerando as informações da Deliberação nr. 390/2024, que deferiu recurso disciplinar;

Considerando o término do cumprimento de pena disciplinar e o exercício de cargo de natureza política;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor publico, nos termos do artigo 6° da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder as licenças, nos termos do Decreto-Lei N° 21/2011, de 8 de junho.

Considerando o que dispõe o número 1 do artigo 55° do Estatuto da Função Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei N° 7/2009, de 15 de julho, e as competências definidas no regimento interno, decide:

Alterar o Despacho n.º 14222 para CONCEDER licença especial sem vencimentos a Med GJ Élia António de Araújo dos Reis Amaral (40266-4), a partir de 6 de abril de 2024 e enquanto exercer o cargo de membro do Governo.

Publique-se.

Dili, 28 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14405/2025/PCFP

Considerando a solicitação do ofício n.º 21/DNRH/MD/I/2025, de 20 de Janeiro, pelo Ministério da Defesa, sobre a licença sem vencimentos de acordo com o requerimento da funcionária;

Considerando também que o artigo 54.º do Estatuto da Função Pública, estabelece as condições da concessão de licença sem vencimento.

Considerando o requerimento de concessão da licença sem vencimentos apresentado nos termos do artigo 49º e 54º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho;

Considerando o que estabelece o Regimento Interno sobre a delegação ao Presidente ou ao seu substituto legal dos poderes da CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

CONCEDER licença sem vencimentos a TA/E Joaninha da Conceicao (30900-1), do Ministério da Defesa, pelo período de dois anos, com os efeitos a contar a partir desde 1 de janeiro de 2025 até 01 de janeiro de 2027.

Publique-se.

Dili, 05 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14407/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 08/ DNRH-SG/MNEC/1/2025, que solicitou à CFP para cancelar o pagamento de suplemento de recolocação aos funcionários em razão de foram nomeados para exercerem missão em postos periféricos externos, a partir de janeiro de 2025.

Considerando o Decreto-Lei n.º 21/2021, de 10 de novembro, que atribuiu um subsídio de transporte a todos os ocupantes de cargos de direção e chefia da administração pública e funcionários da carreira geral.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Cancelar o pagamento do subsídio de transporte aos funcionários do MNEC, desde 01 de janeiro de 2025, como adiante :

Nome	Payroll
Nunu Alves Moniz	3920
Dirce Carolina de Fátima Soares	9130

Publique-se.

30 de janeiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14409/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Presidência do Conselho de Ministro, nos termos do ofício nº 26/DGA/PCM/ I/2025, de 22 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionários do Gabinete para os Assuntos Parlamentares, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir

processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Manuel Lopes Soares (24535-6), funcionários do MAE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 03 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14410/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Direção Nacional de Ética Disciplina e Procedimento Administrativo da Função Pública, nos termos do ofício nº 14/DNEDPAFP/I/2025, de 20 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MS, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Amarildo Leonel Gracio Deus Fernandes (36516-5), funcionário do MS.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 30 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14411/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Direção Nacional de Ética Disciplina e Procedimento Administrativo da Função Pública, nos termos do ofício nº 16/DNEDPAFP/I/2025, de 28 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MAPPF, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Martinho Guterres (25954-3), funcionário do MAPPF.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 30 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14412/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Hugo Almerindo de Fátima Hanjam, datado no dia 28 de janeiro de 2025;

Considerando a denúncia sobre as eventuais irregularidades cometidas por parte de funcionário pública do MTA;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que há possíveis infrações disciplinares que envolveu Funcionário Público do ME conforme apontado no ofício da denúncia acima citado;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências próprias previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar uma investigação preliminar para apurar os fatos indicados no referido ofício, nomeadamente verificar eventuais irregularidades cometida Camila Fátima Exposto (37151-3), funcionária do Ministério do Turismo e Ambiente, conforme as informações contidas no ofício da denúncia supra mencionado;

2. Designar a Inspetora da SCFP como instrutora do processo;

Publique-se

Dili, 30 de janeiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14413/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 12/DNGR/APC/2025, de 16 de janeiro, da APC do Ministério do Interior, que solicitou a extensão do contrato de pessoal.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços nas atividades da Autoridade de Proteção Civil do Ministério do Interior, no período entre 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	NOME	SIGAP	EQUIPARAÇÃO
1	Armindo Pereira	47015-5	TP/D/1
2	Abilio de Araujo Soares	47047-3	TP/D/1
3	Ana Pereira Soares	47014-7	TP/D/1
4	Adriana de Araujo Martins	47058-9	TP/D/1
5	Cipriano Mesquita	47074-0	TP/D/1
6	Celestino de Vasconselho	47030-9	TP/D/1
7	Domingos Moniz Armando	47067-8	TP/D/1
8	Eduardo Moniz da Costa	47017-1	TP/D/1
9	Eufigenia Maria Gomes	47061-9	TP/D/1
10	Eldircia dos Remedios Netmone Hanjam	47040-6	TP/D/1
11	Faviola da Conceicao Soares	44335-2	TP/D/1
12	Francisca Soares Fatima	44446-4	TP/D/1
13	Gabriel Martins Madeira	47087-2	TP/D/1
14	Geralda de Jesus	43927-4	TP/D/1
15	Gertrudis de Araujo Amaral	47042-2	TP/D/1
16	Herlin Magdalena Auxiliadora Araujo Menezes	47011-2	TP/D/1
17	Inacio Sabo	47057-0	TP/D/1
18	Ildefonso Soares	47021-0	TP/D/1
19	Lucio Pereira Cardoso	47016-3	TP/D/1
20	Mateus da Costa	47043-0	TP/D/1
21	Marito Freitas Pinto	44448-0	TP/D/1
22	Manuel da Costa Nunes	47069-4	TP/D/1
23	Maria Antonia Soares	47070-8	TP/D/1
24	Maria Verdial	47045-7	TP/D/1
25	Olga Sarmento Almeida	47010-4	TP/D/1
26	Pedro Cancio da Silva Paulo Martins	47044-9	TP/D/1
27	Petronila da Costa de Jesus	47031-7	TP/D/1
28	Paulina Abi	47027-9	TP/D/1
29	Roberto Belarmino dos Santos	47032-5	TP/D/1
30	Severino da Costa Oliveira	47007-4	TP/D/1
31	Sidonio Sequeira	47019-8	TP/D/1
32	Virgilio do Nascimento	47066-0	TP/D/1
33	Zelia Maria Barros	47079-1	TP/D/1
34	Abel Mesquita Ximenes	47064-3	TA/E/1
35	Abel Domingos dos Reis Moreira	47071-6	TA/E/1
36	Atanasio da Costa Fatima Martins	47086-4	TA/E/1
37	Aniceto Corte-Real	47033-3	TA/E/1
38	Augusto Soares	47060-0	TA/E/1
39	Ardila de Fatima Netmone	47077-5	TA/E/1
40	Beatris Soares	47056-2	TA/E/1
41	Cesaltino Martins	47076-7	TA/E/1
42	Clementino do Carmo	47025-2	TA/E/1
43	Cecilia Fernandes	47081-3	TA/E/1
44	Domingos Soares	47054-6	TA/E/1
45	Dulce de Jesus dos Santos	47048-1	TA/E/1
46	Doroteia Babo	47082-1	TA/E/1
47	Eligio Francisco Soares	44391-3	TA/E/1
48	Egidio Brites	46975-0	TA/E/1
49	Eusebio Agustinho Araujo Cruz	47041-4	TA/E/1
50	Esmeraldo Baptista	45609-8	TA/E/1
51	Estevão Brainho Xavier	43905-3	TA/E/1
52	Etelvina Lobato da Costa Silva	47013-9	TA/E/1
53	Eugenia Ximenes Soares	47083-0	TA/E/1
54	Fernando Barreto	47050-3	TA/E/1
55	Fernando de Araújo	43962-2	TA/E/1
56	João Baptista	47062-7	TA/E/1
57	Júlio Mendonça	47038-4	TA/E/1
58	João da Costa Gomes	47022-8	TA/E/1
59	Justina da Conceição Ximenes	47084-8	TA/E/1
60	Longino Amaral	47065-1	TA/E/1
61	Manuel Branco	47078-3	TA/E/1
62	Mariano Soares	47080-5	TA/E/1
63	Michael Tafin	47028-7	TA/E/1
64	Natercio Magno	47085-6	TA/E/1
65	Natalia da Costa Guterres	47023-6	TA/E/1
66	Olandino Dasi Loe Maia da Costa	47046-5	TA/E/1
67	Roberto Rosario de Araujo	47059-7	TA/E/1
68	Rogerio Sequeira	47024-4	TA/E/1
69	Rosa de Jesus Pereira	47037-6	TA/E/1
70	Sebastião dos Santos	47009-0	TA/E/1
71	Sonia Zamorana da Costa da Conceição	47073-2	TA/E/1
72	Saturnina Lourdes dos Santos	47049-0	TA/E/1
73	Veronica Eva Magno Gomes de Sousa	44423-5	TA/E/1

Publique-se

Dili, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14415/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 178/DP/CFP/PNTL/I/2024, que solicitou autorizar o contrato dos agentes da Administração Pública e o parecer do SCFP pelo ofício nr. 368/DNPQFP/2024, de 3 de dezembro, que efetuou a análise do mapa de pessoal e manifestou-se favorável à contratação.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.
Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, o contrato de trabalho dos seguintes agentes da administração pública da PNTL, no período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

No	NOME	Equiparação da categoria
1	Antonio do Nacimento	TP/C
2	Franco de Jesus Lemos	TP/C
3	João Cau Elo	TP/C
4	Justino do Rego Lay	TP/C
5	Mariano Soares	TP/C
6	Francisco Barreto Amaral	TP/C
7	Rogerio L.Mali Godino	TP/C
8	Abiu Belo	TP/C
9	Joel Maximiliano Goncalves	TP/C
10	Lucio de Fatima Afonso	TP/C
11	Maia da Silva Pereira	TP/C
12	Ilidio da Costa Ximenes	TP/C
13	Plagia Ximenes de Araujo	TP/C
14	Lindalva de Deus Belo	TP/C
15	Marcelo Flora Amaral	TP/C
16	Basilio Jesus Conçeição	TP/C
17	Carlos Pedro Gama	TP/D
18	Herculano M. S. da Silva	TP/D
19	Joao da Costa Almeida	TA/E
20	Manuel do Rego	TA/E
21	Marcus Sufa	TA/E
22	Armando Moniz	TA/E
23	Afonso dos S. Deolindo	TA/E
24	Ercio Herminio E. Albino	TA/E
25	Antonio Magno Ximenes	TA/E
26	Arcanjo Marcal Ataide	TA/E
27	Belarmino de Jesus	TP/C
28	Lourenco Tani	TP/C
29	Nelson Carvalho da Costa	TP/C
30	Adelino Mauzinho	TA/E
31	Jose da Costa	TA/E
32	Laurinda Tani	TA/E
33	Lourenco Soares de Araujo	Ass/F
34	Luisa de Jesus	Ass/F
35	Maria Yuliana E. Laru	Ass/F
36	Tomas da Costa Pereira	Ass/F
37	Belina de fatima Bolo	Ass/F
38	Merita da Silva	Ass/F
39	Marito da Silva Belo	Ass/F
40	Marito Lourenco da Silva	Ass/F
41	Mateus de Jesus	Ass/F
42	Carminda dos Santos	Ass/F
43	Elsa da Silva	Ass/F
44	João Manuel de Fatima	Ass/F
45	Luis da Costa	Ass/F
46	Elisabeth Cauna	Ass/F
47	Francisco Guterres	Ass/F
48	Hermenegilda Belo	Ass/F
49	Horacio Soares do Rosario	Ass/F
50	Liburita Pereira de Jesus	Ass/F
51	Anita da Costa	Ass/F
52	Emilia da Silva de Araujo	Ass/F
53	Januario Mendes Barbosa	Ass/F
54	Noemia Gomes Martins	Ass/F
55	Rosa de Orleans	Ass/F
56	Albano Pereira	Ass/F
57	Francisco Pereira	Ass/F

Publique-se

Dili, 30 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14419/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício n.º 12/MECAS/Gab-pres-INDDICA,IP/I/2025, de 21 de janeiro, de INDDICA, que solicitou reintegrar a funcionária ao quadro do Ministério da Administração Estatal, após o período de destacamento para prestar apoios no Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública

decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando o que dispõe o artigo 33.º da Lei Nº 8/2004, de 16 de junho (Estatuto da Função Pública) e o artigo 13º , do DL nr. 25/2016, publicado em 30 de novembro.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Cessar o período do destacamento da funcionária Ria Sidonia de Jesus Nunes Pereira (32901-0), no INDDICA e reintegrar os mesmos para o quadro do MAE, apartir 01 de Fevereiro de 2025.

Publique-se.

Dili, 03 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14420/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício nr. 16/ MACLN/DGAF/2025, do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, sobre a extensão de contrato de agentes da administração pública.

Considerando as condições definidas nos termos dos artigos 25.º e 26.º do Estatuto da Função Pública, no que se refere ao contrato de agentes da Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando a delegação de competência ao Presidente da CFP nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e com base na delegação acima, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/ 2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos seguintes agentes do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025:

Nr	NOME	Sigap	Categoria
1	Agrifina Araujo das Neves	41967-2	TP/D
2	Agustinha Dias Bernardino	41958-3	TP/D
3	Aida Lopes Rodrigues Pereira	45058-8	TA/E
4	Ana Maria Aleixo da Conceição	41968-0	TA/E
5	Angela Barros	45050-2	TA/E
6	Angela Gama dos Santos	41987-7	TP/D
7	Angelina da Costa	41985-0	TP/D
8	Antonia Amaral	41957-5	TP/D
9	Antonio Batibana Dos Reis Gomes	49249-3	TP/D
10	Antoninho de Jesus Simoes Soares	45055-3	Assistente/F
11	Antonio de Jesus Lucas	41991-5	TP/D
12	Augusto da Costa Mendonca	45062-6	TP/D
13	Aurita do Rosario	41969-9	TP/D
14	Benina da Costa	45068-5	TA/E
15	Calisto Mesquita Andrade	45047-2	TP/D
16	Carolino da Costa	41970-2	TP/D
17	Carlito de Jesus	49788-6	TA/E
18	Deolindo de Carvalho Guterres	41998-2	TP/D
19	Diana Smith da Costa Rego	45060-0	TA/E
20	Domingos Pereira	41963-0	TP/D
21	Lurdes Mafalda Brites Padua	50503-0	TA/E
22	Eduardo Alves	46714-6	Assistente/F
23	Eduardo Smith	41988-5	Assistente/F
24	Elidio Joaquim da Costa	41994-0	Assistente/F
25	Elisa dos Santos Correia	41962-1	TP/D
26	Elviano Maria Caetano	41976-1	TP/D
27	Emiliano da Costa Freitas Cardoso	41982-6	TP/D
28	Ercilia Ximenes	41959-1	TP/D
29	Ermelinda Maria Calapes da Costa	45053-7	TP/C
30	Feliciana Soares	45069-3	TA/E
31	Felix Amaral	41992-3	TP/D
32	Francisca Sarmento	41978-8	TP/D
33	Francisco Carceres Correia	41960-5	TP/D
34	Inacia Maria da Silva	41989-3	Assistente/F
35	Isaura Casamiro Amaral	41965-6	TP/D
36	Jacinta Maria Castelhano	41980-0	TP/D
37	Joao Aurelia Aleixo Martins	45070-7	TP/C
38	Jose Belo	49248-5	TA/E
39	Justina Belo dos Santos	41973-7	TA/E
40	Leonito Cristavao	49781-9	TP/D
41	Leopoldino de Jesus	45051-0	TP/D
42	Joao Sarmento Gomes	49772-0	TP/D
43	Luis Gaio Ximenes	41974-5	Assistente/F
44	Maria Auxiliadora da Costa Gonzaga	41972-9	TA/E
45	Marcelino Salsinha Soares	41979-6	TA/E
46	Marcelo Castro Mendonca	45059-6	Assistente/F
47	Maria Magnolia Monalisa Maufati	45048-0	TP/D
48	Marito da Costa Araujo	45067-7	TP/D
49	Marito dos Santos de Jesus	45066-9	TA/E
50	Mateus Carvalheira	41997-4	TP/D
51	Moises da Silva Monteiro	41995-8	Assistente/F
52	Natalina Paula dos Santos Pereira	45049-9	TP/D
53	Nelson Filipe da Silva Goncalves	45054-5	TP/D
54	Paulo Ximenes Salsinha	44989-0	Assistente/F
55	Olinda Araujo Mota	49778-9	TA/E
56	Octaviana Mendes	49774-6	TA/E
57	Rodolfo da Conceicao Sequeira Alves	42000-0	TP/D
58	Rogerio Neut Nelson Henrique Castro	41983-4	TP/D
59	Rosa Tilman de Jesus dos Santos	41984-2	TP/D
60	Salvador Ramos	41986-9	TP/D
61	Sandra Assunção Vidigal Alberto	46727-8	TA/E
62	Santiago Soares	45057-0	TA/E
63	Simplicio Moniz de Jesus	45064-2	Assistente/F

64	Ubaldo Luciano Moises Gomes Pinto	45061-8	Assistente/F
65	Victoria dos Santos Tilman	45056-1	TA/E
66	Zacarias da Costa Benevides	45063-4	TA/E

Publique-se

Dili, 31 de janeiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14427/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 10/DGSC-MAE/I/2025, do MAE, sobre o pedido de pagamento da compensação aos funcionários, pelo exercício das funções de secretariado.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o que dispõe o número 2 do Artigo 17º, do Decreto-Lei Nº 24/2016, de 29 de junho, sobre as funções de secretariado.

Considerando as competências da CFP delegadas pelo regimento interno ao Presidente ou ao seu substituto legal.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de julho e, ainda com base na delegação acima, decide:

Conceder a compensação, prevista no número 2 do Artigo 17º, do Decreto-Lei Nº 24/2016, de 29 de junho, pelas funções de secretariado desempenhadas no MAE, aos funcionários adiante:

- Dinamor Madeira Martins (39016-0);
- Bonifácio da Costa Magno (31818-3);
- Maria Pereira de Jesus (33339-3).

Publique-se.

Dili, 04 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14428/2025/PCFP

Considerando as informações do INSS pelos ofícios 02 e 03/INSS/I/2025, que encaminharam as decisões do INSS relativas à decisão de aposentação dos funcionários, conforme os requerimentos.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre a cessação da relação de trabalho da Função Pública, nos termos da lei acima citada.

Considerando o que dispõe o n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto da Função Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

CESSAR a relação de trabalho dos seguintes funcionários públicos, em razão de aposentação, com os efeitos como adiante:

NOME	INSTITUIÇÃO	INÍCIO
Maria Teotonia Guterres	Ministério da Educação	31-01-2025
Ernesto do Karmo	Ministério da Educação	31-01-2025
Muhamade Ismaile Manuel	Ministério das Obras Públicas	31-12-2020
Marcelino de Jesus da Cunha	Ministério da Educação	30-07-2021
Gaspar Dias	Ministério da Educação	31-12-2024
Francisco da Conceição Cruz	Ministério da Educação	31-12-2024
Alexandre de Araujo	Ministério da Educação	31-12-2024
Raimundo de Jesus Costa	Ministério da Educação	31-12-2024
Luis Pereira Alves	Ministério da Educação	31-12-2024
Bendita Barros	Ministério da Educação	31-12-2024
Lourenço Gusmão	Ministério da Educação	31-12-2024
Mario do Espirito Santo Ramos	Ministério da Educação	31-12-2024
Carlos Bragança	Ministério da Educação	31-12-2024
Albertus Bere Bria	Ministério da Educação	31-12-2024
Filomena Pina Pereira	Ministério da Educação	31-12-2024
Afonso Moniz Mendonça	Ministério da Educação	31-12-2024
Filomena Guterres	Ministério da Educação	31-12-2024
Jose Fernandes dos Santos	Ministério da Educação	31-12-2024
Francisco dos Santos	Ministério da Educação	31-12-2024

Publique-se

Díli, 04 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14429/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º MJ/DGA/17/I/2025, do MJ, que solicitou o pagamento do subsídio de risco de 15% a funcionário do MJ no serviço de estabelecimento Prisional de Becora.

Considerando a informação que solicitou cancelar o pagamento de subsídio de risco a guarda prisional.

Considerando as condições definidas no Decreto-Lei 10/2012, de 29 de fevereiro, Estatuto da Guarda Prisional.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o Regimento Interno que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para autorizar o pagamento de suplementos salariais previstos no Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de dezembro;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

AUTORIZAR o pagamento de subsídio de risco no montante de 15% do respetivo vencimento básico ao seguinte funcionário de MJ, Julio dos Reis (5153-5), a partir de novembro de 2024.

Publique-se.

Díli, 04 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14430/2025/PCFP

Considerando a informação do Ministério do Interior sob o ofício n.º 58/GDGAF-MI/2025, de 22 de janeiro, que solicitou cancelar o pagamento do subsídio de alimentação aos funcionários do Serviços de Direção Nacional de Segurança do Património Público.

Considerando o que dispõe o artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, o Subsídio de Alimentação é atribuído aos Funcionários com Função de Vigilâncias da Direção Nacional de Segurança e Edifícios Públicos.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública emitir decisões sobre os termos e condições de emprego na Função Pública, nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a delegação acima, decide:

CANCELAR o pagamento do subsídio de alimentação dos seguintes funcionários do Ministério do Interior, nos termos do artigo 2.º , do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, com os efeitos desde 8 de novembro de 2024, como adiante:

- Sabino da Conceicao Baptista Lopes (44072-8)

- Augusto de Jesus Barros Pinto (43698-4)

- Jose Antonio Manecas Freitas (43663-1)

- Joaquim Mota (43827-8)

- Mário Valente (44447-2)

- Gaspar Mau Bili (44468-5)

- Cristiano Leonardo Lengo (44361-1)

Publique-se.

Díli, 03 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO Nº 14431/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 12/DGSC-MAE/I/2025, do MAE, sobre o pedido de pagamento da compensação ao funcionário, pelo exercício das funções de secretariado.

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o que dispõe o número 2 do Artigo 17º, do Decreto-Lei Nº 24/2016, de 29 de junho, sobre as funções de secretariado.

Considerando as competências da CFP delegadas pelo regimento interno ao Presidente ou ao seu substituto legal.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de julho e, ainda com base na delegação acima, decide:

1. Conceder a compensação, prevista no número 2 do Artigo 17º, do Decreto-Lei Nº 24/2016, de 29 de junho, pelas funções de secretariado desempenhadas no MAE, ao funcionário adiante:

   - Nelson da Silva (32558-9)

2. Cancelar o pagamento da compensação prevista no número

2 do Artigo 17º, do Decreto-Lei Nº 24/2016, de 29 de junho, ao funcionário adiante do MAE, em razão de ter deixado o exercício das funções de secretariado:

- Abilio Pinto (3337)

Publique-se.

Dili, 04 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14432/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada no ofício de referência n.º 12/DG-INAP/MAE/I/2025, que solicitou reintegrar a funcionária ao serviço após o período da licença de maternidade.

Considerando que o período da licença de maternidade terminou, determinando, desta forma, a necessidade de reativação da funcionária ao serviço e da sua remuneração, bem como o cancelamento do subsídio de maternidade, nos termos do regime de segurança social, nos termos da Lei 12/2016, de 14 de novembro e sua regulamentação feita pelo Decreto-Lei 18/2017, de 24 de maio.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, a Presidente da Comissão da Função Pública, nos termos das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima, decide:

1. REINTEGRAR Zulmira Moreira Gaio (39042-9), aos quadros da Função Pública, pelo término da licença-maternidade, determinando o seu retorno ao Instituto Nacional da Administração Pública, bem como o pagamento da remuneração com os efeitos a partir 02 de dezembro de 2025.

2. DETERMINAR que o SCFP comunique ao INSS, para cancelar o subsídio de maternidade da funcionária, em razão do término do período da licença de maternidade.

Publique-se.

Díli, 04 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14433/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo INDDICA I.P. que solicitou estender o contrato de agentes da Administração Pública sob a rubrica orçamental de despesas com pessoal para o ano fiscal de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugadas com a decisão acima, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços nas atividades do INDDICA no período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No.	NOME	EQUIPARAÇÃO
1	Suzi Patrocínio Sarmento 47624-2	TP C
2	Jesuinha Manuela Soares 47625-0	TP C
3	Dinis Lacerda da Costa 47626-9	TP D
4	Natalino Soares dos Santos 47627-7	TP D
5	Jaimito Faria Araújo 47628-5	TA E
6	Joana Gago 47629-3	Assist F

Publique-se

Dili, 3 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14434/2025/PCFP

Considerando que nos termos da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público;

Considerando que nos termos do Decreto-Lei número 25/2016, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei número 7/2024, de 24 de janeiro, o pessoal de direção e Chefia é nomeado em comissão de serviço pela Comissão da Função Pública, na sequência de processo de seleção por mérito;

Considerando que importa assegurar o registo do exercício regular dos cargos em comissão de serviço de direção e Chefia até a realização do processo de seleção por mérito;

Considerando a informação do MTC pelo ofício nr. 27/DGAF/2025, de 21 de janeiro, sobre o exercício do cargo de chefe de departamento;

Considerando a informação constante na base de dados do payroll sobre o pagamento da remuneração correspondente ao cargo de chefe de departamento e as listas de presença devidamente arquivadas na CFP;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

DETERMINAR o registo na base de dados da Função Pública do exercício do cargo de Chefe de Departamento na Direção Nacional de Transportes Marítimos do MTC, do TS B Natalino Duval Nunes de Carvalho (8232-5), no período entre agosto de 2011 e dezembro de 2016.

Publique-se

Dili, 3 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14436/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício 009/IPB/2VP/I/2025, de 13 de janeiro, sobre o pedido de extensão de contratos dos agentes da Administração Pública para prestar serviços no IPB.

Considerando o desempenho dos respetivos Agentes da Administração Pública comprovado através das avaliações de desempenho.

Considerando os requisitos e condições definidos no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho (Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública).

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho e com base no regimento interno da CFP, decide:

AUTORIZAR a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos agentes da Administração Pública adiante para prestar serviços no IPB pelo período entre 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Alberto da Costa Pereira	49405-4	Asst/F
2	Amandio Corte Real	42321-1	Asst/F
3	Amansio Soares	40525-6	Assistente Senior D1
4	Dircia Pires	49407-0	TP/D
5	Eduardo da Silva	42319-0	Asst/F
6	Frangelina da Costa Xavier	42343-2	Assistente Senior D1
7	Julieta de Andrade	49403-8	TA/E
8	Justa Amaral Morais	49409-7	TP/D
9	Linda Noronha	49402-0	TA/E
10	Longinos Soares	42318-1	Asst/F
11	Longuinos de Araujo Caldas	49406-2	TP/D
12	Martinha dos Santos Fátima Barreto	42320-3	TP/C
13	Martinho da Conceição	49408-9	TP/C
14	Maxiano Gabriel	49411-9	TP/D
15	Michael Silva	42341-6	Assistente Senior D1
16	Natercia Flaminia de Jesus da Silva Soares	49412-7	TP/D
17	Paula Lígia Freitas	49413-5	TP/C
18	Roberto da Costa de Araújo	49401-1	TA/E
19	Teodozio Soares de Jesus	49410-0	TP/D
20	Tomas da Costa Quintão	49404-6	TP/D
21	Zelindo Corte Real Tilman	49400-3	Asst/F

Publique-se

Dili, 3 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14437/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 13/DGPF/2025, de 10 de janeiro, sobre o pedido de extensão de contrato dos agentes da Administração Pública do MESCC.

Considerando o resultado satisfatório da avaliação de desempenho dos agentes da Administração Pública.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos seguintes agentes da administração pública do MESCC, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Agostinha Pereira	42406-4	TP/D
2	Alipio Ferreira	42412-9	TP/D
3	Ambrosio Cipriano Freitas	42420-0	TP/D
4	Angelito do Rego Fernandes	42398-0	TA/E
5	Angelo Carvalhosa Ferreira	42417-0	TP/D
6	Anqui Fileri Naisultim da Silva Moningka	42386-6	TP/D
7	Castro Tavares	42220-7	TP/C
8	Domingos Vital	42387-4	TP/D
9	Dulce Enda Pereira Pinheiro	42388-2	TP/D
10	Elisa de Araujo Piedade	42414-5	TP/D
11	Estevão de Araujo	42416-1	TP/D
12	Fabiola da Conceição da Silva	42384-0	TP/C
13	Florentina Maria do Carmo Gomes Guterres	42395-5	TA/E
14	Gaspar Florindo Noronha Gama	42392-0	TP/C
15	Geraldo Soares	40080-7	TP/C
16	Hendriqueta de Jesus Dias Ximenes	42410-2	TP/D
17	Hilaria de Jesus	42408-0	TP/D
18	João Baptista Augusto Simões	40510-8	TP/C
19	Joaquim Maia Ximenes	40511-6	TP/C
20	Joaquim Soares de Jesus Faria	40512-4	TP/C
21	Jose da Costa Sarmento	42404-8	TP/C
22	Juliana Maria Auxiliadora Carvalho de Deus	42390-4	TP/D
23	Juliao Benevides	42409-9	TP/D
24	Justo da Silva	40513-2	TP/C
25	Juvinal Mendonca Correia	42396-3	TP/D
26	Lijoca Liu	42405-6	TP/C
27	Lourdes Maria da Costa	42418-8	TP/C
28	Marcelina Madalena Soares de Araujo	42423-4	TP/D
29	Marcelo Gomes Sequeira	42407-2	TA/E
30	Margarida Aleli dos Santos	42425-0	TP/D
31	Marito Dias	42401-3	TP/D
32	Natalina Savio	42438-2	TP/D
33	Novia Helena da Costa Rodrigues	42385-8	TP/C
34	Rosalino dos Santos	42393-9	TP/D
35	Rui da Costa Hornai	40507-8	TP/C
36	Seligia Borges Soares Xavier	42400-5	TA/E
37	Tomasia Jose Morais	42394-7	TP/D
38	Tomazia dos Reis Sarmento	40514-0	TP/C
39	Ursula Pereira da Graca	40508-6	TP/C
40	Xisto Soares Babo	42411-0	TP/D
41	Zacarias Mau Buti	42422-6	TP/D
42	Zelipe Alves Jaques	40515-9	TP/C

Publique-se

Dili, 3 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14438/2025/PCFP

Considerando a informação apresentada pela Presidência da República, que solicitou reintegar o funcionário ao SCFP.

Considerando o disposto no artigo 33.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

CESSAR o destacamento do TS B Albino Maia Barreto (5174-8) na Presidência da República e determinar a reintegração no SCFP.

Publique-se.

Dili, 3 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14439/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelo ofício n.º 49/GDGAF-MI/2025, de 21 de janeiro, do Ministério do Interior, que solicitou o pagamento retroativo de subsídio alimentar aos funcionários da DNSPP do Ministério do Interior.

Considerando o que dispõe o artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, o Subsídio de Alimentação é atribuído aos funcionários com função de vigilância da Direção Nacional de Segurança e Proteção do Património Público.

Considerando o disposto no artigo 31.º da Lei n.º 8/2004 de 16 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, que aprovou o Estatuto da Função Pública;

Considerando que cabe à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 7/2009, de 15 de julho.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso

das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide :

AUTORIZAR o pagamento retroativo do subsídio de alimentação aos funcionários do Ministério do Interior, nos termos do artigo 2.º, do Decreto do Governo n.º 11/2018, de 22 de novembro, como adiante:

NÚ.	NOME	PERÍODO
1	Afonso Fatima de Araujo (12283-1)	Agusto até Dezembro de 2024
2	Domingos da Costa dos Reis (9930-9)	Agusto até Dezembro de 2024
3	Juvenal Gomes (43579-1)	Setembro até Dezembro de 2024

Publique-se.

Díli, 04 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14440/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 10/DNRH/2025, de 15 de janeiro, sobre o pedido de extensão de contrato dos agentes da Administração Pública do MTA.

Considerando o resultado satisfatório da avaliação de desempenho dos agentes da Administração Pública.

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do o contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos seguintes agentes da administração pública do MTA, pelo período de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

Nr.	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Abrão da Conceição Barros	50094-1	Asst/F
2	Adalberta Bento Ferreira	40970-7	TP/D
3	Aida Pereira da Costa	40971-5	TP/D
4	Alberto Soares Freitas da Cruz	40954-5	Asst/F
5	Alfredo Ribeiro Isaac	50117-4	TP/D
6	Alfredo Soares dos Santos Carmo	50119-0	TP/D
7	Amelia da Silva	50769-5	Asst/F
8	Anastasia Tavares Martins	40950-2	TP/D
9	Angelica dos Reis Alves	50144-1	TP/D
10	Anita Freitas	50101-8	TA/E
11	Antonio de Deus	50092-5	Asst/F
12	Antonio Varela de Araujo	50085-2	TP/D
13	Armando Barreto	40945-6	TP/D
14	Benedito Soares	50145-0	TA/E
15	Bibiana Maia Pereira	50112-3	TP/D
16	Candida Barros Moniz	50113-1	TP/D
17	Carlito Sarmento	40951-0	TA/E
18	Clementino Talo Bere	41135-3	TP/D
19	Cleopatra Leandra dos Santos Isaac	50086-0	TA/E
20	Cornelio do Carmo	40969-3	TA/E
21	Damasio da Conceicao Soares	50115-8	TP/D
22	Diane Rego Karwanny	50090-9	TP/D
23	Domingos da Conceição Gomes	41046-2	TA/E
24	Domingos Martins Oliveira	50111-5	TA/E
25	Domingos Sarmento	50139-5	TA/E
26	Duarte Fernandes	50087-9	Asst/F
27	Dulce da Costa dos Reis	50135-2	TP/D
28	Eduardo Doutel Sarmento	40952-9	Asst/F
29	Elvira das Neves Boavida	40944-8	TP/C
30	Ermelinda Maia Freitas	50093-3	TP/D
31	Esperanca Soares	50147-6	TA/E
32	Eugenia dos Santos Soares	50124-7	TA/E
33	Felix Nilton Soares Belo Correia	40967-7	TP/C
34	Fernando Alves	50123-9	Asst/F
35	Filomeno Fatima Rico Pimentel	50105-	TA/E
36	Francisca Pereira	50121-2	TP/D
37	Francisco Amara	50089-	Asst/F
38	Francisco Correia dos Santos	40940-5	TA/E
39	Gabriela da Costa de Jesus	50098-4	TP/D
40	Gaspar Lopes	50102-6	TA/E
41	Gaudencio Vas da Costa Melo	50088-7	TA/E
42	Guilhermina do Rosario	50110-7	TA/E
43	Henry Guson Manossoh	41108-6	TP/C
44	Honorio da Cruz	50084-4	TA/E
45	Honorio Soares	50108-5	TP/D
46	Igino da Cruz Lay	50096-8	TA/E
47	Isac Gomes da Silva	50082-8	TP/D
48	Iveti Auxiliadora Sanhes Pacheco	50768-7	TP/D
49	Izidoro Mendonca Alves	50126-3	TA/E
50	Jacinta Ximenes	40963-4	TA/E
51	Januario dos Santos	50132-8	TA/E
52	Joao da Silva Guterres	50083-6	TA/E
53	Jorge Preito Soares	50122-0	TP/D
54	Jose Lemos	50143-3	TP/D
55	Jose Sarmento	50128-0	TA/E
56	José Ximenes	50107-7	TA/E
57	Josefina de Araujo	50125-5	TP/D
58	Joselino Gusmão Rodrigues da	41035-7	TA/E
59	Jovita Barreto de Araújo	40949-9	TP/D
60	Juliana Fatima da Costa Gomes	50106-9	TP/D
61	Juvita Gonçalves Soares	40943-0	TP/C
62	Kaldino Assale Viana Gaio	50127-1	TA/E
63	Leonardo Elu	50109-3	TP/D
64	Lidia de Orleans Pereira	50120-4	TP/D
65	Ligorio de Araujo	40960-0	TA/E
66	Lucia Lemos Salsinha	40946-4	TP/D
67	Luciana Paula Gusmão Mesquita	40948-0	TP/D
68	Luis Soares	41112-4	Asst/F
69	Manecas da Silva Pereira	40942-1	TA/E
70	Manico dos Reis	40968-5	TA/E
71	Manuel Soares	50095-0	TA/E
72	Marcelino Borges Ribeiro Guterres	40966-9	TA/E
73	Marcelo de Oliveira	50104-2	TA/E
74	Maria Engrácia Saudade Neves de	41049-7	TP/D
75	Milenia Araujo Tilman Pereira	41111-6	TA/E
76	Natalia Sarmento Barreto	44884-2	TA/E
77	Norbertina da Costa	40961-8	TA/E
78	Odete Fatima Victor	40964-2	TA/E
79	Olandina Cardoso Pereira	50100-0	TA/E
80	Olderita Marques	40947-2	TP/D
81	Ombelina Salsinha	50097-6	TA/E

82	Onofre dos Santos Alves	40939-1	TA/E
83	Pedro Verdia	50103-4	Asst/F
84	Romeo Maia	40959-6	TP/C
85	Sabino Freitas	50116-6	TA/E
86	Salvador Nheu	50142-5	TA/E
87	Saturlino Taci Rade	50118-2	TA/E
88	Selfiana Maria Amaral	50114-0	TP/D
89	Terezinha Vicente	40956-1	TA/E
90	Zeka Freitas	40953-7	Asst/F
91	Zersonia da Imaculada Reis Araujo	50091-7	TP/D

Publique-se

Dili, 3 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14442/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pela UNTL pelo ofício n.º 27/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, de 17 de janeiro, que solicitou reativar o subsídio académico e desconto do salário para ressarcir os montantes dos suplementos auferidos dos docentes da UNTL, em razão do afastamento da atividade docente.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o Decreto do Governo n.º 2/2015, de 14 de janeiro, que aprovou os subsídios académicos ao pessoal docente.

Considerando que os subsídios académicos são atribuídos a todas as categorias profissionais da carreira do pessoal de docente, à exceção dos assistentes, conforme o n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei 2/2018, de 24 de janeiro (segunda alteração ao Estatuto da Carreira Docente Universitária).

Considerando que compete à Comissão da Função Pública aconselhar o Governo sobre a remuneração e os termos e condições de emprego e respetivos benefícios, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei anteriormente citada.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, decide:

1. REATIVAR o subsídio académico dos docentes da UNTL.

2. DESCONTAR os salários dos docentes da UNTL, para ressarcir os montantes auferidos, conforme o ofício nº 27/UNTL/VRAAF-AG/I/2025, com o início desde as datas, como adiante :

NOME	PERÍODO DE DESCONTAR	MONTANTE DE COMPENSAÇÃO	PERÍODO DE REATIVAR
Duarte da Costa Sarmento	Apartir 2017 até 2024	$ 7,035.00	Apartir de Março de 2024
Mateus Tilman	Apartir 2017 até 2024	$ 1,146.00	Apartir de Agusto de 2024
Frederico Carvalho	Apartir 2017 até 2024	$ 4,136.5	Apartir de Novembro de 2023
Justino da Costa	Apartir 2017 até 2024	$ 3,555.5	Apartir de Outubro de 2023
Jose Maria Ximenes Belo	Apartir 2017 até 2024	$ 2,974.5	Apartir de Outubro de 2023
Nunu da Silva Gomes	Apartir 2017 até 2024	$ 3,814.5	Apartir de Outubro de 2023
Fernando Baptista Anunu	Apartir 2017 até 2024	$ 5,486.25	Apartir de Novembro de 2024
Anteiro Freitas Branco	Apartir 2017 até 2024	$ 5,447.75	Apartir de Agusto de 2024
Vital Vruz Malai de A. Vilanova	Apartir 2017 até 2024	$ 8,377.25	Apartir de Outubro de 2024
Alipio de Almeida	Apartir 2017 até 2024	$ 3,911.25	Apartir de Dezembro de 2024
Delfim da Costa	Apartir 2021 até 2024	$ 8,820.00	Apartir de Janeiro de 2025
Abreu Andre Boavida	Apartir 2022 até 2024	$ 7,294.25	Apartir de Abril de 2024

3. DETERMINAR a compensação de valores entre os montantes a descontar e a receber, relativos ao pagamento do subsídio académico;

4. DETERMINAR que o saldo devedor, após a compensação referida no número 3 acima, seja descontado da remuneração dos funcionários em parcelas mensais não superiores a 15% da sua remuneração.

Publique-se.

Díli, 04 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14443/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 67/ME/DG-AF/2025, de 23 de janeiro, do Ministério da Educação que solicitou o pagamento de subsídio a formadores do INFORDEPE, pelo período de setembro a dezembro de 2024.

Considerando o Decreto do Governo n.º 15/2016, de 9 de novembro, que aprovou incentivos especiais a educadores da educação pré-escolar e professores do Ensino Básico e Secundário no âmbito do Desenvolvimento do Currículo e da Formação Contínua e Especializada de Docentes.

Considerando as disposições dos números 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto do Governo n.º 15/2016, de 9 de novembro.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a delegação acima referida, decide:

AUTORIZAR o pagamento do subsídio de formador e o acréscimo com base na habilitação académica, nos termos dos n.º 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto do Governo n.º 15/2016, de 9 de novembro, aos formadores do INFORDEPE, relativo ao período de setembro a dezembro de 2024, como adiante:

Nu.	NOME	SIGAP	Payroll
1	Agapito Marques Xavier	2525-9	6568
2	Albertina Mouzinho Gomes	26741-4	3044
3	António Gabriel Soares	20884-1	28414
4	Aníbal do Rosário da Costa	1682-9	3349
5	Anastacio Lemos Soares	587-8	983
6	Augusto Correia	5385-6	11139
7	Augusta da Costa	9825-6	15871
8	Aurora Assunção S. Quintão	4035-5	9036
9	Carlos de Jesus Sampaio	2041-9	6589
10	Domingas dos Reis Costa	21370-5	36749
11	Daniel Gusmão	35104-0	72028
12	Esperança do Carmo Barreto	1935-6	6524
13	Estaquio B. Madeira Soares	40752-6	86921
14	Evaristo Pereira	3720-6	3811
15	Francelina da Costa Laode	9785-3	9834
16	Francisca Martins Belo	3470-3	8552
17	Gabriela Cipriana Guterres	4237-4	3182
18	Jorge Alves Soares	2081-8	6783
19	José da Costa Reis	26527-6	7105
20	Januario da Silva Belo	4202-1	10351
21	Lara Maria Aquino Guterres	21325-0	34603
22	Manuel Magno Atoc	3361-8	
23	Manuel Ferreira	1689-6	3319
24	Maria Soares Mendonça Araújo	1875-9	7537
25	Maria de Fátima Aleixo	8676-2	3795
26	Maria Barreto	1870-8	6536
27	Maria de Jesus Barreto	2446-5	6909
28	Maria Ester Cardoso Jaques Fernandes	2395-7	6830
29	Maria L. de Araújo Corte Real	4280-3	6938
30	Martinus de Araújo	1461-3	7480
31	Mateus Bere Maia	1930-9	7858
32	Nuhar Maria S. dos Santos	21945-3	
33	Waldio da Costa Monteiro	10442-6	17762

Publique-se.

Díli, 4 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14444/2025/PCFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6º da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública registar o resultado das avaliações de desempenho a que foram submetidos os funcionários públicos e que foram devidamente homologadas pelas entidades da administração pública.

Considerando a informação da AM de Dili, pelo ofício nr. 10/SMAD/2025, de 28 de janeiro, que submeteu o resultado das avaliações de desempenho realizadas ao funcionário no período entre 2011 e 2024;

Considerando que as avaliações de desempenho foram devidamente homologadas pelo secretário municipal;

Considerando que importa assegurar a atribuição de menção no resultado da avaliação de desempeho anual do funcionário público;

Assim o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

DETERMINAR o registo na base de dados da função pública do resultado das avaliações de desempenho relativas aos anos de 2011 a 2024, relativas ao Assist F Cesar Mau Loi Amaral (49344-9) , da AM de Dili, conforme a homologação realizada pelo superior hierárquico.

Publique-se.

Dili, 4 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14446/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 09/AaAtauro/2025, de 15 de janeiro, da AA de Atauro, que solicitou autorizar a extensão do contrato de agentes da Administração Pública, pelo período entre 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos do artigo 6.º da Lei número 7/2009, de 15 de julho.

Considerando que o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública.

Considerando a delegação de competências da CFP ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 22/ 2011, de 08 de junho a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos agentes da Administração Pública, para prestar serviços nas atividades da AA de Atauro em Dili, pelo período entre 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, como adiante:

No	Naran	Nu. ID	Kategoria
1	António Isac de Araújo Neves	46968-8	TPGrau C
2	Aguida R. M. Soares Xavier	46927-0	TA Grau E
3	Aquino Soares Savio	46936-0	TPGrau C
4	Anastacia Guterres da Cruz	46934-3	TS Grau B
5	Benjamim Soares	46924-6	TPGrau C
6	Calisto de Araújo Guterres	46906-8	TPGrau C
7	Emílio Gouveia Leite Morreira	46939-4	TS Grau B
8	Elionai Cabral Nunes Dias	46966-1	TPGrau C
9	Emiliana da Conceição	46940-8	TPGrau C
10	Fernando Soares Saldanha	46912-2	TA Grau E
11	Juliana Soares da Costa Pereira	46930-0	TPGrau C
12	Jacinto C. M. L. de Carvalho	46932-7	TPGrau C
13	Lídia da Costa de Jesus	46920-3	TPGrau C
14	Martinho Gusmão de Jesus	46937-8	TPGrau C
15	Miguel Goncalo Pereira	46943-2	TPGrau C
16	Manuel Soares da Costa Pereira	46911-4	TS Grau B
17	Norberto Soares	46922-0	TPGrau C
18	Rofina E. Sara Freitas Araujo	46929-7	TP Grau D
19	Sem da Costa	46970-0	TPGrau C
20	Silvino Pereira	46935-1	TPGrau C
21	Virna Maria Mouzinho Ximenes	46933-5	TPGrau C
22	Isabel J. M. da S. B. e Vila Nova	46967-0	TPGrau C
23	Zacarias Pereira	46942-4	TS Grau B

Publique-se

Dili, 4 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14447/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo DNEDPAFP da CFP, nos termos do ofício nº 21/ DNEDPAFP/II/2025, de 03 de fereveiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MAE, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/ CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Frediano Luis Barros (30248-1), funcionário do MAE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 06 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14448/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas pelos ofícios 23 e 25/VRAAF/2025, da UNTL, que solicitaram licença com vencimentos para fins de estudo a funcionários.

Considerando os pareceres da DNPQPFP do SCFP pelos ofícios nr 34 e 36/DNPQPFP-SKFP/2025, de 23 de janeiro.

Considerando que os funcionários não estão implicados em processo disciplinar e nunca lhes foi dada menção de avaliação inferior a Bom.

Considerando que o objeto do evento de capacitação é da relevância para o desenvolvimento nacional.

Considerando o que dispõe o Decreto-Lei 38/2012, de 1 de agosto, sobre o regime de assistência ao estudo;

Considerando os termos e condições definidas na orientação 19/CFP/2018, que aprova o procedimento de requerimento de licenças sem vencimentos, com vencimentos e licenças especiais.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

CONCEDER licença com vencimentos para fins de estudos aos seguintes docentes da UNTL, para frequentar estudos de mestrado ou doutoramento no Brasil, nos períodos adiante indicados:

NOME	NÍVEL ESTUDO	DURAÇÃO
Adilson Castro Ruas	Doutoramento	10/03/2025 até 10/03/2029
Horacio Borges Borromeu	Mestrado	10/03/2025 até 10/03/2027

Publique-se.

Dili, 05 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14449/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo Ministério da Educação, nos termos do ofício nº 074/DGAF-ME/I/2025, de 26 de janeiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do ME, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Jose Tomas Guterres (19440-9), funcionário do ME.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 05 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO N.º 14450/2025/PCFP

Considerando as informações no ofício nr. 231/SE/2025, do SCFP, sobre o pedido de contrato de Agente da Administração Pública para apoiar o SCFP no ano de 2025.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da Lei número 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que o Decreto-Lei número 22/2011, de 08 de Junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública;

Considerando os termos e condições definidos nos artigos 25.º e 26.º da Lei número 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública);

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

AUTORIZAR o contrato de trabalho, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de Agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, sob a rubrica de despesas com pessoal para prestar serviços nas atividades do SCFP no período entre 1 de fevereiro até 31 de dezembro de 2025:

- TP C Adérito Fernandes

Publique-se

Dili, 05 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14451/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício n.º 075/DGAF-ME/DNRH/I/2025, de 27 de Janeiro, do Ministério da Educação, que manifestou a reintegração do funcionário no quadro do ME, em razão da sua resignação do cargo atribuindo pela decisão n.º 6615/2024 da CFP.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no setor público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando o Regimento Interno, que delegou ao Presidente ou ao seu substituto legal, os poderes da CFP para conceder licenças aos funcionários públicos;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública, conjugada com a decisão acima citada, decide:

REINTEGRAR Joanico Gouveia Lopes (17862-4), aos quadros da Função Pública do Ministério da Educação após as funções na Autoridade Municipal de Liquiça.

Publique-se

Dili, 05 de fevereiro de 2025.

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da Comissão da Função Pública

DESPACHO N.º 14452/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 25/INCSIDA.IP/II/2025, que solicitou à CFP para proceder à autorização do contrato de agentes da Administração Pública, cujas categorias equiparadas às direções e chefias.

Considerando o decreto-Lei 2/2021, de 11 de janeiro, que cria o Instituto Nacional de Combate ao HIV–SIDA, I.P., e aprova os respetivos Estatutos.

Considerando que a nomeação ao cargo de direção e chefia quando não recair em funcionário público, é celebrado um contrato administrativo de provimento, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei 7/2024, de 27 de janeiro, que alterou o Decreto-Lei 25/2016, de 29 de junho.

Considerando que nos termos do artigo 26.º do Estatuto da Função Pública, O contrato administrativo de provimento é o acordo bilateral pelo qual uma pessoa não integrada no quadro de pessoal assegura, com carácter de subordinação, o exercício de funções próprias do serviço público, com sujeição ao regime jurídico da função público.

Considerando que o Decreto-Lei número 22/2011, de 08 de Junho estabelece os critérios e condições para a contratação de agentes da Administração Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6 da Lei número 7/2009, de 15 de Julho;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

AUTORIZAR o contrato de trabalho, nos termos dos artigos 25.º e 26.º do Estatuto da Função Pública e, ainda com base n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei 7/2024, de 27 de janeiro, que alterou o Decreto-Lei 25/2016, de 29 de junho e, sob a rubrica de despesas com pessoal para prestar serviços nas atividades do INCSIDA, desde 01 de janeiro até 31 de junho de 2025, como adiante:

Nome	**Equiparação**
Natalino Idalina da Costa Leto	Chefe de departamento
António Gomes	Chefe de departamento
Sesaltina da Conceição Freitas	Chefe de departamento
Mariza da Costa Florindo Lay	Chefe de departamento
Lady Diana do Desterro Sampaio	Chefe de Secção
Arcanjo Caetano da Costa	Chefe de Secção
Josefina da Costa Monteiro	Chefe de Secção
Calisto de Araujo	Chefe de Secção
Marquito Monteiro Cabral	Chefe de Secção
Ivonia Antonio Barros	Chefe de Secção

Publique-se

Dili, 05 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14453/2025/PCFP

Considerando as informações do ofício 25/INCSIDA.IP/II/2025 , que por um lado solicitou a autorização de contratação de agentes cuja equiparação aos cargos de chefia e, por outro, pediu para constituir o painel de juri para o processos de seleção por mérito dos ocupantes dos cargos de direção e chefia da instituição.

Considerando o decreto-Lei 2/2021, de 11 de janeiro, que cria o Instituto Nacional de Combate ao HIV–SIDA, I.P., e aprova os respetivos Estatutos.

Considerando que é necessário constituir uma equipa de júri para responsabilizar pelas operações de seleção por mérito e necessárias providências conforme os procedimentos legais.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando que os membros do painel de júri são designados pela CFP, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 22/2011, de 8 de junho.

Considerando as regras e condições para a constituição e composição do painel de júri no processo de recrutamento, seleção de pessoal e promoção no âmbito da Administração Pública**,** contida na Orientação nr. 11/CFP/2017.

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto legal, nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, decide:

1. FIXAR a composição dos membros do painel de júri para o processo de seleção por mérito para os cargos de direção e chefia no INCSIDA, como adiante:

   a) Daniel Marçal, do INCSIDA – Presidente do Júri;

   b) Holderyco J.M. C. Campos, do INCSIDA – Vogal;

c) Francisco da Costa Pereira, da CFP – Vogal;

d) Lorga dos Santos, da CFP – Suplente;

2. DETERMINAR a abertura do concurso e entregar as operações ao presidente de júri.

Publique-se

Díli, 05 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14454/2025/PCFP

Considerando a solicitação de contrato de agentes da administração pública apresentado sob o ofício n.º 19/CNFP/2025, de 23 de janeiro, do Centro Nacional de Formação Profissional e o parecer do SCFP pelo ofício nr. 39/DNPQFP/2025, de 4 de fevereiro;

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos seguintes agentes da administração pública do CNFP, no período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

No.	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Jeronimo de Araújo Fernandes	49800-9	TP/D
2	João Pereira de Araújo	49812-2	Ass/F
3	Filomena Augusta	49811-4	TP/D
4	Cidalia da Conceição Silva Soares	49794-0	TA/E
5	Jacinto de Jesus	49808-4	TA/E
6	Saturnino da Silva Soares Guterres	49795-9	TP/D
7	Pedro Antonio	49804-1	Ass/F
8	Julião de Assunção Pereira	49814-9	TP/D
9	Elisa Melia Soares da Cruz	49793-2	TA/E
10	Juliana Guterres Tavares	49790-8	TP/D
11	Wilson Pedro José dos Santos Rêgo	49799-1	TA/E
12	Agsotinha dias dos Reis Piedade	49792-4	TA/E
13	Adelino Afonso	49796-7	TP/D
14	Eurico da Silva Ximenes	49784-3	TP/D
15	Isolino da Costa Soares	49785-1	TP/D
16	Lúcio António Álves Barros	49816-5	TP/D
17	Rui Rodrigues Pereira	49797-5	Ass/F
18	Jaime Rodrigues de Araújo	49798-3	Ass/F
19	Marcos Pinto	49786-0	TP/D
20	Afonso Aleixo Barreto	49813-0	TP/D
21	Tarcisio Mendonca Tallo	49791-6	TP/D
22	Noel da Silva Amaral	49806-8	TP/D
23	Joni Jainus	49807-6	Ass/F
24	Cipriano dos Martires das Neves	49815-7	Ass/F
25	Osvaldo da Silva	49777-0	TP/D
26	Antonio Tonico Gaio	49782-7	TP/D
27	Afonso Mario Barros	49787-8	TP/D
28	Francisco José Mariz Gusmão	49780-0	TP/D
29	Augusto Gama Ximenes	49779-7	TP/D
30	Francisca Junior Baptista Cabral	49809-2	TP/D
31	Carlos da Costa Ribeiro	49810-6	TP/D
32	Ercio de Carvalho Casimiro	49783-5	TP/D
33	Marcelino Pereira Aleixo da Silva	49789-4	TP/D
34	Antonia de Carvalho da Silva Guterres	49776-2	TP/D
35	Honorio Sarmento	49802-5	TP/D
36	Cirilo da Costa Manus	49803-3	TP/D
37	Donato Henrique	49801-7	TP/D

Publique-se

Dili, 6 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO Nº 14455/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo DNEDPAFP da CFP, nos termos do ofício nº 20/DNEDPAFP/II/2025, de 03 de fereveiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MAE, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Abilio Recardo Soares (26848-8), funcionário do MAE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 06 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14456/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo DNEDPAFP da CFP, nos termos do ofício nº 23/DNEDPAFP/II/2025, de 03 de fereveiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MAE, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Roménio Dementino da Costa Chen (30596-0), funcionário do MAE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 06 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14457/2025/CFP

Considerando a informação apresentado pelo DNEDPAFP da CFP, nos termos do ofício nº 22/DNEDPAFP/II/2025, de 03 de fereveiro;

Considerando a existência de indícios da prática de infração disciplinar por parte do funcionário do MAE, conforme nos termos do ofício acima mencionado;

Considerando que compete ao Comissão da Função Pública (CFP), instaurar, conduzir e decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, nos termos da alinea ''h'' do número 1 do artigo 5.º da lei Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho;

Considerando que compete ao Comissário Disciplinar da CFP, a decidir processos disciplinares e aplicar as respectivas penas, em razão da delegação contida na Deliberação nº 345/2023/CFP IV Mandato, de 6 de dezembro, da CFP;

Assim, a CFP, pelo seu Comissário Disciplinar, no uso das competências delegadas previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Determinar a abertura de procedimento disciplinar para investigar a conduta do Franscisco Madeira, funcionário do MAE.

2. Designar o Diretor Nacional de Ética, Disciplina e Procedimento Administrativo do Secretariado da Comissão da Função Pública como instrutor do processo.

Publique-se

Díli, 06 de fevereiro de 2025.

Agapito da Conceição
Comissário Disciplinar da CFP

DESPACHO Nº 14458/2025/PCFP

Considerando o ofício n.º 69/DGAF/2025, de 25 de janeiro, do MEd que solicita a extensão de contrato de agentes da Administração Pública no exercício do cargo de inspetores pré-escolares.

Considerando que o contrato é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos seguintes agentes do Ministério da Educação, no período entre 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, para desempenhar as funções de inspetor pré-escolar:

	Nome dos Inspetores	Municípios	Equiparação
1.	Armindo de Araújo 39680-0	Aileu	Chefe de departamento
2.	José da Conceição Mouzinho 28444-0	Aileu	Chefe de departamento
3.	Hercio de Araújo 39592-7	Ainaro	Chefe de departamento
4.	Agostinha Paulina Menezes 39593-5	Baucau	Chefe de departamento
5.	Acácio Ximenes 39598-6	Baucau	Chefe de departamento
6.	Cesaltino da Silva 39600-1	Bobonaro	Chefe de departamento
7.	Quintino Cardoso Andrade 39601-0	Covalima	Chefe de departamento
8.	Manuela Sequeira 39602-8	Dili	Chefe de departamento
9.	Azita Moniz Mota 39603-6	Dili	Chefe de departamento
10.	Luciana Oliveira Martins 39605-2	Ermera	Chefe de departamento
11.	Rainato Soares 39604-4	Ermera	Chefe de departamento
12.	Zelito Freitas 39606-0	Lautem	Chefe de departamento
13.	Julio da Silva Xavier39607-9	Liquiçá	Chefe de departamento
14.	Mateus Macoli da Costa 39637-0	Manatuto	Chefe de departamento
15.	Ervina Rita Imaculada Conceição da Cunha 39608-7	Manatuto	Chefe de departamento
16.	Gaspar da Silva Neves 39609-5	Manufahi	Chefe de departamento
17.	Flaviana Costa da Cruz 39679-6	Manufahi	Chefe de departamento
18.	Angelina da Costa 39612-5	Viqueque	Chefe de departamento
19.	Irene Lisboa Fernandes 39613-3	Viqueque	Chefe de departamento

Publique-se

Dili, 6 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14459/2025/PCFP

Considerando as informações apresentadas no ofício nr. 09/SEFOPE/2025, de 22 de janeiro, que solicitou a extensão do contrato de agentes da Administração Pública.

Considerando as condições definidas nos termos dos artigos 25.º e 26.º do Estatuto da Função Pública, no que se refere ao contrato de agentes da Administração Pública.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.
Considerando a delegação de competência ao Presidente da CFP nos termos do Regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de salários e vencimentos dos seguintes agentes da administração pública para prestar serviços na SEFOPE, pelo período entre 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025:

Nr.	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Abel Pereira Parada	43199-0	TA/E
2	Abilio Barreto Santos	43092-7	TA/E
3	Abilio Ferreira	43135-4	TA/E
4	Abilio Pereira de Jesus	45767-1	TA/E
5	Adelina Juel Asato Pinto	43098-6	TA/E
6	Adilson Maria Nunes Loe	45883-0	TA/E
7	Adolfo de Araujo	43132-0	Asst/F
8	Agostinho Casamiro Maia	43111-7	TP/D
9	Akita da Costa	45737-0	TA/E
10	Alex Ximenes Smith	45785-0	TA/E
11	Alexadrino Gomes Da Silva	43196-6	TP/D
12	Alfrida da Cruz	45750-7	TA/E
13	Ana Filomena de Sousa	45731-0	Asst/F
14	Ana Maria Rosa Amaral	43195-8	TA/E
15	Angelina Freitas Pinto	45747-7	TA/E
16	Angelina Ribeiro Soares Amaral	45805-8	TA/E
17	Aniceta da Cunha Lopes	43113-3	TA/E
18	Antonia Aurelia F. Cunha do Rosrio	45716-7	TA/E
19	Antonio Monteiro	45777-9	TP/D
20	Armenia do Rosario	43188-5	TA/E
21	Augusto da Costa Soares	43176-1	TA/E
22	Aurea Ricardina Ximenes	43127-3	TA/E
23	Avelino do Espirito Santo	43159-1	TP/C
24	Balbina Dias	43210-5	Asst/F
25	Basilio Ramos das Neves	43164-8	TA/E
26	Beatriz da Costa Freitas	43179-6	TA/E
27	Beatriz Maria Ximenes	45879-1	TA/E
28	Bendita da Costa	45710-8	TA/E
29	Bendito Amaral das Neves Lopes	45814-7	TA/E
30	Benedito Martins de Araujo	43202-4	TA/E
31	Canisio Neuman de Jesus	43109-5	TP/D
32	Carlito dos Reis da Silva	43146-0	TA/E
33	Carlos Esperito Santo	43187-7	TP/D
34	Carlos Toni da Costa	43166-4	TA/E
35	Celestino dos Santos Neto	43177-0	TA/E
36	Cerilo Gomes Braz	43198-2	TA/E
37	Cesaltino de Jesus Guterres	43137-0	TP/D

38	Cesaltino dos Santos Araujo	43197-4	Asst/F
39	Cesar Correia	43122-2	TA/E
40	Clementina de Jesus	45831-7	TA/E
41	Clotilde Freitas	45870-8	TA/E
42	Cristhelio A. do S.Gomes de Jesus	12349-8	Asst/F
43	Delfina da Conceicao Pereira	43186-9	TA/E
44	Domingas Babo Lima	43170-2	TA/E
45	Dulce Imaculada Xavier	43126-5	Asst/F
46	Edgar Gaspar Oliveira da Costa Pereira	43134-6	TA/E
47	Efrem Raimundo Belo Amaral	43144-3	TA/E
48	Egas da Costa Salsinha	45803-1	TA/E
49	Egas Moniz da Costa	45872-4	TA/E
50	Elgoriana Amelia Cardoso	43178-8	TA/E
51	Elisabete Soares dos Santos	45714-0	TA/E
52	Eliterio Borges dos S. Correia Lemos	43152-4	TA/E
53	Ervina Soares	45871-6	TA/E
54	Estanislau Soares do Reis	45775-2	TA/E
55	Ester Angela de Castro	45869-4	TP/D
56	Ester Sofia Manafe Baptista	43163-0	TA/E
57	Esteviana dos Santos Sequera Gusmao	43145-1	TA/E
58	Fabiana Borges da Conceicao	45776-0	TA/E
59	Febrianus do Rego Amaral	43120-6	TA/E
60	Feliciano de Andrade	45725-6	TA/E
61	Ferdinand Zeleixo Miguel Ximenes Pires	45878-3	TA/E
62	Fernanda Cardoso	45765-5	Asst/G
63	Fernando Antonio Soares Mauleto	43154-0	TA/E
64	Filomena Ricardina Cabral	43107-9	TA/E
65	Filomena Sarmento Fernandes	43108-7	TA/E
66	Flora da Conceição Gonçalves	43182-6	TP/D
67	Francisco Castro da Cruz	45727-2	TA/E
68	Francisco Mendonca Oliveira	43203-2	TA/E
69	Gaspar Jose ximenes	43174-5	TA/E
70	Genrives Carvalheira	20962-7	TA/E
71	Georgina Castro de Araujo	43200-8	TA/E
72	Gilberto de Jesus Maia	43136-2	TA/E
73	Gilman Pereira	43180-0	Asst/F
74	Henrique Sufa	45760-4	TP/D
75	Herman Ximenes Amaral	43104-4	TA/E
76	Herminia Ximenes da Costa	43101-0	TA/E
77	Honoria da Costa	43123-0	TA/E
78	Imaculada Soares de Deus	43102-8	TA/E
79	Imaculada Tavares	45779-5	Asst/F
80	Isac Barreto	43206-7	TA/E
81	Isidra Calapes Freitas	45709-4	TA/E
82	Jacinta Claudina Lopes Campos	43114-1	TP/D
83	Jacinta Lucia Paulo Cardoso	45739-6	TA/E
84	Jacinto Raimundo Moniz Alves	45753-1	TA/E
85	Januario dos Santos Soares	45769-8	TA/E
86	Javier dos Santos Savio	45812-0	TA/E
87	Jerafia Imaculada	45783-3	TA/E
88	Joana Coutinho Soares Costa	43194-0	TA/E
89	Joana dos Santos Pinto	45807-4	TA/E
90	João Abril Carceres de Carvalho	3192-3	TA/E
91	Joao Bianco Lopes	45745-0	TP/D
92	Joao de Araujo Barreiros Guimaraes	45882-1	TA/E
93	Joao de Jesus	45711-6	TA/E
94	Joao Paulo Lopes da Silva	45733-7	TA/E
95	Joao Pereira Gusmao	43155-9	TA/E
96	Joao Salsinha Moniz	43150-8	TA/E
97	Joaquim Amaral	43171-0	Asst/F
98	Jorge Borges Carvalho	45735-3	TA/E
99	Jose Cristalino do R. de F. C. dos R. Ximenes	43173-7	TA/E
100	Jose Mouzinho Lopes dos Santos Victor	45741-8	Asst/F
101	Jose Pinto	45787-6	TP/D
102	Jose Tilman	45748-5	Asst/F
103	Josefa da Costa	45781-7	TA/E
104	Josefa Moniz Pires	43191-5	TA/E
105	Julio Goncalves Loe	45746-9	TA/E
106	Julio Pereira	45759-0	TA/E
107	Justino Babo dos Santos	45757-4	TP/D
108	Juvanio Francisco dos Reis	45713-2	TA/E
109	Juvencius Feridiano Hendry Verius	43172-9	TA/E
110	Laurencia Pires Marques	43160-5	TA/E
111	Lázario Xavier Carvalho de Araújo	43147-8	TA/E
112	Leonia Freitas Belo	43169-9	TA/E
113	Lidia dos Santos Mendonça	43185-0	TP/D
114	Ligia Goreti de Jesus	43141-9	TA/E
115	Lucio Camacho Marsal	45782-5	TA/E
116	Madalena da Silva	43143-5	TA/E
117	Madalena Freitas	43139-7	TA/E
118	Manekas Gomes	45877-5	TA/E
119	Manuel da Conceicao Menezes	45715-9	TA/E
120	Marcos Moises Fernandes	43157-5	TA/E
121	Margarida Parada da Costa	45793-0	TA/E
122	Maria Adelina Febriana dos Santos	43151-6	TA/E
123	Maria Angelina Baloc	45744-2	TA/E
124	Maria F.C. Ximenes Meneses	43190-7	TP/D
125	Maria I. de Jesus Sarmento	43167-2	TA/E
126	Mariano da Costa	43149-4	TP/D
127	Mateus Miguel	43133-8	TA/E
128	Matheus Colo	45816-3	Asst/F
129	Miguel de Araujo Malic	45881-3	TA/E
130	Natalina da Costa de Sousa	45800-7	TA/E
131	Natercia Maria de Araujo	43131-1	TA/E
132	Nelio do Amaral da Cruz Martinho	43118-4	TP/C
133	Nelson B. da Silva Fernandes	43175-3	TA/E
134	Neria Miraculosa dos Anjos	45784-1	Asst/F
135	Ninito Amaral da Costa	45880-5	TA/E
136	Nivio Do Ceu Trindade Soares	43099-4	TA/E
137	Noelia Fatima Babo de Carvalho	43106-0	TA/E
138	Noemia Nena Garcia	45809-0	TA/E
139	Octavio Domingos Ferreira	45756-6	Asst/F
140	Octavio Sinoplos	43121-4	Asst/F
141	Olandina Soares	43181-8	TA/E
142	Olgita dos Santos	43117-6	TA/E
143	Pascoela Barros	45717-5	TA/E
144	Pascoela dos Santos Gomes	45712-4	TA/E
145	Paulina Pinheiro	45736-1	Asst/F
146	Peregrina Maria Duarte Sarmento	43138-9	TA/E
147	Pius Yohanes Kanilung	45723-0	TA/E
148	Quintino Queiros	43142-7	TA/E
149	Rafael da Costa	43085-4	Asst/F
150	Remigio de Jesus Rodrigues	45729-9	Asst/F
151	Rezinciso E.o de Jesus Ximenes	43124-9	TA/E
152	Rita Soares Sarmento	43184-2	TA/E
153	Roberto Soares	45801-5	Asst/F
154	Romaldo Gama Pires	43110-9	TA/E
155	Rosalina dos Anjos Marques	43168-0	TA/E
156	Rosalino dos Santos	45788-4	TA/E
157	Ruben Junior Correia dos Santos	43129-0	TA/E
158	Rui Pinto	43162-1	TP/C
159	Salomão Anacleto Freitas	45868-6	TP/D
160	Sebastiana E. S.o da Silva Soares	45791-4	TA/E
161	Secilia Maria Bianco	45833-3	TA/E
162	Sidonia Fernandes da Silva	43130-3	TA/E
163	Silvia Araújo do Rego Smith	43105-2	TA/E
164	Silvina Soares	45720-5	TA/E
165	Spinhola Glorioso M.da Conceicao	43128-1	TA/E
166	Suzete Santina Soares	43125-7	TA/E
167	Tomas da Costa Noronha Teti Bere	45755-8	Asst/F
168	Tubias Vicente	43095-1	Asst/F
169	Umbelina Freitas	43209-1	TA/E
170	Velijiana de Jesus Barreto	43140-0	TA/E
171	Virginia Dias Ramos	43165-6	TA/E
172	Vitoria Gamboa	45772-8	TA/E
173	Vitorino Loco Bere	43097-8	Asst/F
174	Yohanes Baptista Meni Olla	45738-8	Asst/F
175	Zeferina Bianco	43119-2	TA/E
176	Zeferino da Purficação Martins	43096-0	Asst/F
177	Zulmira de Jesus Pereira	43091-9	TA/E

Publique-se

Dili, 6 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

DESPACHO N.º 14460/2025/PCFP

Considerando a solicitação de contrato de agentes da administração pública apresentado sob o ofício n.º 66/DGAF/2025, de 22 de janeiro, do ME e o parecer do SCFP pelo ofício nr. 37/DNPQFP/2025, de 4 de fevereiro;

Considerando que o contrato a termo certo é o acordo bilateral pelo qual é contratada uma pessoa não integrada no quadro legal para a satisfação de uma necessidade transitória com caráter de subordinação, sendo de duração determinada, segundo o artigo 27.º do Estatuto da Função Pública;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no setor público, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 8 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre o Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública;

Considerando as competências da CFP delegadas ao Presidente ou ao seu substituto nos termos do regimento Interno da CFP.

Assim, o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

AUTORIZAR, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 08 de junho, que altera o Decreto-Lei n.º 34/2008, de 27 de agosto, sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Seleção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública, a extensão do contrato de trabalho sob a rubrica de despesas com pessoal dos seguintes agentes da administração pública do ME, no período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

No.	NOME	SIGAP	EQUIPARA
1	Perpetua Ximenes Guterres	47132-1	TP/D
2	Natercia Barros	47133-0	TA/E

Publique-se

Dili, 6 de fevereiro de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP